



**PPSS** PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
**2299** MESTRADO EM  
SERVIÇO SOCIAL

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO-MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**TRABALHO TEMPORÁRIO: BÓIAS-FRIAS NA AGROINDÚSTRIA  
CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE INHUMAS – GO**

Anesino Cardoso de Oliveira

Goiânia  
2014

ANESINO CARDOSO DE OLIVEIRA

**TRABALHO TEMPORÁRIO: BÓIAS-FRIAS NA AGROINDÚSTRIA  
CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE INHUMAS-GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da PUC Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Política Social, Movimentos Sociais e Cidadania.

Orientador (a): Professora Dr<sup>a</sup>. Lucia Maria Moraes

Goiânia

2014

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)  
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

J82i Oliveira, Anesino Cardoso de.  
Trabalho temporário: bóias-frias na agroindústria canavieira no município de Inhumas-GO [manuscrito] / Anesino Cardoso de Oliveira. – 2013.  
133 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em Serviço Social, 2013.  
“Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Moraes”.

1. Bóia-Fria. 2.Trabalho Rural. 3. Agroindústria Canavieira. 4. Inhumas-GO.

CDU

ANESINO CARDOSO DE OLIVEIRA

**TRABALHO TEMPORÁRIO: BÓIAS-FRIAS NA AGROINDÚSTRIA  
CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE INHUMAS-GO**

Dissertação defendida e aprovada em 01 de abril de 2014, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

---

Profa. Dra. Lúcia Moraes (PUC Goiás)  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Alexandre Martins de Araujo (UFG)  
(Membro externo)

---

Profa. Dra. Maria Conceição Sarmento Padial Machado (PUC Goiás)  
(Membro)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jacira Rosa Pires (PUC-Goiás)  
(Suplente)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me dado força, coragem e paciência.

Aos meus pais Anízio Cardoso de Oliveira e Maria Lucia de Jesus Oliveira, que sofreu muito pela minha ausência na época em que lhes deixei para estudar, que foram inicialmente cinco anos sem nos vê por não poder viajar sozinho.

Aos meus padrinhos José Joaquim de Souza e Geralda Cândida de Souza, responsáveis pelo pontapé inicial dos meus estudos. Sem eles, acho que estaria na mão de obra pesada e ganhando pouco. O padrinho nos deixou ainda cedo, mas o tenho na minha memória para sempre.

À minha esposa Vera Lúcia, que muitas vezes deixei de sair à algum lugar com ela e as crianças, mas compreendeu a minha situação.

À professora Dr<sup>a</sup> Lucia Moraes minha orientadora, que aceitou o desafio da pesquisa “Os bóias-frias na agroindústria canavieira”, tão abrangente e pouco pesquisada no município de Inhumas (GO), que faz parte de um dos setores mais importantes da economia Brasileira na atualidade. Obrigado pela atenção à mim dirigida, pelas observações e ensinamentos. Serei sempre grato e ficará na minha lembrança, mais uma que fez a diferença na minha vida.

À todos (as) professores do curso do Mestrado em Serviço Social da PUC-GO, meu muito obrigado pela contribuição que valeu para o meu entendimento na área social e pela paciência por algumas dificuldades encontradas por não ser do Serviço Social.

Aos professores da Banca de qualificação Alexandre Martins da UFG, Maria Conceição PUC-GO e a Lúcia Moraes PUC-GO (orientadora), os quais sugeriram correções de grande valia para minha dissertação.

Às eis Coordenadoras do Mestrado em Serviço Social pelo muito que nos fez, Dr<sup>a</sup>. Eleusa Ribeiro (aposentada) e à professora Dr<sup>a</sup>. Maria José de Faria Viana, em (memórium), meus agradecimentos.

Aos meus colegas de curso, que ficará sempre na lembrança, obrigado também pelos trabalhos em grupo que realizamos juntos.

À Amanda Peres Castro da área administrativa do Mestrado em Serviço Social, pela sua atuação eficiente e comunicativa, sempre nos informando dos acontecimentos importantes dentre da Universidade. Meu muito obrigado.

Ao colega e amigo da UFG, Domingos Medeiros que muito me ajudou em montagem de fotos, colagem de textos e formatação. Agradeço muito.

À FAPEG, pela bolsa concedida, que muito me valeu. Obrigado.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inhumas. Divino Eugênio Sebastião Sobrinho (presidente) pelas informações repassadas.

Ao Centro Tecnológico Federal de Inhumas, por dados fornecidos e pela presteza no atendimento.

Aos companheiros Pató, que me acompanhou durante as idas aos canaviais e pelas informações úteis que me passou. Ao baiano migrante de Santana (Bahia) que me esclareceu muitas coisas de suas vidas, suas experiências de campo. Ao Longuim, ao Intera, todos foram úteis para completar a realização da minha pesquisa. Meus agradecimentos.

À Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a todas as pessoas que me atenderam com carinho.

Se não fosse esse conjunto de pessoas não realizaria a minha pesquisa, onde a mesma foi realizada por todos nós. Ficam aqui minhas eternas lembranças e agradecimentos.

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado visa explicitar as condições de trabalho em que se encontra os trabalhadores temporários bóias-frias na agroindústria canavieira no município de Inhumas no interior de Goiás. Processo esse de expropriação/exploração-dominação e exclusão de milhares de trabalhadores canavieiros trabalhando por produção/metros, fato este também vivenciado pela família do autor, que foram migrantes de Santa Maria da Vitória da Bahia para Goiás, que será descrito ao longo dessa dissertação. Após revisões bibliográficas verifica-se que a inserção da tecnologia no setor canavieiro no contexto da lógica capitalista, não tem resultado em expressivas melhorias para os cortadores de cana, ao contrário, constatou-se a elevação da exploração dos trabalhadores, necessária para o aumento cada vez maior dos lucros. O resultado é o desemprego de grande número de trabalhadores e, portanto, a crescente precariedade do trabalho, ausentes das condições mínimas de vida, por ex., saúde, educação, segurança, habitação e trabalho diário, expressando assim, fome, violência e rebaixamento dos salários. Mesmo aqueles trabalhadores que conseguem permanecer no canavial restam-lhes o trabalho precarizado, afetando diretamente suas perspectivas no que diz respeito à melhoria na condição de vida, educação e forma de trabalho. O trabalhador canavieiro, após uma longa e exaustiva jornada de trabalho diária, não mais consegue encontrar condições físicas e mentais para freqüentar regularmente uma sala de aula, aqueles poucos que, com muito esforço buscam o estudo, não conseguem ir muito longe. O que se vê é contraditório na maioria das usinas, desenvolvimento sim, mas à custa dos cortadores de cana migrantes do norte e nordeste brasileiro que se encontram na Centroálcool, trabalhando por produção/metros na extração do mais valor.

**Palavras-chave:** Bóia-Fria. Trabalho Rural. Agroindústria Canavieira. Inhumas-GO.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to describe the conditions of work that is temporary workers day laborers in the sugarcane agroindustry in the city of Goiás Inhumas within this process of expropriation / exploitation - domination and exclusion of thousands of sugarcane workers working for production / meters, which was also experienced by the author's family, who were migrants from Santa Maria da Vitoria Bahia Goiás, which will be described throughout this dissertation. After literature review it is found that the inclusion of technology in the sugar industry in the context of capitalist logic, has not resulted in significant improvements to the cane cutters, on the contrary, it was found to increase the exploitation of workers needed for each increase increasing profits. The result is unemployment of large numbers of workers and thus increasing job insecurity, absent the minimum living conditions, eg, Health, education, safety, housing and daily work, thus expressing hunger, violence and demotion wages . Even those workers who manage to stay in the reedbed left them unstable jobs, directly affecting their perspectives with regard to improvement in living conditions, education and way of working. The sugarcane worker, after a long and exhausting journey of daily work, can not find more physical and mental condition to attend a regular classroom, those few who, with much effort seeking the study, can not go very far. What you see is contradictory in most plants, development yes, but at the expense of migrant sugarcane cutters in North and Northeast that are in Centroálcool, working for production / meters in extracting more value.

**Wordskey:** Cold - buoy . Rural work. Sugar Cane. Inhumas-GO.

## LISTA DE SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
AGEITEC	Agência Embrapa de Informações Tecnológicas
ANCA	Associação Nacional de Cooperação Agrícola
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento – GO
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CTC	Cento de Tecnologia Canavieira
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAÍ	Distrito Agroindustrial
DF	Distrito Federal
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FETAEG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo.
GEFRM	Grupo Especial de Fiscalização Rural Móvel
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGG	Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MPT	Ministério Público do Trabalho
MAST	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MLST	Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PF	Polícia Federal
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste
PMGCA	Programa de melhoramento Genético da Cana de Açúcar
RIDESA	Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético
SIFAEG	Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol de Goiás
SRTE- GO	Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de Goiás
SR.04	Superintendência Regional de Goiás
SR.28	Superintendência do Distrito Federal e Entorno
UDR	União Democrática Ruralista
ÚNICA	União da Indústria de Cana de Açúcar

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Grandes lavouras de cana em Inhumas-GO. ....	20
Figura 2: Diagrama do processo de ocupação de terras. ....	27
Figura 3: Cidade de Inhumas no contexto estadual e brasileiro .....	29
Figura 4: Parte do maquinário da destilaria de Álcool na cidade de Inhumas - Uso da água .....	40
Figura 5: Irrigação com vinhaça pelo método da aspersão. ....	46
Figura 6: Lavagem da cana e caixas de lodo (águas de lavagem da cana).....	53
Figura 7: Cana de Açúcar colhida 2013-Inhumas-Go (Montes em forma de esteira). .	55
Figura 8: Bóia Fria trabalhando nos canaviais (Inhumas- GO – 2013).....	56
Figura 9: Bóia Fria colhendo cana de açúcar no município de Inhumas-GO -(2013). Colheita manual da cana depois da queima da palha. ....	79
Figura 10: Trabalhadores (as) Bóias frias em atividade-município de (Inhumas-Go- 2013) .....	81
Figura 11: Trabalhador Boia-fria no município (Inhumas GO – 2013) .....	87
Figura 12: Queima de lavouras de cana - Inhumas/GO. ....	92
Figura 13: Casa abandonada em terras arrendadas - Inhumas/GO.....	94
Figura 14: Mecanização do plantio da cana de açúcar, 2010.....	97

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produção de cana-de-açúcar em Goiás entre 1948 a 2007. ....	35
Gráfico 2: Produao Agricola de Cana de Açucar de 2000 a 2007. ....	39
Gráfico 3: Área plantada de Cana de açúcar – período 2004 - 2011 .....	42
Gráfico 4: Variação de área cultivada.....	44
Gráfico 5: Produtividade média brasileira – período 2011 a 2013.....	44
Gráfico 6: Produção da safra de cana de açúcar – período 2010 a 2013. ....	45

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cadastro das propriedades rurais do Estado de Goiás em 1970 e 2003. ....	38
Tabela 2: Produção de álcool das cinco maiores destilarias goianas em 2006 (m <sup>3</sup> ) ....	40
Tabela 3: Posição de Goiás no <i>ranking</i> nacional. ....	45

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I - A QUESTÃO FUNDIÁRIA E A EXPANSÃO DO CULTIVO DE CANA EM GOIÁS E NO MUNICÍPIO DE INHUMAS</b> .....	<b>20</b>
1.1 A Questão Fundiária em Goiás .....	20
1.2 Características do Município de Inhumas-Go .....	29
1.3 A Expansão do Cultivo de Cana em Goiás.....	33
1.4 Características das Lavouras Canavieiras no Município de Inhumas .....	46
1.5 O beneficiamento da cana na região .....	51
<b>CAPÍTULO II - OS TRABALHADORES BÓIAS-FRIAS NA REGIÃO DO MUNICÍPIO DE INHUMAS</b> .....	<b>56</b>
2.1 Surgimento e caracterização dos bóias-frias canavieiros .....	56
2.2 Sistemas de trabalho na agroindústria de Inhumas .....	65
2.3 A cidade e a residência dos trabalhadores bóias-frias .....	69
2.4 Formas de deslocamento dos trabalhadores canavieiros .....	73
<b>CAPÍTULO III - AS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS BÓIAS-FRIAS NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE INHUMAS-GOIÁS</b> .....	<b>79</b>
3.1 Formas de vínculos de trabalho .....	79
3.2 A Precariedade de trabalho dos bóias-frias na agroindústria canavieira.....	86
3.3 A mecanização das lavouras de cana .....	95
3.4 As formas de luta dos bóias-frias nos canaviais.....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>121</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>129</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é explicitar as condições de trabalho em que se encontram os trabalhadores temporários bóias-frias na agroindústria canavieira no município de Inhumas, Goiás, Brasil. Trata-se de um processo de dominação, exploração e expropriação de milhares de trabalhadores canavieiros que são remunerados por metro quadro de produção. Esta situação foi vivenciada pela família deste autor. Seus pais foram migrantes de Santa Maria da Vitória da Bahia para Goiás. A memória da família foi uma das fontes utilizadas na pesquisa..

Para melhor apreensão sobre o modo de vida e da exploração desses trabalhadores, buscou-se em alguns autores que esclarecem o quanto a desigualdade social ainda está presente na sociedade capitalista brasileira, como mostra Minayo (1999), Saint (1980), Oliveira (2007), e outros estudiosos do tema.

As profundas transformações do modelo econômico decorrentes da reestruturação produtiva, da integração mundial dos mercados financeiros, internacionalização das economias, desregulamentação e abertura dos mercados. Com a queda de barreiras protecionistas, em suas causas e consequências político-sociais, vêm atingindo, de forma acelerada e diferenciada, sobretudo na última década, amplos setores da população trabalhadora. Essas mudanças, em grau e extensão diferentes entre países e no interior dos mesmos, veio nos causar permanentes incertezas, novas tensões, aprofundamento das desigualdades sociais e da exclusão social explicitada por Minayo (1999).

Essa autora mostra que no caso brasileiro ocorre um processo de pauperização, inclusive entre os trabalhadores integrados ao mercado de trabalho, como resultado de uma trajetória marcada pela insegurança, instabilidade e precariedade nos vínculos laborais em que esses e sua família vivem. Essa degradação das condições materiais de vida, das formas de reprodução, agravada pela ausência de mecanismos de proteção social e associada à desestruturação/reconstrução de identidades geradas em torno do trabalho, que configura, em sua complexidade, a nova questão social, como retrata bem Castel (1998). Sendo que dentre desse processo está o mais marginalizado de todos os bóias-frias canavieiros.

Para Saint (1980), as grandes transformações estruturais na agricultura acompanham a ascensão do Brasil para a posição de terceiro maior exportador agrícola no mundo. Uma das mais visíveis dentre essas transformações é o aparecimento do trabalhador assalariado temporário denominado de “bóia-fria” e a mecanização do trabalho no campo.

Segundo Oliveira (2007), o movimento dos trabalhadores para o corte de cana de açúcar no Brasil, ocorre tanto para as regiões tradicionalmente produtoras, como para as áreas em processo de expansão, inclusive acompanhando o movimento recente do próprio capital agroindustrial canavieiro. Ou seja, a mobilidade do trabalho está acompanhando o movimento do próprio capital em direção a outros Estados do Centro-Sul e Centro-Oeste e em vários municípios dos principais Estados produtores.

Esse movimento fez aumentar os bóias-frias, cujas características principais são: trabalhadores rurais com emprego periódico e relações de trabalho informais que geralmente são migrantes de outros Estados que vivem na periferia das cidades próximas a canaviais em expansão, onde ocorre grande demanda de mão de obra na monocultura. As condições de trabalho são precárias, em alguns casos com a ausência dos direitos trabalhistas essa relação tem algumas características do trabalho escravo em alguns estados do Brasil.

Cury (1970, p. 85), retrata a dura rotina do trabalhador bóia-fria:

É madrugada e uma legião de brasileiros já está pronta para começar mais um dia de trabalho pesado, vestidos com muitas camadas de roupas, sempre com mangas compridas, lenços, bonés e chapéus, trazem nas mãos muitas marcas e seguram marmitas enroladas em panos de prato, protegendo assim, o alimento para o almoço. A comida (ou a bóia-fria), que sai da casa quentinha, é armazenada em caldeirãozinhos ou vasilhas sem qualquer proteção térmica. Na maioria das vezes não tem como esquentá-las, então são ingeridas frias. Daí a denominação bóia-fria. Estes trazem no rosto a marca de uma vida sofrida, enfrentando o sol a pino e os perigos da lida do corte de cana: cobras, foices e outros instrumentos utilizados no trabalho. Na maioria das vezes as condições são precárias. O transporte, sobre o pau de arara ou ônibus rurais sem condições de tráfego, já inspira uma rotina onde há que se apegar a algo, nem que seja apenas a fé. São homens e mulheres analfabetos ou semi-alfabetizados, são geralmente moradores do campo, dos subúrbios ou de estados onde as condições de sobrevivência difíceis o levam a procurar trabalhos em regiões onde haja grandes plantações para colheita e longe de casa e da família. Ganham por produção e muitas vezes, para aumentar os rendimentos, se submetem a esforços que o corpo não está preparado para suportar, sendo muitos casos de morte. Em alguns casos, uma nova realidade toma conta da vida dos trabalhadores rurais, o consumo de Crack (hoje presente no meio rural como notificou recentemente a mídia). A droga chegou ao campo, transformando pessoas em máquinas de colheita manual. Consomem

drogas para agüentar a dura jornada e produzir mais, e enquanto isso, a droga os consome. O campo está mudando e os trabalhadores também. Automação, máquinas modernas, tecnologia vem substituindo o trabalho de muitos bóias-frias. Qualificação profissional é necessária e, uma nova gama de trabalhadores rurais encontrados nos campos. Mas, em um país de extensão territorial tão grande como o Brasil, o trabalho braçal, manual, quase artesanal, dificilmente será extinto e acrescento mais sem serem qualificados para outras funções.

O setor sucroalcooleiro é o que mais demonstra ser condutor dessas mudanças. Os pequenos produtores foram em grande parte desterritorizados, dando lugar às empresas capitalistas, que passam a empregar a mão de obra assalariada. Hoje, a modernização da agricultura com técnicas produtivas no meio rural, indiscutivelmente imputaram transformações radicais nas relações de trabalho, principalmente no caso do trabalho temporário pago por produção, como àquele empregado na atividade canvieira.

A posse da terra possibilitou a submissão de grande parcela da população aos interesses da classe dominante. A maior parte da população ficou destituída do poder e de qualquer privilégio dentro da estrutura sócio-econômica. Observa-se que dentro do esquema vigente do nosso processo de produção, nota-se que o trabalhador rural é transmitido o ônus do progresso, ele é quem paga com o seu desemprego a modernização da lavoura brasileira.

Com a modernização pode-se perceber que ocorreram mudanças em relação ao resultado da produção, mas o trabalhador continua sendo explorado com leis trabalhistas desrespeitadas, trabalhando dentro da informalidade, sem que isso implique algum tipo de punição. Como exemplo, as jornadas diárias/produção, salário digno, às vezes sem carteira assinada, más condições de trabalho e de alimentação e até de trabalho semi-escravo, como casos registrados em Goiás e no Brasil como um todo.

Todas essas condições, relacionadas à história de vida do meu pai despertou-me um grande interesse pela pesquisa desses homens e mulheres que fazem a história, e que por ela são ignorados. “Heróis” anônimos que auferiram ganhos consideráveis à agricultura do Estado e do país, graças à sujeição de milhares de braços a atividades intensas e que foram – e são – expropriados do fruto do seu trabalho em decorrência do processo capitalista na agroindústria canvieira que assume no Brasil (expropriação, exploração e exclusão). O Estado não deve ignorá-los e sim dar oportunidades de crescer com dignidade, seja por

meio da reforma agrária eficiente com assistência técnica ou pela educação de todos estes trabalhadores (as).

A expressão “bóia-fria” é designação proveniente do modo como eles se alimentam, pois saem de madrugada para o trabalho e já levam as marmitas, feitas pelas mulheres, como não existem meios para esquentá-las, os trabalhadores ingerem a comida fria. O conhecimento sobre tal situação é empírica, decorrente da memória deste autor:

Fazendo-me lembrar que muitas vezes trabalhei como bóia-fria com meu pai Anízio Cardoso de Oliveira no município de Baliza (Goiás). Na época, em 1958, lembro que minha mãe fazia a comida bem cedo e ele levava para a roça juntamente comigo, na hora do almoço ele acendia um foguinho lá mesmo e esquentava a comida, quando chovia a gente se escondia debaixo de barraco de casca de pau que ele mesmo fazia. Eu me recordo que teve uma grande crise e a gente passou muito mal, comia só abóbora, meu pai foi obrigado a trabalhar em outras fazendas para complementar a renda, andava até três quilômetros a pé, e só voltava à noite e assim sucessivamente (ANESINO, 2013).

A escolha do município de Inhumas no interior de Goiás ocorreu por ser um município de investida do agronegócio canavieiro relacionado à monocultura. E, que embora esse processo promova desenvolvimento para o município e ao Estado de Goiás, por outro, acha-se ali um novo desenho sendo gestado no campo. Pois com a expansão da cana de açúcar e implantação de novas unidades processadas, priorizou-se pelo arrendamento de terras na região e dando preferências por trabalhadores do norte e nordeste trabalhando por produção/metros.

Hoje, no município de Inhumas existem evidências de trabalhadores bóias-frias migrantes e locais explorados nas atividades canavieiras. Nesse processo destaca-se que o sujeito dessa análise não é o capital, e sim o trabalhador que realiza trabalho assalariado no campo mediante modo de produção econômica e social degradante. O que faz dessa classe um tema constante na luta por direitos humanos.

Nessa perspectiva a presente pesquisa procurou analisar as condições de trabalho ali existente desses trabalhadores canavieiros nesse município. Possibilitou melhor entender como e quais motivos esses trabalhadores bóias-frias ainda permaneceram na manutenção dessa atividade em pleno século XXI, em situações desumanas no município de Inhumas-Go. Conhecer o fenômeno sociológico dos trabalhadores sem terra, bem como as origens deste problema e suas dimensões.

Conforme Marx (1983), só é possível entender a história a partir das atuais categorias de análise. Assim, só foi possível a apropriação da realidade vivida

em sua totalidade, com suas múltiplas mediações, a partir do conhecimento adquirido por meio do percurso bibliográfico de vários autores, considerando alguns fundamentais para tratar do tema, como: Antonio Neto Teixeira (2009), Bertoldo (2010, 2012), Carlos Rodrigues Brandão (1982), José Graziano da Silva (1981, 1997), José Martins de Souza (1983, 1991, 1995, 2004, 2007 e 2010), Maria Aparecida de Moraes Silva (1999, 2004), Maria Conceição D'incão e Mello (1976, 1983, 1984), Renato Araújo Teixeira (2010, 2011) e Thomaz Júnior (2009). Abrangendo várias áreas como a sociologia, a economia, a social, a história, a geografia, a psicologia, o direito, a engenharia agrícola, a saúde e outras.

Como base primária da pesquisa, além da memória registrada por este autor, foi realizado conversas informais com trabalhadores nos canaviais como Longuim, Intera e Pató, que forneceram informações sobre o sistema de trabalho e o modo de vida desses trabalhadores, houve também dialogo com o Sr. Baiano migrante da cidade de Santana (Bahia), que esclareceu suas experiências de trabalho de campo desde sua infância até o presente momento, o que levou a compartilhar experiência vivida com o autor, até aos onze anos com meu pai, trabalhando como bóia-fria.

Para garantir o rigor científico, foi realizada pesquisa documental em várias instituições, tanto no município de Inhumas, Goiânia e em meio virtual. As visitas ocorreram nas seguintes Instituições, órgãos e secretarias como: Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e Universidade Federal de Goiás-UFG, Sindicato Rural de Inhumas (SR-Inhumas), Centro de Tecnologia Federal de Goiás (CTFG-Inhumas), Secretaria da Agricultura de Goiânia, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), Canavial da Centroálcool, revistas, jornais, teses, dissertações e internet.

Notando assim, que esses trabalhadores (as) hoje ainda apresentam sérios problemas trabalhistas sérios nos canaviais, tanto de exploração trabalhando por produção/metros, tanto na precariedade nas suas condições de vida, como de trabalho. Para atingir o objetivo pretendido da presente dissertação, a mesma se encontra dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo é sobre a questão fundiária e a expansão do cultivo de cana em Goiás e no município de Inhumas. Destacando-se os problemas da questão fundiária e da expansão da cana de açúcar em Goiás, características do município e

também as características das lavouras canavieiras no município de Inhumas, bem como o beneficiamento da cana na região.

No segundo capítulo tem uma análise do trabalho dos trabalhadores bóias-frias na região do município de Inhumas, com foco no perfil dessa mão de obra, sistemas de trabalho na agroindústria canavieira, a cidade e o local de moradia desses trabalhadores e a forma de deslocamento dos mesmos, o que permitiu conhecer a realidade desumana vivida por esses homens, que lutam por sua sobrevivência e de sua família.

O terceiro e último capítulo aborda as relações de trabalho dos bóias-frias na agroindústria canavieira no município de Inhumas-GO. Relatando as formas de vínculos de trabalho, a precariedade do trabalho dos bóias-frias na agroindústria canavieira, a mecanização das lavouras de cana e a forma de luta destes trabalhadores por melhores condições de trabalho.

# CAPÍTULO I

## A QUESTÃO FUNDIÁRIA E A EXPANSÃO DO CULTIVO DE CANA EM GOIÁS E NO MUNICÍPIO DE INHUMAS

### 1.1 A Questão Fundiária em Goiás



Figura 1: Grandes lavouras de cana em Inhumas-GO.  
Fonte: Teixeira (2009).

Com base nos trabalhos realizados pelo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o problema fundiário do Brasil remonta a 1530, com a criação das Capitâneas Hereditárias e do Sistema de Sesmarias<sup>1</sup>, o que levou a origem do latifúndio e conseqüentemente o latifundiário. Desde o Brasil Colonial, que a economia brasileira foi caracterizada pela monocultura, latifúndio e mão de obra semi- escrava. Sendo que os problemas persistem até hoje, grandes proprietários de terras, lutas pelas terras, trabalho explorado e escravizado. O desenvolvimento agrícola nada trouxe de melhorias para os camponeses e trabalhadores rurais e sim para os latifundiários, agroindustriais, estes últimos é que

---

<sup>1</sup> grandes glebas destinadas pela coroa portuguesa a quem despusesse cultivá-las dando em troca um sexto da produção.

leva o nome do desenvolvimento do país, enquanto os trabalhadores rurais e camponeses permanecem ocultos perante a sociedade.

A questão fundiária está associada também a experiência de trabalho escravo no Brasil, que inicialmente foi feita com a submissão dos próprios índios. Mas revelou-se pouco eficiente em algumas regiões, pela forte resistência nativa e pela oposição das ordens religiosas e da legislação oficial à escravização indígena. A opção pelo africano se deu por algumas supostas vantagens maior resistência física às epidemias e maiores conhecimentos em trabalhos artesanais e agrícolas. A opção pelo escravo africano se deu também para que o tráfico de escravos pudesse aumentar ainda mais os lucros. Para facilitar, nem o Estado nem a igreja católica condenavam a imposição da escravidão aos africanos.

A riqueza e a abundância dos recursos naturais da colônia atraíram, ainda, piratas e aventureiros de outros países da Europa, tais como franceses, holandeses e ingleses. A exploração das riquezas naturais e o extrativismo foram as principais formas de exploração, além da produção da cana-de-açúcar (que teve o seu apogeu no período colonial), o tabaco (cultivado na área do Recôncavo Baiano) e o cacau (cuja produção está concentrada nas cidades de Ilhéus e Itabuna, também na Bahia) (TEIXEIRA, 2009).

Segundo Teixeira (2009), em Goiás como no Brasil o uso e a posse da terra eram restringidos por leis bem rígidas, cobranças de dízimos, que funcionavam como uma espécie de freio a toda e qualquer iniciativa relacionada com a produção advinda do campo. Tanto no passado como no presente, os impostos sobre o que os homens produzem para a sua sobrevivência, e para fazer comércio com o que sobra, são desestimuladores para o produtor. E a população órfã do ouro vivia outra contradição, era cercada por um imenso espaço próprio para criação de gado, mas o uso e a posse da terra eram restringidos por leis cheias de formalidades difíceis de serem cumpridas pelo menos pelo mais comum dos camponeses, cito como, entre outras, a lei de Sesmarias.

No ano de 1375 foi instituído em Portugal a Lei das Sesmarias, esta foi designada com intuito de ajudar no avanço da agricultura que se encontrava desamparada como consequência das batalhas internas e da peste negra. Essa lei posteriormente foi adequada para funcionar no Brasil. Conforme rezava a Lei das Sesmarias, caso o proprietário não fertilizasse a terra para a produção e a

semeasse, então ela seria transferida para outro agricultor que se encontrava com ânimo para nela cultivar.

A concentração fundiária, concentração da terra, que em nosso país é um anacronismo de raízes históricas profundas. O Brasil já nasceu dividido entre poucas pessoas com a concessão de capitâneas hereditárias a donatários privilegiados. E há quase cinco séculos, a situação em quase nada modificou, pois não houve ruptura histórica capaz de mudar o caráter concentrador da propriedade (TEIXEIRA, 2009, p. 21).

Segundo Moraes (2003, p. 50), as primeiras Sesmarias Coloniais surgiram em Goiás durante o tempo em que pertencia à capitania de São Paulo e era administrada por ela no período de 1722 a 1748. Em 1726, o Anhanguera e seus sócios ganharam várias Sesmarias, e era enormes quantidades de terras que aproximava de 14.300 km<sup>2</sup>, isso como prêmio pelas passagens dos rios, em um total de 11, ao longo do caminho de São Paulo até as minas do Rio Vermelho em um percurso de 1.300 km.

Para a autora, as Sesmarias, autorizadas pelos governadores ao Capitão-Mor chefe da expedição, possuía um caráter extra-econômico, e sua posse conferia status e prestígio social. Os representantes do rei doavam as terras em nome dos interesses do monarca e não em nome do povo. Na época as relações políticas eram troca de favores, como ainda ocorre hoje. A lealdade política recebia como compensação retribuições materiais mais, também honorários, como títulos e privilégios, que por último, resultava em poder político e, conseqüentemente em poder econômico. Como se percebe os problemas fundiários é histórico e ainda persistem até hoje, é o toma lá da cá, entre empresários e governos (MORAES, 2003).

Seguindo o raciocínio de Teixeira (2009), o modelo econômico vigente privilegia a grande propriedade e as empresas rurais que se organizam em forma de Sociedades Anônimas, em prejuízo da pequena e média propriedade de atividade essencialmente familiar. Nesse sentido, é possível identificar grandes disparidades sociais no território brasileiro, dentre elas, na distribuição de renda e de terras, nos índices educacionais, de saúde, entre muitos outros. No entanto, muitas dessas não são conjunturais, mas decorrentes de um encadeamento de ações que vem ocorrendo desde a chegada dos portugueses nas terras do Brasil em 1500. Ao se

referir à questão fundiária, nota-se uma distribuição da posse da terra altamente concentrada desde a formação da propriedade a partir das Capitânicas Hereditárias<sup>2</sup>, em 1534, principal eixo da formação da propriedade privada nas ditas novas terras portuguesas e, conseqüentemente início dos problemas fundiários no território brasileiro, como se pode perceber até os dias de hoje.

Na visão de Furtado (1989, p. 64) “os problemas fundiários nos estados brasileiros são reflexos da construção histórica da formação da propriedade” que se estende até os dias atuais. O autor explicita que “essa herança provém da própria dinâmica de funcionamento do Brasil colônia e das leis vigentes nesse período”, como a lei de terras (lei nº 601 de 1850) as quais introduziram as disparidades na distribuição de terras e, posteriormente, na concepção mercadológica da terra as propriedades rurais estão distribuídas segundo suas dimensões dominiais constituindo em sua maioria em grandes latifúndios.

A Lei nº 601 não conseguiu colocar ordem no campo, e que o “espírito” da Lei marcou profundamente a estrutura agrária brasileira, uma vez que os grandes fazendeiros conseguiram manter suas posses e continuaram, ininterruptamente, grilando terras. E os moradores, que produziam em pequenos lotes, passaram a ser considerados como “intrusos” e inconvenientes, podendo receber punições, caso ocupassem as terras públicas ou particulares (SILVA, 1980).

A classe dominante brasileira é uma unidade na diversidade, um bloco sem cisões, fazendeiros, estancieiros, senhores de engenho, usineiros, elite industrial e mercantil. Estes homens circulam em várias destas atividades ao mesmo tempo. Não há uma “*burguesia nacional*”, industrial, que se opusesse à burguesia mercantil e ao imperialismo. São todos aliados, sócios, mesmo havendo tensões e

---

<sup>2</sup> Capitânicas hereditárias consistia em um sistema de administração territorial instituído pelo rei de Portugal, D. João III, isto, em 1534. Este sistema incidia sobre a divisão do território brasileiro em grandes extensões e assim, entregues a administração particular, principalmente nobres que tinha relações com a Coroa Portuguesa. O sistema foi cunhado pelo rei de Portugal com a finalidade de colonizar o Brasil, evitando, portanto, invasões estrangeiras. Denomina-se Capitânicas Hereditárias, pelo fato de serem transmitidas de pai para filho (de forma hereditária). O Brasil foi repartido em 15 lotes, que foi o total das capitânicas, sendo elas: 1- Capitania do Maranhão (1ª secção), 2 – Capitania do Maranhão (2ª secção), 3 – Capitania do Ceará, 4- Capitania Rio Grande, 5 – Capitania Itamaracá, - 6 Capitania do Pernambuco, - 7 Capitania de Todos os Santos,, - 8 Capitania de Ilhéus, 9 – Capitania de Porto seguro, - 10 – Capitania do Espírito Santo, 11 – Capitania de São Tomé, 12 – Capitania de São Vicente(secção 1ª), 13 – Capitania de São Vicente(secção 2ª), 14 – Capitania de Santo Amaro e 15 – Capitania de Santana. Sendo que o sistema não funcionou muito bem. Apenas as Capitânicas de São Vicente e Pernambuco deram certo.Vigorou até 1759, quando foi extinto pelo Marques de Pombal.

contradições entre estas burguesias pelo mercado, continuam fundamentalmente unidas (PRADO Jr., 1999).

O autor explicita que os setores, agrário e industrial, não se contrapõem, pois, são ligados. A elite agroindustrial brasileira é heterogênea quanto à sua origem, mas homogênea quanto à natureza dos seus interesses e negócios. O capital que impulsionou a indústria era de origem cafeeira. Muitos fazendeiros paulistas também industriais. É a partir desses empresários que percebe-se a contradição com o trabalhador rural trazendo-lhes o legado da miséria, precariedade do trabalho, exclusão social e da própria terra que lhes é de direito também. Segundo Prado Júnior “entre a burguesia brasileira e o imperialismo pode haver no máximo tensões pontuais. A elite agroindustrial brasileira nacional, antiimperialista e progressista não tem realidade no Brasil” (PRADO JUNIOR, 1999, p. 245-277).

Segundo Silva (1980) e Castro (*et al.*, 1982), descrevem que os avanços das transformações capitalistas na agricultura, mais manutenção de políticas governamentais em favor das grandes propriedades e, conseqüente em detrimento dos pequenos estabelecimentos, foram elementos vitais para a intensificação da concentração fundiária no Brasil. Outro fator citado pelos autores para essa concentração de propriedade, é a aquisição de terras com fins especulativos, ou seja, os estabelecimentos passaram a ser denominados não para atividades produtivas, mas como fundo de reserva.

A estrutura fundiária e a política de terras em Goiás seguem os mesmos preceitos legais e de protecionismo aos proprietários de terras do Brasil como um todo, sempre beneficiou a classe latifundiária que, em sua maioria, haviam obtido suas terras ilegalmente. A venda de terras efetivava a partir do maior lance, prejudicaram àqueles que já trabalhavam na terra, e, os chamados ocupantes. Nesse sentido, as práticas advindas da lei de terras também impediram o acesso legal de terras para os pequenos produtores, em geral o morador e o agregado. Como conseqüência, acentuou o desenvolvimento de um modelo concentracionista da propriedade fundiária, assentado na pecuária extensiva (SILVA, 1980).

Em relação aos fatores que dificultava a regulamentação das propriedades goianas consistia no alto custo das tarefas de medição que, geralmente, excedia o preço do terreno e, também, os interesses da classe dominante local que se dedicava à pecuária extensiva. A exigência de legalização da propriedade fundiária representava um obstáculo à continuação da prática de

apossamento. Essa situação revelava a incapacidade do Governo Imperial de fiscalizar a aplicação de suas políticas de terra e, conseqüentemente, as usurpações. As fraudes e as rivalidades continuaram a fazer parte da história agrária de Goiás (SILVA, 1980).

As relações sociais no campo sempre foram tensas, no Brasil colônia podemos citar os conflitos dos portugueses com os indígenas, sobrando um saldo significativo de mortandade indígena e epidemias diversas, depois vieram as rebeliões nativistas e separatistas, atualmente registramos os sem terras, assunto a ser aprofundado mais a frente.

Nesse sentido buscou-se corroborar com Freitas (2009, p. 20-21):

De um lado, os que tudo possuem, cultuam a filosofia do direito puro e simples de ter e dispor livremente do que é seu e, naturalmente, só vêem o problema por esse ângulo; de outro, os que nada têm, ou se conformam como se a riqueza de alguns e a pobreza de outros fossem características naturais da maneira como a própria sociedade se organiza ou se rebelam numa relação de forças desde o início desigual.

A autora continua sua reflexão reforçando que:

Nessa conjuntura os movimentos da sociedade em direção a uma reforma dos privilégios concedidos a uns poucos em detrimento da maioria de deserdados parece dar apenas pequenos passos à frente e passadas largas para trás, pelo menos é o que se pode constatar, quando se debruça sobre os problemas inerentes à terra, sua propriedade e uso.

A luta pela reforma agrária envolve aspectos econômicos, políticos e sociais. A questão fundiária atinge os interesses de um quarto da população brasileira que tira seu sustento do campo, entre grandes e pequenos agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais e os sem-terra. Fato esse, que “Os conflitos pela terra no Brasil assumem, a cada dia que passa características de uma verdadeira luta armada no campo” (OLIVEIRA, 1991, p.106).

Com a nova forma de produção, nota-se um processo expropriatória da classe trabalhadora no campo, que também destruiu a natureza, estabelecendo uma dinâmica apoiada na concentração, na exclusão e na destruição dos ecossistemas naturais. O resultado, além da miséria e do atraso social e econômico, foi e está cada vez mais intensificando, a violência, que do campo se esparrama pela sociedade brasileira. O que pode se considerar que a violência social no Brasil tem

origem na má distribuição de terras, que gera injustiça e multiplica a violência em todos os graus e em todos os setores da sociedade (DELGADO, 1985).

Seguindo o raciocínio de Delgado (1985), descreve que o processo de modernização da agricultura provoca intensa diferenciação entre as regiões e exclusão de grupos sociais. É um fenômeno que não contribui para encurtar a distância existente entre o grande e o pequeno produtor no país, mas pelo contrário, contribui para aumentá-la.

Na verdade, o processo de modernização é altamente concentrador, abrangendo basicamente a região Centro-Sul, mais propriamente o Sudeste e Sul. Nas demais regiões, esse fato ocorre lentamente e permanece o predomínio de um processo produtivo altamente heterogêneo com domínio das grandes propriedades. Faz se necessário “darmos uma contribuição de denuncia a respeito das injustiças sociais, notadamente no que se refere à posse da terra, com base na violência repressiva contra os sem-terra” uma vez que a reforma agrária no Brasil deveria ter acontecido há pelo menos 200 anos atrás, pode-se afirmar que na atualidade parece estar esquecida nas discussões acadêmicas e no poder administrativo (ENGRUP, 2008, p. 1013-1034).

Segundo informativos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG, 2013), o alto grau de concentração de terras no Estado de Goiás e na maioria das regiões brasileiras garante a uma parcela mínima de proprietários o domínio sobre a maioria absoluta das terras e, por outro lado, exclui milhares de famílias de trabalhadores rurais do acesso à terra, proporcionando a crescente exclusão e desigualdade na distribuição de renda. Além disso, este modelo excludente impede a geração de empregos e a melhor distribuição de renda no campo, razão porque a reforma agrária é elemento central na política de atuação da FETAEG (2013). A história é clara, demonstra que à medida que os latifúndios crescem, a riqueza se concentra em uma ínfima elite que impõe seu poder ao governo, fazendo com que sejam elaboradas políticas antipopulares.

Os latifundiários não querem mudanças porque não admitem perder privilégios concedidos, e, sobretudo perder sua hegemonia conquistada desde pós 1950 (OLIVEIRA, 2002). Como exemplo, pode-se citar a “*modernização da agricultura*” processo que reforça a hegemonia latifundiária, que tem como meta a implantação de inovações tecnológicas no processo produtivo, fatores de constantes

alterações nas relações de trabalho e produção que intensificou as relações submetidas ao capitalismo na agricultura.

De acordo com Silva (1999), a modernização da agricultura no território goiano, desencadeou um desenvolvimento desigual e contraditório no cerrado, processo dialético, resultante das novas relações estabelecidas entre homem x natureza e homem x homem, para territorializar-se, se fez em detrimento à exclusão de uma parcela da população, isto é da desterritorialização do camponês e da ascensão dos grandes produtores.

Para o autor, a desterritorialização sertaneja, resultou em um intenso movimento migratório, no sentido campo/cidade, trazendo conseqüências sociais graves, como crescimento urbano acelerado e desordenado. Com isso o sertanejo desprovido de recursos financeiros e de formação educacional é excluído da cidade, ocupando as áreas periféricas e sem infra-estrutura, além de se sujeitarem aos subempregos, devido à falta de qualificação profissional, exigida pela economia urbana. Enfim, os sertanejos se constituíam deserdados da modernização que também não tem “*direito a cidade*”.

Por meio de diagrama (Figura 2) procuro ilustrar as ideias apresentadas nesta análise.



Figura 2: Diagrama do processo de ocupação de terras.

Fonte: Fernandes (1996).

Segundo Silva (2003), no Centro-Oeste a política de ocupação de áreas “vazias” denominadas de “*marcha para o Oeste*”, foi posta em prática por meio de

assentamentos de famílias sem-terra em projetos de colônias<sup>3</sup> agrícolas, que estimulam os camponeses das regiões Sudeste e Nordeste à migrarem para essas áreas, na esperança de obterem terras abundantes e férteis. Para milhares deles, o sonho não passou de reprise do velho pesadelo, grilagem, violência e nada de terra livre.

Com essa política de ocupação dos espaços vazios, o governo central alcançava os seguintes objetivos:

- a) promovia o acesso à terra a trabalhadores sem-terra sem desmontar a velha estrutura fundiária concentrada;
- b) aliviava as fortes tensões sociais em regiões onde as terras eram monopólio de poucos proprietários (especialmente Centro Sul e Nordeste);
- c) ampliava a oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado interno, ao mesmo tempo em que criava condições para a ampliação do mercado consumidor de produtos industrializados na agricultura; e, por fim;
- d) garantia a soberania nacional sobre áreas mais amplas do território brasileiro.

Do ponto de vista macroeconômico, segundo Borges (2000, p. 16) a “*marcha para o oeste*” representou um importante mecanismo da divisão “regional do trabalho” no país sob a hegemonia do capital comercial do Sudeste, mais precisamente concentrado em São Paulo. Para o Estado de Goiás, esse processo significou a sua integração a esse mercado como fornecedor de produtos agropecuários, sem que isto tenha implicado, de imediato, em modernização do processo produtivo e das relações de produção no setor agrário. Em Goiás, confirma Borges:

o desenvolvimento da produção agrária deu-se nesse contexto histórico da articulação entre capital comercial e produção tradicional. A reprodução de práticas arcaicas de cultivo e de exploração do trabalho ocorreu em combinação com a expansão da fronteira agrícola e a crescente especialização da produção no campo (BORGES, 2000, p. 16.).

Seguindo o raciocínio de Borges (2000, p. 16), o setor agrário brasileiro somente passou a “constituir um importante mercado para os produtos

---

<sup>3</sup> (Ceres, em Goiás, Dourados, no Mato Grosso).

industrializados”, a partir dos anos 1950, “primeiro, apenas para os bens de consumo e, depois, também para os bens de produção”.

A integração entre o setor primário e o industrial consolidou na década de 1960, por meio da “modernização conservadora” e seletiva, restrita à produção agropecuária comercial da agricultura. Em Goiás, este processo alcançou maior amplitude a partir de 1970. A partir dessa década teve início ao processo de reestruturação produtiva em escala global, foi nesse contexto também, que o capital remodelou o trabalho nas mais distintas formas, como o trabalho precarizado, instável, temporários, terceirizado.

## 1.2 Características do Município de Inhumas-Go

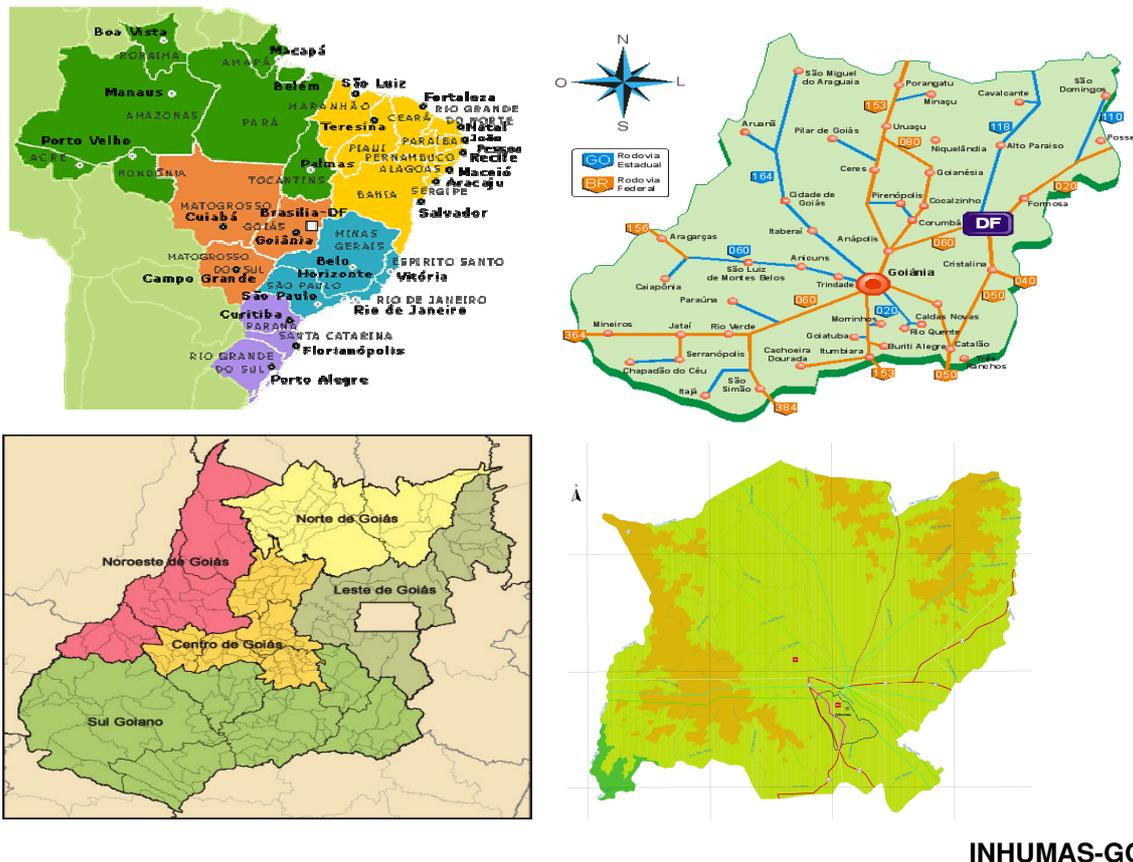


Figura 3: Cidade de Inhumas no contexto estadual e brasileiro  
Fonte: IBGE (2010).

O município de Inhumas, também apelidado de “Goiabeira”, teve sua fundação em 1931, Unidade Federativa de Goiás, Mesorregião – Centro Goiano, Microrregião – Anápolis, Região: Região metropolitana de Goiânia, Municípios limítrofes – Araçu, Brazabrantas, Caturaí, Damolândia, Goianira e Itauçu. Está

distante da capital 48 km. O Município possui área de 614.000 km<sup>2</sup>; com altitude de 770m e possui o clima Tropical-Semi-Úmido Quente.

Situado às margens da Estrada Real, estrada que levava a cidade de Goiás, então capital da província, Inhumas surge com o nome de “*Goiabeira*” por ser ponto de descanso para tropeiros, o vilarejo surgiu a partir da referência de um extenso goiabal, o que mais tarde se tornou uma fazenda de gado. A cidade de Inhumas originou-se da antiga Fazenda Cedro que teve como seu primeiro posseiro em julho de 1858, João Antônio da Barra Ramos. Registrou-a com a denominação de Goiabeiras<sup>4</sup> devido a abundância dessa árvore na região.

A população de Inhumas está estimada em 47 mil habitantes (IBGE, 2010). Muitos imigrantes foram responsáveis pelo crescimento da região, como os sírio-libaneses, espanhóis, italianos, japoneses e portugueses, cada qual com a sua contribuição. Por ser uma região de terra roxa com reserva de mata cultivável, propicia para a cultura do café, despertou grande corrente imigratória, principalmente com a chegada da ferrovia até Anápolis e a proximidade com a capital Goiânia.

A marcha para o Oeste promovida pela revolução de 30 fortaleceu o interesse desses imigrantes pelas terras inhumenses. Os sírio-libaneses foram os responsáveis diretos pela abertura do comércio na rua principal da cidade a Rua Goiás, onde construíram os primeiros sobrados. A colônia japonesa dedicou-se exclusivamente a horticultura, mudando acentuadamente os modos alimentares da comunidade. Em menor numero aparecem os italianos com participação especial, na formação sócio-econômica. Dedicados à agricultura, desbravaram matas, cultivaram o café, e ocuparam terras na região mais nobre de Inhumas, o Serra Abaixo. Topografia que lembra regiões da Europa devido a elevação dos morros. Os italianos também, influenciaram no contexto municipal participando inclusive das decisões políticas, caso de Roberto Balestra dentre outros.

A família Vila Verde (descendente dos espanhóis) se fixou numa grande faixa de terras, conhecida como Serra Abaixo, assim como os japoneses cultivavam o café. Os demais imigrantes, os portugueses (família Pires) seguiram o mesmo caminho da cafeicultura. Atualmente, Inhumas têm sua economia voltada para a agroindústria, possuindo um Distrito Agroindustrial (DAÍ), nele encontram-se

---

<sup>4</sup> A fazenda Goiabeiras passou a ser distrito em 27/03/1896, pela lei n. 04. Em dois de dezembro de 1908, foi promulgada a Lei n. 40 que dava finalmente a denominação atual de Inhumas. Nome sugestivo devido a grande quantidade de aves de porte elegante chamada Inhumas.

importantes indústrias nacionais. Porém, a agricultura constitui a principal fonte de renda do município. O plantio de cana de açúcar é forte na região, isso se dá ao fato da cidade produzir o álcool combustível e açúcar nas destilarias Centroalcool/Sa-Cenasa. O município conta também com as indústrias Centrocouros, Ipê-Agro Milho Industrial Ltda (GO 222, km 5, zona rural de Inhumas).

A proximidade de Inhumas com a Capital proporciona a utilização de diversos serviços e a infra-estrutura, inclusive de emprego, serviços de saúde, educacional, etc.

A Empresa Centroalcool, foi instalada em 1981 no município de Inhumas – GO, (rodovia Inhumas/Anápolis/km-3 – zona rural). A Indústria sucroalcooleira é do tipo úmido, necessitando de consideráveis quantidades de água em seus processos e operações, e, por esse motivo, suas instalações são próximas à mananciais de água e requer grande quantidade de área. Como no caso da Centroalcool, que usa como fonte principal de abastecimento o Rio Meia Ponte, manancial de extrema importância no que se refere ao abastecimento público das cidades do Centro-Oeste goiano. Para usufruir de uma vazão hídrica de entorno de 3000 a 6000 litros de água por toneladas de cana processada na produção de etanol (RENATO, 2010, p. 48).

Sendo que há pouca preocupação com o desabastecimento de água para a população da região metropolitana em virtude das lavouras canavieiras em torno da metrópole. A meta maior é a produção de etanol. A ironia da globalização mostra que é melhor abastecer os carros de combustível do que preocupar-se com poupar água. O sentido da sociedade é produzir lucros e não produzir sociedades sustentáveis (RENATO, 2010, p. 48).

È de fato necessário, mas por outro lado tem-se que preocupar com a sociedade no geral, pois, cedo ou tarde virão as consequências, como já se pode sentir que é a falta de água, poluição, terremotos, variação climática, terra para plantar etc. (RENATO, 2010, p. 48).

A Centroalcool fabrica álcool anidro com 99% de pureza e álcool hidratado com 93% de pureza. Estes são armazenados a granel em tanques metálicos verticais, localizados na área industrial. Em 2005, a destilaria processou 854.639 toneladas de cana, apresentando um rendimento de 91,46 litros de álcool por toneladas de cana. Também nesse período produziu-se 280 toneladas de bagaço por toneladas de cana, deste foi vendido cerca de 30% e queimado pela indústria cerca de 70% para a geração de energia. Essa queima é feita em caldeiras com

capacidade para 100 mil quilos de bagaço. Atendendo assim a toda capacidade energética da indústria. Já em 2006, foram plantados 2.900 hectares e arrendados 15.000 ha, com isso a estimativa de processamento é de 942.000 toneladas de cana, sendo 842.000 ton. Plantadas pela indústria e 100.00 ton. Compradas da destilaria de Anicuns.

Em Inhumas existem evidências de que a pequena cidade não consegue proporcionar ao pequeno produtor uma renda capaz de sustentar sua família, por isso, é mais fácil arrendar a terra para as destilarias. Segundo Teixeira (2011), em entrevista junto aos pequenos produtores e cortadores de cana na região de Inhumas, indica que a pequena propriedade está sendo incorporada à indústria canavieira. O Sr. Joaquim, de 70 anos, relata como se organizavam os arrendamentos de terra nas redondezas do município de Inhumas quando fala:

Tudo aqui é arrendado, exceto ao lado da destilaria, 80 ha é próprio da usina no meio de 14mil ha ( rodapé: exemplificando: 1 ha equivale a 10.000 m<sup>2</sup>, 1 alqueire goiano são 48.400 m<sup>2</sup>, sendo 4.84ha, 1 alqueire paulista vale 24.200 m<sup>2</sup> ou 2.42 ha.) que vai cortar esse ano. Não é praticamente nada, tudo é parceria agrícola que você paga para o parceiro no arrendamento da terra. O alqueire de terra dessa locação depende da distância da destilaria, das vias de acesso, do tamanho da terra. Aqui paga-se 60 a 90 toneladas por alqueire/ano que paga para o dono da terra (INHUMAS, 15/04/2010).

Ainda segundo informações do boletim o número de arrendamentos da terra é substancial, pois a usina possui apenas 0.5% de terras próprias para plantar cana-de-açúcar. O preço da terra na região do Mato Grosso Goiano, micro região na qual está inserido o município de Inhumas é valorizado. Dependendo da região, estipula-se na faixa de 50 a 100 mil reais o preço por alqueire isso em 2010.

Outro fator de impacto social é o corte manual da cana, apesar da pressão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as condições de exploração ainda existem. Visitando recentemente o local do canavial em Inhumas, foi observado que já existe água gelada e comida de restaurante aos trabalhadores, que é descontada uma porcentagem em seus salários, porém, alguns ainda preferem levar comida de casa, o transporte é feito de ônibus. O dono da usina obtém o lucro explorando o excedente produtivo do cortador de cana, já que ele produz mais do que ganha.

As terras devolutas no interior goiano eram apropriadas sem nenhum rigor no cumprimento da lei. Assim, foram sendo utilizadas em Inhumas duas forças de trabalho, a do agregado e a do posseiro. Entretanto, poucos posseiros requeriam em

Goiás as concessões de terras ou sesmarias. Em Goiabeira (Inhumas), esse aspecto seria consequência das condições impostas aos requerentes, os quais, ao receberem a concessão, deveriam cultivar a área recebida em dois anos.

Com isso, poucos tinham condições para cumprir essas exigências, preferindo sem a escritura de suas posses, o que posteriormente geraria conflitos, principalmente quanto à demarcação das propriedades. Pela falta de registros da Fazenda Cedro, talvez, ocorrido por conflitos pela posse da terra ou pela inviabilidade de seu dono de torná-la produtiva em dois anos sob pena de perdê-la, os documentos oficiais de registros apontam a fazenda Goiabeira de Félix Rodrigues, como a origem de Inhumas.

Em Inhumas está instalada a usina *Centroalcool*, produtora de açúcar, álcool e biodiesel. Para seu funcionamento ser eficiente, seu proprietário fez o mesmo caminho de inúmeras outras usinas no Brasil, buscando mão de obra temporária em outros estados e fez crescer “sua indústria”. Há mais de cinco anos encontra-se ali. Durante a safra, centenas de trabalhadores que se deslocam dos estados de Pernambuco, Maranhão e da Bahia que na origem deixam suas famílias ansiosas pelo retorno, alguns trabalhadores nem retornam às suas origens constituem outras famílias.

No ano de 2012, a safra começou em março e a maioria dos trabalhadores permaneceu até dezembro. São esposas, namoradas, filhos e pais que sofrem a ausência e a privação financeira, pois nem sempre os trabalhadores conseguem produzir o bastante para enviar o dinheiro suficiente a fim de que em sua casa, tenham a dignidade merecida; são crianças, que crescem sem a presença física dos pais, são sonhos podados pela distância entre o já e o ainda não. Esses migrantes são homens, jovens na sua grande maioria, que trabalham desde a madrugada até a tarde, de segunda à sexta feira e, no sábado, até ao meio dia para com o seu suor, ganhar o sustento de seus lares. Assunto a ser referido com profundidade no III capítulo.

### **1.3 A Expansão do Cultivo de Cana em Goiás**

A cana de açúcar (*saccharum spp*) espécie originária da Ásia chegou ao Brasil em 1532 Com Martim Afonso, o primeiro donatário das capitâneas hereditárias, que fundou na colônia Portuguesa um engenho de cana na Vila de São Vicente.

Desde então, o setor sucroalcooleiro assumiu grande papel na economia nacional, passando por diversas etapas de expansão. A primeira etapa foi ainda na fase do Império, “*Ciclo da cana de Açúcar*”. Onde o país já se tornou principal produtor mundial e exportou açúcar para a Europa por vários anos.

A segunda foi após a crise de 1929, com a obrigatoriedade de adição de 5% de álcool à gasolina, e a criação do Instituto do Açúcar de Álcool (IAA), que surgiu como reflexos de reivindicações dos empresários do setor. A sua função era de estabelecer cotas de produção e normas rígidas para todas as etapas do processo produtivo e de comercialização dos produtos nos mercados interno e externo.

A terceira foi a implantação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1973, no governo Geisel, tendo o objetivo de aumentar a produção de álcool, por meio do aumento da oferta de matérias primas e ampliação, modernização e instalação de novas unidades produtoras e armazenadoras de álcool. Esse programa foi incentivado uma vez que, por ação da organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), ocorreu a crise do petróleo, levando a uma elevação no preço da gasolina em todo o mundo. Por fim, com a estabilização do mercado do petróleo e a escassez de recursos públicos para subsidiar os produtores, o programa entrou em um período de decadência levando a uma queda na produção nacional de álcool.

A década de 1990 foi um período de reestruturação do setor, pois o mercado deixou de ser regulamentado pelo governo, ficando totalmente liberada a produção, a distribuição e a revenda dos produtos originados do setor, sendo os determinados pelo livre mercado. A quarta e última etapa é o crescimento atual, em que o setor sucroalcooleiro imprimiu entusiasmo devido ao surgimento do carro fléx e o aumento na quantidade de veículos com essa tecnologia em relação à frota total de veículos do país.

No Estado de Goiás a indústria canavieira teve o início de suas atividades em meados da década de 50 com a produção de açúcar nas cidades de Santa Helena e Barro Alto, tendo sua primeira etapa de crescimento só na década de 80 após a implementação do Proálcool, como mostra o gráfico 1.

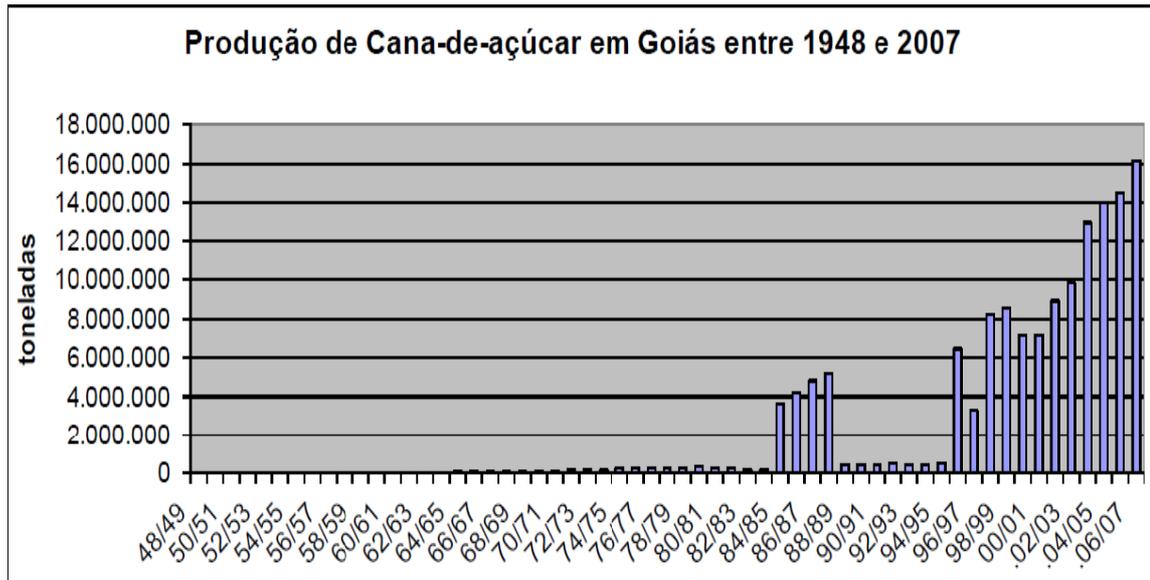


Gráfico 1: Produção de cana-de-açúcar em Goiás entre 1948 a 2007.

Fonte: Castro *et al.*, (2007)

Porém, com o fim do programa, e conseqüentemente a perda dos seus benefícios, o setor entrou em declínio, seguido de uma fase de estagnação. Ocorreu uma nova expansão já na década de 90, por ação dos grupos nordestinos que estavam limitados em seus estados pela topografia e/ou clima. Dentre os investidores têm-se os grupos Maranhão, Farias e Japungu que construíram, reativaram e adquiriram usinas no Estado.

Por fim, na última década ocorreu uma expansão que teve como agente os tradicionais grupos paulistas, estes instalaram no estado novos empreendimentos, destacando-se entre eles, o Cerradinho, USJ, Cosan e São Martinho. Além das empresas atuantes no mercado goiano em grande expansão e com investimentos de capital externo, sendo estes representados pela ETH, BP e Brenco. Os últimos dois surtos de expansão do setor sucroalcooleiro para o estado de Goiás foram motivados por fatores econômicos e naturais. Com relação à fatores econômicos podemos citar o baixo preço das terras que permitiram arrendamentos e aquisições a um preço inferior aos tradicionais das regiões produtoras. A ação do governo federal também foi fundamental para o desenvolvimento do setor em Goiás, citando como ex: o Proálcool, citado anteriormente, o qual incentivou o setor na década de 80 e a ação do governo estadual por meio dos programas como, Produzir (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás), o qual o Estado reduziu o valor do ICMS mensal tendo como objetivo incrementar a implantação, e a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento do Estado; como também, por meio

de reajustes tributários que incentivaram o setor, observados em 2006, quando o governo desonerou os impostos incidentes sobre o álcool e onerou a gasolina.

Como afirma Guimarães (2010), a expansão da Fronteira Agrícola, o Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (POLOCENTRO) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (proceder e produzir), elementos decisivos nessa incorporação. Pode-se mencionar ainda que a farta disponibilidade de terras agricultáveis, uma disponibilidade hídrica compatível com a cultura e a topografia, as quais permitiram a mecanização e condições climáticas adequadas para ricas produções. Tanto é que Goiás possui um dos maiores rendimentos de cana de açúcar por hectare, produzindo uma média de 15 e 16 toneladas por hectare.

Fato interessante também é o grau de concentração de terras, são as formas de avaliar o grau de concentração por meio da análise dos percentuais de terras atribuídos em cada um dos estratos de propriedades rurais. Segundo o Estatuto da Terra, os imóveis são caracterizados entre minifúndios, pequena, média e grande propriedade ou latifúndios. Conforme os exemplos de que menos de 10 hectares é minifúndios; menos de 200 hectares é uma pequena propriedade; e 200 a 1000 hectares considera-se média propriedade e, mais de 1000 hectares é uma grande propriedade.

Observa-se, que acabou aquele tempo que se plantava para a subsistência, com fartura para os pequenos produtores, plantação e criação de galinhas, porcos e até um gadinho solto em áreas do cerrado.

Pouco tempo depois, já no limiar do século XXI, e diante das novas realidades sociais, políticas e econômicas regionais, nacionais e planetárias, o arranjo sócio-espacial do território se inverteu bruscamente. O que era bom apenas para criar gado, o cerrado tradicional, se tornou no carro chefe do agro-negócio goiano, e as regiões da agricultura tradicional, como as do “mato grosso”, terras de boa fertilidade natural, estão passando por um processo de readaptação à pecuária de semi-confinamento e de monocultura rica, com ênfase para a produção de cana para a indústria alcooleira, ou transformando em áreas de expansão urbana e de especulação imobiliária próximo às grandes cidades, como Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis e, Brasília. Pelo que se vê, não é mais o campo que comanda e decide o que a cidade vai consumir, mas o que o que esta última estabelece como prioridade. Antes, o campo era prioridade, hoje é o contrário, o campo tem que seguir os desígnios da cidade (TEXEIRA, 1982).

Tabela 1: Cadastro das propriedades rurais do Estado de Goiás em 1970 e 2003.

PROPRIEDADE	QUANTIDADE (Q)				ÁREA OCUPADA EM HA				EVOLUÇÃO 70/03	
	1970	%	2003	%	1970	%	2003	%	Q %	A %
PEQUENA (Menos de 100 ha)	68.727	59, 2	103, 205	70, 5	2.581.000	8, 9	5. 034. 458	16, 3	50,2	95,1
MÉDIA	42.258	36.4	31.168	22, 0	13.108.000	45, 2	9. 104. 528	29, 4	-26,2	-30,5
GRANDE	5.108	4, 4	12. 088	7, 5	13.311,000	45, 9	16. 817.944	54, 3	136,6	26,3
<b>Total</b>	<b>116. 093</b>	<b>100</b>	<b>146.461</b>	<b>100</b>	<b>29.000.000</b>	<b>100</b>	<b>30.956.930</b>	<b>100</b>	<b>26,2</b>	<b>6,7</b>

Fonte: IBGE (1970). Recenseamento Geral do Brasil-Goiás; INCRA (2003). Goiás: Imóveis cadastrados por município. In: SEPLAN-GO. Anuário Estatístico de Goiás.

A tabela 1, confirma o fenômeno que pode ser apontado como a causa principal do que está acontecendo no campo, pois, a concentração da propriedade em poucas mãos e, conseqüentemente, o surgimento de uma classe social de deserdados, que são os camponeses sem terra, do qual se originou o MST.

As pequenas propriedades, aquelas com menos de 100 ha, no ano de 1970 correspondia a 50, 02 % ao todo em relação a quantidade, já em 2003 subiu para 70, 05, estas áreas chamadas de pequenas propriedades, por ha ocupadas em 1970 era de: 8,9%. Tendo tido uma evolução em 2003 para 95,1, isto aponta que estes possuidores não conseguiram acompanhar a evolução no que diz respeito ao tamanho, ou seja, passar suas áreas de pequena para média e futuramente dado seu tempo em número maior de proprietários de grande terras, mas ao contrário disto, aumentado em número maior de pequenos proprietários. A classe média também começa a desaparecer, se aproximando mais da base da pirâmide social que do vértice, pois, em 1970 detinha 22% da área total, em 2003, 30,5% a menos.

A propriedade média de caráter eminentemente familiar está sendo engolida pela grande propriedade, de caráter latifundiário, ou se esfacelando em minifúndios improdutivos, geralmente de caráter especulativo. Isto vem confirmar o que Lênin diz:

O mercado capitalista se forma com a expansão da divisão social do trabalho que corrói a economia de auto subsistência, que produz uma divisão de ramos de produção cada vez maior, etc, [...] o desenvolvimento da economia mercantil significa, que uma parte cada vez maior da população se afasta da agricultura, ou seja, que a população industrial cresce às expensas da população agrícola (LENIN, 1988, p.15).

Portanto, no capitalismo, a população industrial e comercial cresce em detrimento da população agrícola e isto, têm sérias conseqüências para a questão do mercado interno, pois a evolução da indústria e da agricultura se forma grandes centros industriais em números crescentes. Com esse desenvolvimento capitalista os pequenos produtores são separados dos seus meios de produção e levados à ruína. A exploração canavieira em Goiás, nos últimos anos, tem provocado uma competição pelo uso da terra. A cultura da cana avança sob as áreas de grãos, pastagens e remanescentes da vegetação nativa.

Hoje, por exemplo, o Estado de São Paulo tem a maior área plantada de cana, com 4.4 milhões de hectares, seguido por minas Gerais, 648 mil hectares, Paraná, 608 mil hectares, Goiás, 601 mil hectares e Alagoas, 464 mil hectares. “A

área total de cana plantada no Brasil ocupa apenas 0.95% do território nacional” (BRASIL, 2010). Em Inhumas, a área plantada de cana aproxima-se de 16 mil hectares, média de 2.6% do total do Estado de Goiás.

Os municípios que mais se destacaram na produção de cana de açúcar no período de 2000 a 2007 foram: Caturai, Goianira, Inhumas, Itaberaí, Nova Veneza e Santo Antônio de Goiás. Como consta no gráfico 2, abaixo.

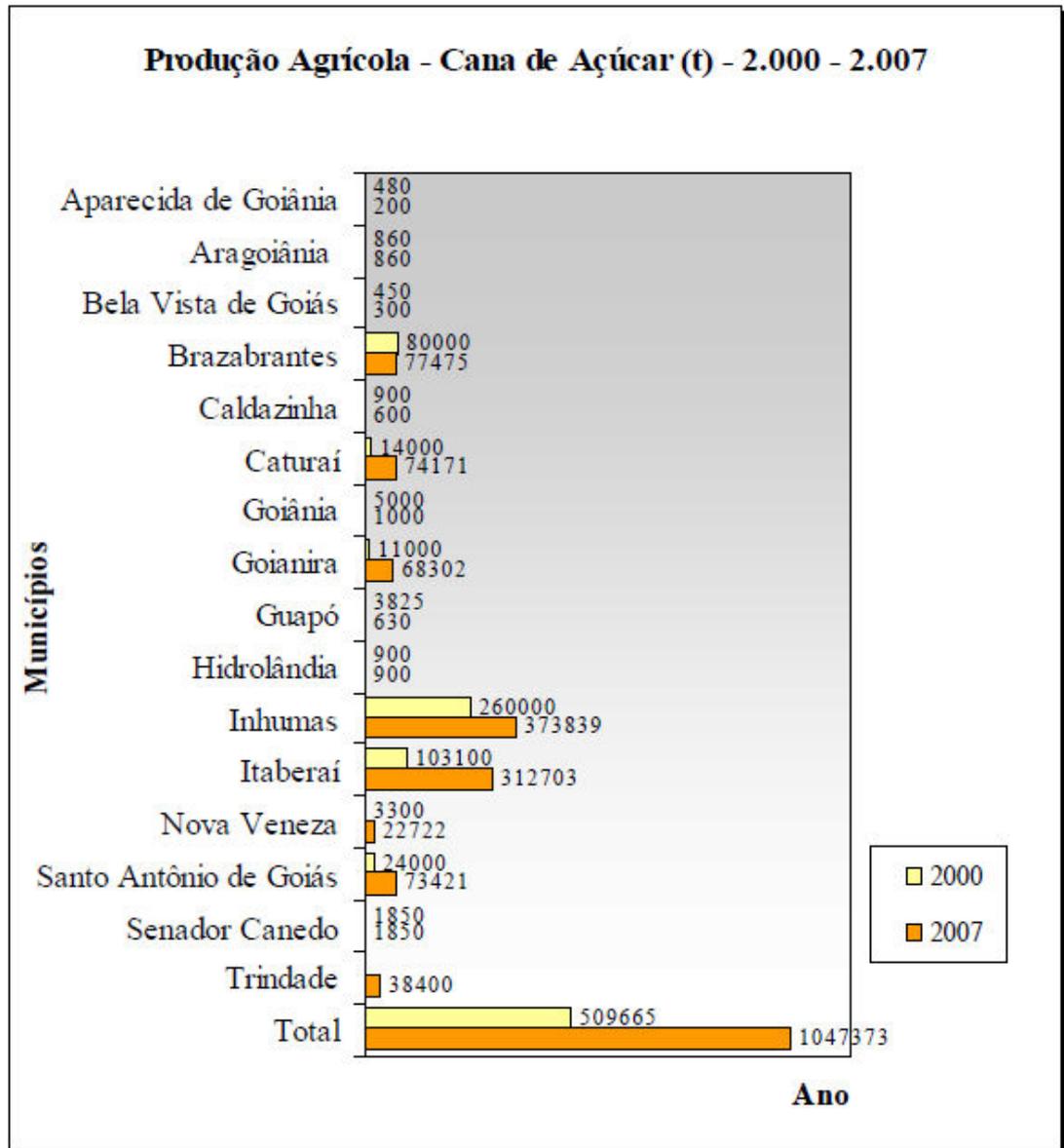


Gráfico 2: Produção Agrícola de Cana de Açúcar de 2000 a 2007.  
Fonte: Teixeira (2009).

O gráfico 2 apresenta a produção agrícola de cana de açúcar em que constata um dado importante que é o acréscimo substancial da monocultura. A qual vem nos provocar uma mudança nas relações sociais no campo, houve o

aperfeiçoamento do processo de apropriação e exploração da terra, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.

A destilaria de Inhumas foi instalada na década de oitenta, da mesma maneira em outros municípios do Estado de Goiás, como Goianésia, Serranópolis, dentre outros. Com a política do Proálcool, com investimentos privados que se consolidaram com o capital local subsidiado pelo governo federal através de empréstimos do Banco do Brasil, resultou a instalação de grupos hegemônicos locais no setor sucroalcooleiro, como se pode observar na tabela 2.

Tabela 2: Produção de álcool das cinco maiores destilarias goianas em 2006 (m<sup>3</sup>)

Destilaria/Município	Produção de Álcool/m <sup>3</sup>
Vale do verdão/Turvelândia	160.285
Destilaria Nova União S/A Jandaia	89.077
<b>Centro-Álcool S/A/Inhumas</b>	<b>82.218</b>
Cooper- Rubi/Rubiataba	60.375
Jales Machado S/A / Goianésia	60.375
<b>Total da produção dessas destilarias</b>	<b>466.707</b>
Produção total do Estado de Goiás	821.616

Fonte: Sousa (2009, p. 69)

Com base nesta tabela acima, pôde-se perceber que dentre as destilarias de hegemonia no Estado, a Centroálcool S/A, sediada em Inhumas-GO, em 2006 alcançou o terceiro lugar no *ranking* das produtoras de combustível, produzindo uma margem de 82.218 m<sup>3</sup>.



Figura 4: Parte do maquinário da destilaria de álcool na cidade de Inhumas.  
Fonte: Ferreira e Fretas (2006).

Segundo o representante do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol de Goiás (SIFAEG), André Rocha, a Centroálcool desempenhou e continua desempenhando um importante papel no desenvolvimento do setor no Estado de Goiás. Com mais de 30 anos em operação, a destilaria possui hoje uma capacidade instalada de processamento de até 1.5 milhão de toneladas de cana de açúcar por safra, produzindo etanol hidratado.

Portanto, o capital de investimento atual no setor sucroalcooleiro globalizou-se. Segundo Castro (*et al.*, 2007, p. 187) afirmam que triplicaram as áreas de cultivo e as usinas e grandes complexos industriais começaram a se organizar reafirmando o cerrado como o grande centro de produção de commodities para exportação.

Para Carrijo (2008), o Estado de Goiás é importante para instalar as empresas sucroalcooleiras, por terem vantagens competitivas, como:

- 1) Preços das terras e dos arrendamentos mais baixos no Centro-Oeste;
- 2) Fatores geográficos como: topografia plana, favorecendo a mecanização, solo e clima favoráveis;
- 3) Disponibilidades de recursos híbridos;
- 4) Excelente infra-estrutura urbana;
- 5) Localização adequada para a atividade industrial e;
- 6) Grandes extensões de terras agricultáveis.

Essas vantagens competitivas são consideradas pelo autor, as razões pelas quais o Estado de Goiás vem se consolidando no setor sucroalcooleiro e já alcançando a 5ª posição no *ranking* nacional em 2006. Contudo, essa expansão da produção sucroalcooleira faz despertar a atenção para seus impactos econômicos, sociais e ambientais.

Com relação ao objeto da pesquisa, observa-se uma grande desigualdade no campo, devido à exploração do trabalhador, miséria e violência contra os bóias-frias, cortadores de cana e, crescentes impactos ambientais de toda ordem, sejam no ar, por exemplo, queimadas, contaminação de lençóis freáticos, rios e lagos. Arrendamentos de terra por longos períodos, além do mais, restringindo as áreas de alimentos e migrações sazonais oriundas de todos os estados brasileiros. É um problema sério que se coloca aos pesquisadores, à comunidade de

estudiosos e a comunidade em geral, pois, além de todos os infortúnios desta problemática os próprios trabalhadores bóias-frias estão sempre inseridos nesses impactos sujeitos à todos os tipos de doenças.

A cultura da cana de açúcar em Goiás é antiga, mas foi a partir de 1990 que o setor começou a ter uma produção mais estável, com um aumento significativo a partir do ano de 2000, dado que é nesta época que a produção começou a apresentar um crescimento progressivo. Já o ano de 2006 ficou marcado pela expectativa de expansão do setor sucroalcooleiro goiano.

A CONAB (2007) fornece a produção (mil/t) entre os anos de 2000 a 2006 no Estado de Goiás. No ano de 2000, a produção (mil/t) em Goiás foi de 10.042.959t. Em 2002 de 11.665.740, o que demonstra um crescimento de 16.2% para Goiás em relação a 2000. No ano de 2004, a produção em Goiás foi de 14.121.079. O aumento da produção de 2002 para 2004 foi de 21,0%. Em 2005, Goiás produziu 15.752.864. O incremento da produção para Goiás em relação a 2004 foi de 11.5%. Em 2006 o Estado de Goiás produziu 19.737,7, o que representa um crescimento em relação a 2005 de 25.3%.

De acordo com os dados fornecidos pela CONAB (2007) no gráfico 3, de 2004 a 2010, o incremento da área ocupada com cana foi de aproximadamente (421,9 mil hectares).

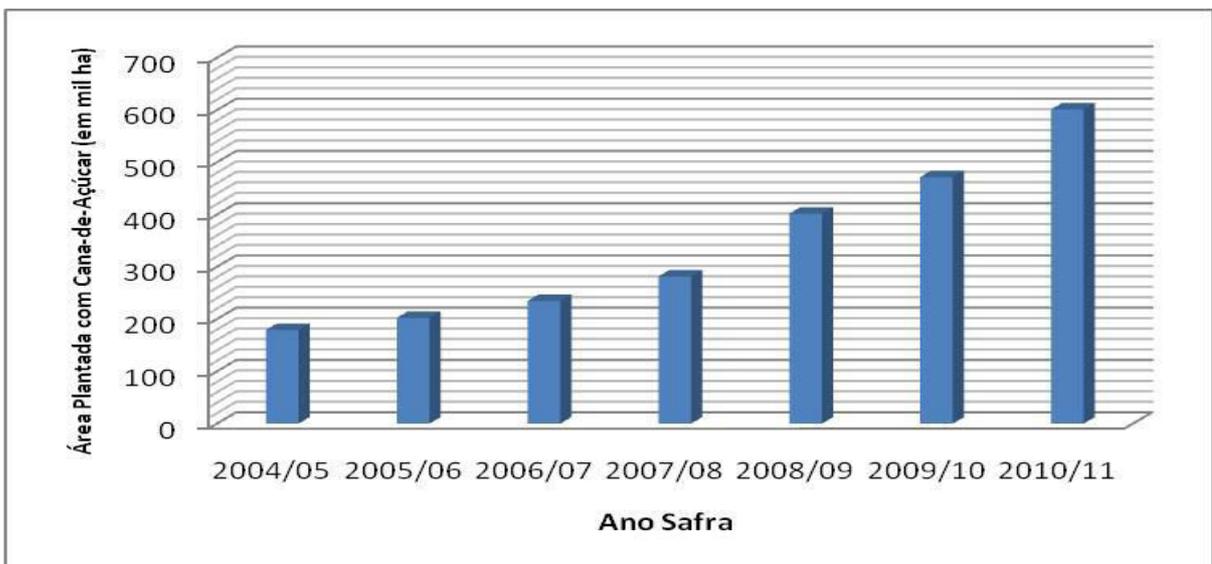


Gráfico 3: Área plantada de Cana de açúcar – período 2004 – 2011.

Fonte: CONAB (2007)

Ao analisar os dados do gráfico 3, constata-se, que, com um incremento médio de 22.7% ao ano na área plantada da safra 2004/05 para a safra 2010/11, obteve-se uma produção média de 25.5% superior em cada ano safra.

O Estado de Goiás é o quarto maior produtor de cana de açúcar do país, com 601.2 mil hectares de área de cana colhida destinada à atividade sucroalcooleira na presente safra, o que corresponde a 7.4% da área total estimada para o Brasil que é de 8.09,5 mil hectares (CONAB, 2011). A pesquisa nos revela mais uma vez que a expansão da cana foi atribuída ao aumento da demanda por açúcar e álcool, tanto no mercado interno como no externo, a maior rentabilidade em relação as demais culturas cultivadas no Estado de Goiás e pela certeza na comercialização e na maior liquidez da produção.

Conforme ainda informações da (CONAB) do 3º levantamento da safra 2012/2013 de cana de açúcar no Estado de Goiás realizado de 05 a 10 de dezembro de 2012. Isso nos acena um sinal que a lavoura de cana de açúcar continua em expansão no Brasil e em Goiás, destacando os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Goiás e Mato Grosso em áreas plantadas na parcela de colheita para a indústria, respectivamente, 61.8 mil hectares, 49.4 mil hectares, 47.5 mil hectares e 15.4 mil hectares.

A área cultivada com cana de açúcar que será colhida e destinada a atividade sucroalcooleira na safra 2012/2013 está estimada em 8.520,5 mil hectares, distribuídos em todos os estados produtores conforme suas características. O Estado de São Paulo é o maior com 51.87% (4.419,46 mil hectares), seguido por Goiás com 8.52% (725,91 mil hectares). A área cultivada goiana aumentou 7,00% em relação a safra anterior, que foi de 678.420 mil hectares.

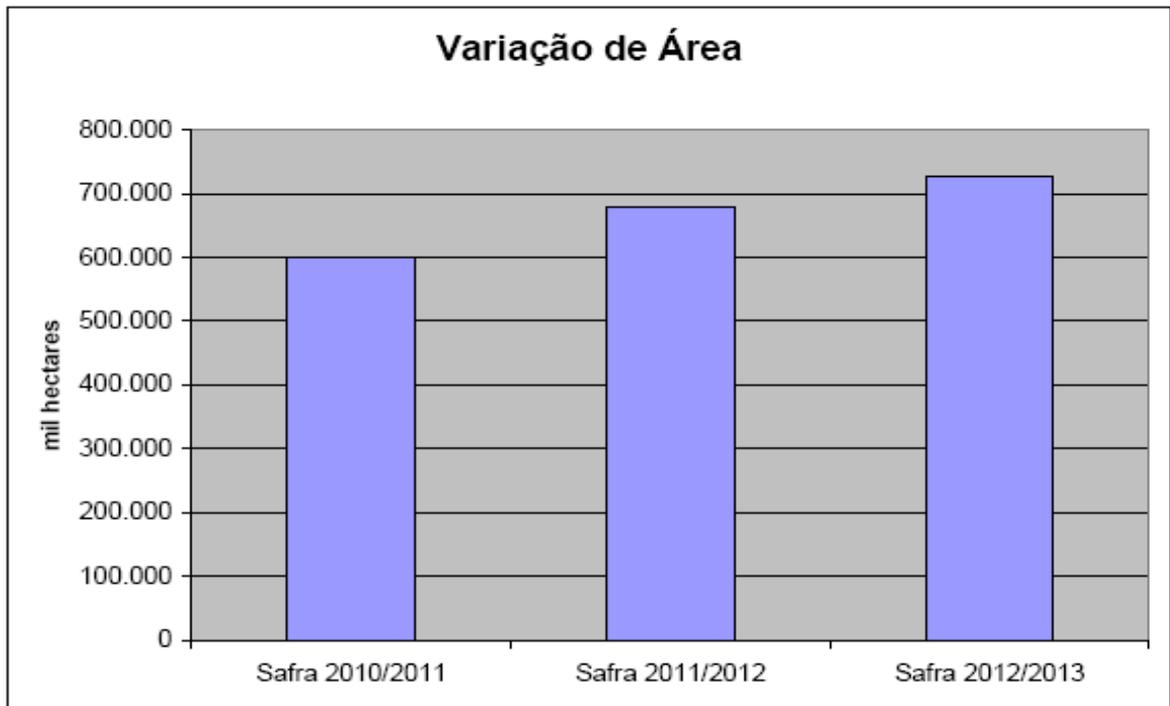


Gráfico 4: Variação de área cultivada.  
Fonte: CONAB (2011).

Neste terceiro, a produtividade média brasileira está estimada em 69.846 kg/ha, 4.2% maior que a safra 2011/2012, que foi de 67.060 kg/ha. Já a produtividade média goiana está em 73.200 kg/ha, maior que a média brasileira. Este valor é 9,80% maior que a média da safra anterior, que foi de 66.655 kg/ha.

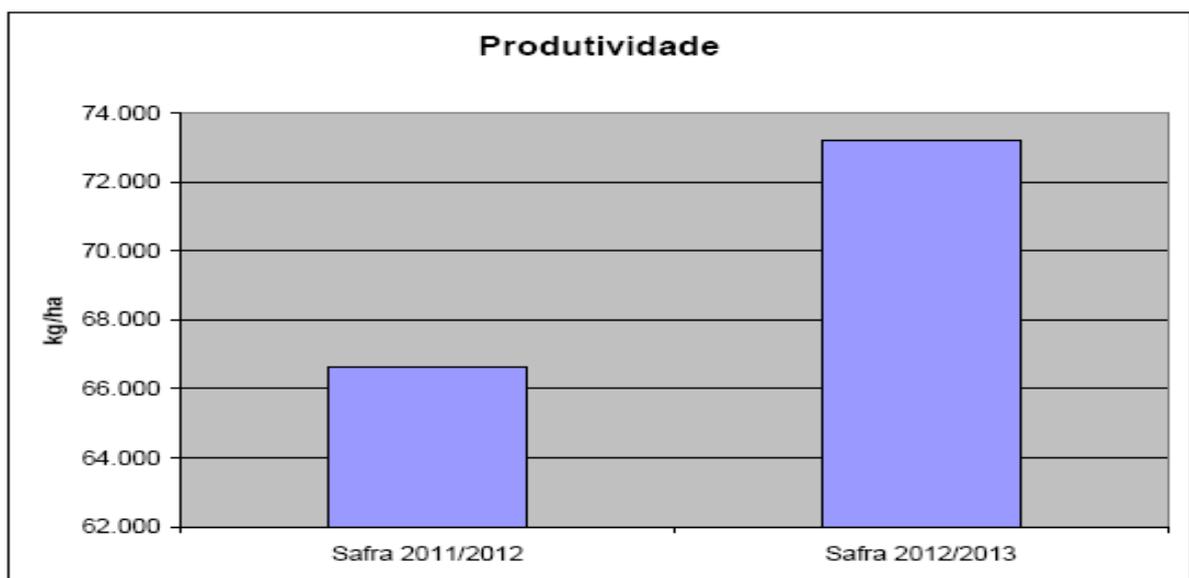


Gráfico 5: Produtividade média brasileira – período 2011 a 2013.  
Fonte: CONAB (2011).

Em relação a produção de cana de açúcar da safra goiana 2012/13 é de 53.136,6 mil toneladas, com aumento de 17,50% em relação à safra 2011/12, que foi de 45.220,1 mil toneladas, significando que a quantidade que será moída deve ser 7.916,5 mil toneladas a mais que na safra anterior.

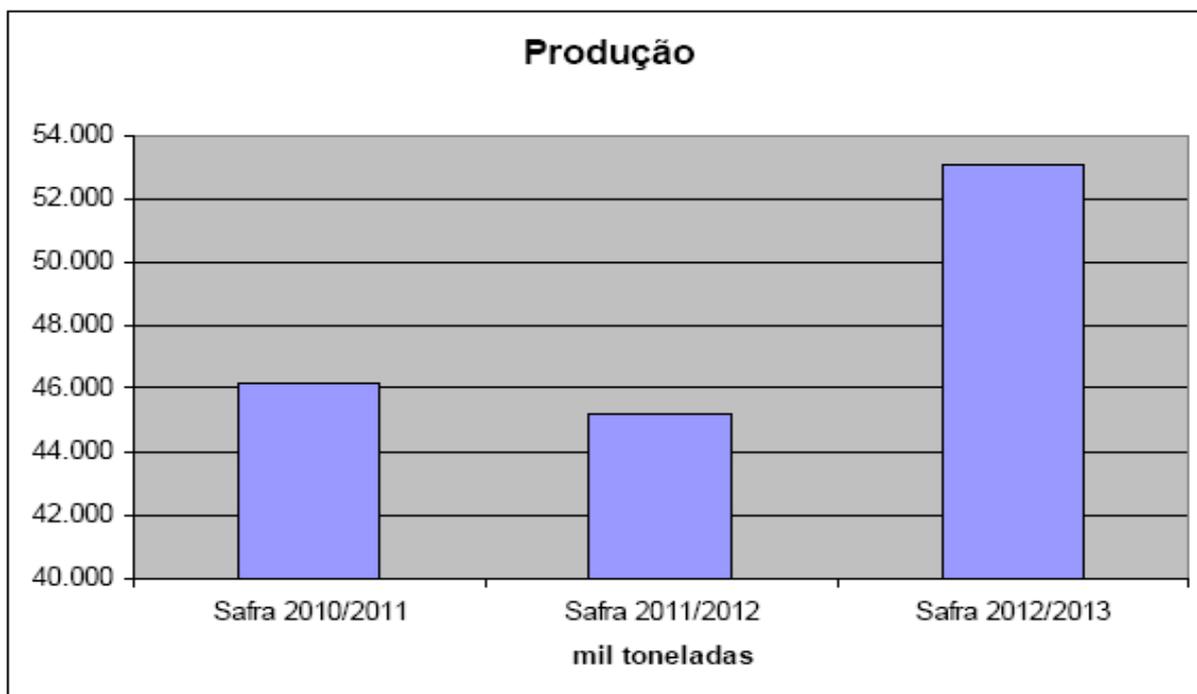


Gráfico 6: Produção da safra de cana de açúcar – período 2010 a 2013.  
Fonte: CONAB (2011)

Como se percebe Goiás está na posição de *ranking* nacional de produção de cana de açúcar. Percebe-se o quanto o Setor Sucroalcooleiro é bastante significativo na composição da economia nacional e internacional. Um mesmo setor que atravessa há anos mantendo sempre um nível de importância econômica relevante, é também o setor onde as relações de trabalho se mantêm entre os níveis mais precários. Assunto a ser tratado no terceiro capítulo.

Tabela 3: Posição de Goiás no *ranking* nacional.

PRODUTO	BRASIL			GOIÁS			GOIÁS X BRASIL		CLASSIFICAÇÃO		
	Área (m/h)	Prod. (m/h)	Prod. (kA/h)	Área. (m/h)	Prod. (m/t)	Produt (kg/h)	Área	Prod.	Área	Prod.	Produt.
Cana de Açúcar	8.434,3	588.915,0	69.824	672.430,0	45.988,9	68.407	7972,6	7,8	3	3	3
Açúcar mil t		288.287,4			13.569,7			4,7		7	
Etanol mil t		300.627,6			32.429,2			10,8		2	

Fonte: CONAB (2011)

#### 1.4 Características das Lavouras Canavieiras no Município de Inhumas

A cana de açúcar é uma planta de tronco fino e comprido com folhas também compridas e verdes. Seu tronco é macio e possui alta concentração de açúcar. A planta é a principal matéria-prima para a fabricação do açúcar e álcool (etanol). É da família Poaceae, representada pelo milho, sorgo, arroz e muitas outras gramíneas. As principais características dessa família é a forma da inflorescência (espiga), o crescimento do caule em colmos, e as folhas com lâminas de sílica em suas bordas e bainha aberta.



Figura 5: Irrigação com vinhaça pelo método da aspersão.  
Fonte: Teixeira (2009).

Usada para fabricação de álcool, açúcar e aguardente. Que faz parte de uma longa história em nosso país, trazendo riquezas. De origem asiática, a cana de açúcar foi trazida para o Brasil pelos portugueses na primeira década do século XVI. A cultura da cana desenvolveu-se com sucesso no nordeste brasileiro, se tornando o principal produtor e exportador de açúcar nos séculos XVI e XVII. O Brasil é um país com dimensões continentais, com diversidade de clima e solos, e a cana de açúcar é produzida em 20 Estados da Federação, durante todo o ano. A safra de cana do N/NE se inicia quando a C/Sul está próximo do fim. Quando a do C/Sul está no final, a do N/NE está no início. Isso nos esclarece que a produção de etanol ocorre durante todo o ano no país (TEIXEIRA, 2009).

A cultura da cana ocorre de acordo com as principais características agroclimáticas adequadas ao desenvolvimento e produção da cultura tais como: o clima e o solo, a cana de açúcar se adapta muito bem em às regiões de clima tropical, quente e úmido, cuja temperatura predominante seja entre 19 e 32°C no caso de Inhumas – GO, e as chuvas sejam bem distribuídas, com precipitações acumulada acima de 1000 milímetros por ano. A cultura também conta com duas fazes principais de desenvolvimento, a fase de crescimento vegetativo, em que a planta é favorecida pelo clima úmido e quente, e a fase de maturação em que exige temperaturas mais amenas e a baixa disponibilidade de água favorecem o acúmulo de sacarose.

O cultivo da cana de açúcar é geralmente feito de forma extensiva. As plantações ocupam vastas contíguas, e é necessária uma grande área plantada para justificar e manter produtiva a cadeia industrial à sua volta, as usinas de açúcar e Etanol. No entanto, os agricultores precisam conservar intocadas as áreas ao redor de mananciais de água, topo de montanhas e aclives acentuados, além de manter um percentual mínimo de mata nativa, que varia de região à região, sendo 20% no Sudeste e até 90% na região amazônica.

A empresa Centroalcool, em uma de suas estratégias é fazer a conscientização ambiental para a busca de uma economia sustentável, aumento da competitividade e da consciência ecológica. Tendo ciência de que se não houver adequação a esses novos conceitos, estará reduzindo o seu potencial competitivo e consequentemente reduzindo o seu crescimento estratégico de ação junto à comunidade.

A demanda nacional e mundial por álcool (combustível limpo e renovável) é grande e vem crescendo em larga escala, principalmente devido ao aumento da comercialização de automóveis bicombustíveis. Tornando assim o aumento das destilarias, as plantações de cana de açúcar, o uso excessivo de recursos hídricos e de grandes extensões de terras. Surge, no entanto, a preocupação do processo de minimização dos impactos no meio ambiente. Essas adequações já vêm mudando a rotina das indústrias açucareiras, que buscam por meio de modernização minimizar os danos causados por suas atividades. Dentre elas é o caso da Centroalcool, que vem a cada ano se adequando à legislação por meio de um projeto que visa à compra de máquinas colheitadeiras. Pois, a partir de 2018, um decreto do governo federal proíbe a queima das folhas dos canaviais, e um decreto estadual proíbe essa queima a partir de 2028.

Embora a vazão utilizada pela Centroalcool para a lavagem da cana é de (4,3 m<sup>3</sup>/ton.) e esteja dentro dos parâmetros recomendados (até 7m<sup>3</sup>/ton.), a capacidade de captação da indústria de 3.000 m<sup>3</sup>/hora da água do Rio Meia Ponte é bastante significativa. Fato preocupante por esse manancial ser de tamanha importância para o abastecimento público de cidades, tanto do próprio município de Inhumas, quanto Aparecida de Goiânia e a capital do Estado Goiânia (RENATO, 2010).

A pesquisa revela omissão com o desabastecimento de água para a população da região metropolitana, a Centroalcool usufrui de uma vazão hídrica em torno de 3000 a 6000 litros de água por toneladas de cana processada na produção de etanol. A sua meta maior é a produção de etanol. A ironia da Globalização mostra que é melhor abastecer os carros de combustível do que preocupar-se com poupar água. O sentido da sociedade é produzir lucros e não produzir sociedades sustentáveis (RENATO, 2010).

É de fato necessário atender às demandas e desenvolver, mas por outro lado tem-se que perceber que a própria sociedade esta destruindo a natureza. Há de se perguntar, de que adianta o desenvolvimento sem precauções para com a natureza e a riqueza, se daqui alguns anos a sociedade não terá nada, nem alimentos? O que faz lembrar o que Sem (1999) diz sobre o impacto que o crescimento econômico é capaz de gerar nas sociedades, e está diretamente relacionado à forma como os frutos serão aplicados, e acrescento mais ao modo de se lidar com a natureza. O governo Federal e Estadual aplica as leis, mas parece que estas não estão surtindo efeitos (RENATO, 2010).

Hoje com a modernização, o cultivo e corte é realizado por grandes máquinas e tratores. A prática do corte manual, precedida pelas queimadas, vem sendo gradativamente abolidas. Em São Paulo já existe legislação que determina a completa substituição do corte manual pelo mecanizado até 2031. Assunto a ser tratado no III capítulo em a Mecanização das Lavouras de cana (RENATO, 2010).

A cana de açúcar desde o descobrimento do Brasil vem sendo de destaque na economia nacional e hoje o país é considerado o principal produtor de cana de açúcar do mundo. Com destaque na produção de açúcar, álcool combustível e mais recentemente, biodiesel. A evolução da cultura canavieira está ligada à grande empresa agromercantil e à elevada concentração da propriedade da terra. E absorve uma grande mão de obra empregando milhares de trabalhadores rurais.

Os derivados de cana de açúcar representam 11% das exportações brasileiras, e a cana de açúcar é 4ª cultura em extensão territorial. Uma das principais preocupações do setor e do governo brasileiro tem sido viabilizar a expansão das exportações de etanol a partir de novas diretrizes de produção, a fim de diminuir os passivos sociais e ambientais, relacionados ao cultivo e beneficiamento da cana.

A cana de açúcar é plantada em várias cidades do município de Inhumas e outras, na forma de arrendamento de terras como: Goianira, Araçu, Itauçú, Itaberaí, Nova Veneza, Nerópolis, Damolândia, Santo Antônio e Rosário. Nas palavras de Pató, o tipo de cana plantada é a Benóbio, RB8 e Pé de Ferro. Que são ótimas para o clima da região de Inhumas que é quente e úmido e por alguns terrenos serem de cascalheira.

Em 1991 começou a se desenvolver pesquisas para melhoramento e desenvolvimento de novas culturas de cana, no caso cito a Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético (RIDESA), que foi instituída por meio de convênios firmado entre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Santos (UFS), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Federal do Piauí (UFPI). Em 2011, a RIDESA completou 20 anos, que tem como base o desenvolvimento da pesquisa 31 estações experimentais, localizadas nos estados onde a cultura da cana de açúcar apresenta maior expressão. A rede também desenvolve pesquisa nos campus das Universidades Federais citadas, principalmente nos cursos de pós-graduação. Nestes 20 anos de atuação, as universidades federais deram maior ênfase à manutenção e continuidade da pesquisa relacionada ao Programa de Melhoramento Genético da Cana de Açúcar (PMGCA), que continuou a utilizar a sigla RB para identificar seus cultivares, tendo liberado 65 cultivares.

Atualmente, os cultivados pela REDISA estão mais de 50% da área cultivada com cana de açúcar no país, chegando algumas regiões a apresentar até 70%. O que representou grande eficiência nestes últimos dez anos, dando incalculável retorno aos investimentos aplicados na pesquisa. E com a contribuição da UFG em novas estações experimentais para o Cerrado, localizada em Goiânia-Go.

O setor sucroalcooleiro brasileiro possui instituições em grande representatividade no sistema de inovação setorial, tais como o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Rede Interuniversitária para o desenvolvimento do Setor Sucreenergético (RIDESA), entre outras.

É possível verificar que os principais programas de melhoramento genético de cana de açúcar no Brasil possuem capacitação tecnológica para responder aos desafios colocados ao setor, tanto no que se refere às dificuldades impostas pelo aquecimento global e pelas mudanças climáticas, tanto às novas exigências legislativas (como a mecanização do plantio e da colheita) (CARVALHO; FURTADO, 2013).

Esses são alguns dos principais programas de melhoramento genético da cana de açúcar no Brasil: Variedades RB pesquisadas em convênio com as universidades Federais, Variedades Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), Variedades IAC e CV- CanaVialis – Monsanto. A RIDESA é um modelo de sucesso de parceria público-privada, a parceria é entre mais de 300 empresas produtoras de cana de açúcar, etanol e energia.

O setor sucroalcooleiro brasileiro despertou o interesse de diversos países, principalmente pelo baixo custo de produção de açúcar e álcool. O álcool tem sido cada vez mais importado por nações de primeiro mundo que visam reduzir a emissão de poluentes na atmosfera e a dependência de combustíveis fósseis. Entretanto, o baixo custo é conseguido, por vezes, pelo emprego de mão de obra assalariada de baixíssima remuneração e em alguns casos há até uso de mão de obra semelhante à escrava (SINTRIFAAL, 2009).

Ultimamente no Brasil, a agroindústria da cana de açúcar assim como a Centroalcool vem adotando políticas de preservação ambiental que são exemplos mundiais na agricultura. Embora nessas políticas não estejam contemplados os problemas decorrentes da expansão acelerada sobre vastas regiões e o prejuízo decorrente da substituição da agricultura variada de pequenas propriedades pela monocultura. As queimadas também têm diminuído devido ao aumento de denúncias e endurecimento da fiscalização, embora muitas dessas terminem sem uma penalização formal (SINTRIFAAL, 2009).

Para a renovação do cultivo, algumas indústrias canavieiras fazem a cada quatro ou cinco anos, plantios de leguminosas (soja) que recuperam o solo pela

fixação de nitrogênio. Quanto às queimadas da cana já existe um movimento em direção à mecanização da colheita que aumenta de ano para ano, além de rigorosos protocolos que provêm o fim da queima de palha até o ano de 2014 (SINTRIFAAL, 2009).

Os impactos ambientais decorrentes da cana de açúcar, vem sendo objeto de discussão em diversos fóruns, com importantes avanços nos últimos dez anos. Apesar disso, observa-se que o debate, muitas vezes, tem explorado a esfera essencialmente ambiental e envolvido questões econômicas e sociais. A colheita é a etapa mais sensível do processo produtivo da cana, em razão das queimadas (SINTRIFAAL, 2009).

A vigilância da sociedade e dos governantes frente a esse tema repercute em medidas para promover uma relação menos impactante entre a agricultura e o meio ambiente. No Estado de São Paulo, as ações para a limitação das queimadas vêm sendo implantadas há anos, e deverá ser completamente eliminada até início da próxima década.

Os selos de garantia são concedidos pelas empresas certificadoras, em consonância com as práticas ambientais sustentáveis, permitindo aos produtores atingir mercados exigentes em relação à qualidade e à procedência dos produtos. Para o consumidor o selo significa a garantia da aquisição de produtos saudáveis e ambientalmente corretos. Diante da obrigação de conciliar qualidade com pouco impacto ambiental, a certificação habilita as empresas brasileiras a participarem de mercados mais exigentes e a figurarem como importantes elementos na regulação da competitividade entre elas.

O diagnóstico agro ambiental viabiliza o levantamento das principais características e condições ambientais da área observada. As informações são fundamentais para o proprietário rural que passa a planejar a conservação ou recuperação do solo, conforme o caso, e avaliar as condições da terra após determinado período de plantio (AGEITEC, 2013).

### **1.5 O beneficiamento da cana na região**

O beneficiamento da cana de açúcar é uma das principais atividades econômicas da região de Inhumas, trazendo riqueza ao município e ao Estado. O

trabalho é um longo caminho cheio de atividades, envolvendo milhares de trabalhadores desde bóias-frias a técnicos especializados para se chegar ao processamento do produto final, álcool e açúcar.

A Centroalcool ao seu entorno tem ocupação do solo tipicamente rural e industrial, com predomínio de plantações de cana de açúcar para uso próprio da indústria. Sendo que a cana a ser processada é um dos produtos agrícolas de maior retorno para a economia brasileira. E gerando no município de Inhumas vários benefícios sociais significativos, como geração de renda e emprego para a população.

A cana de açúcar é a principal matéria prima para a indústria sucroalcooleira brasileira. A agroindústria da cana envolve várias etapas para seu beneficiamento, como a produção e abastecimento da indústria com matéria prima, gerenciamento dos insumos, resíduos, subprodutos e da versabilidade da produção de açúcar ou álcool, armazenamento e comercialização dos produtos finais. Estas etapas devem ser executadas com o emprego de técnicos eficientes de gerenciamento.

A colheita, carregamento, transporte, pesagem, pagamento da cana pela qualidade, descarregamento e lavagem (Figura 6) são operações determinantes para um bom desempenho industrial. Estas etapas devem ser realizadas em sincronia com as operações industriais para que não ocorra sobreabastecimento, o que demanda armazenamento, com conseqüente queda na qualidade ou falta de cana para moagem, ocasionando atrasos na produção.



Figura 6: Lavagem da cana e caixas de lodo (águas de lavagem da cana).  
Fonte: Ferreira e Freitas (2006).

Para o abastecimento hídrico, a indústria possui capacidade de  $3.000\text{m}^3/\text{hora}$ , é utilizada a vazão do Rio Meia Ponte, que se localiza próximo a destilaria. Como a água vem diretamente do rio, onde a mesma antes de ser encaminhada a produção, passa por uma análise de PH e se necessário é destinada à um processo de tratamento onde é usado cal para a devida clarificação da água. O que é um procedimento comum na destilaria, visto que para um produto final de excelente qualidade, a água usada na produção deve estar tratada.

No período de safra, que ocorre entre os meses de abril a outubro, em média são processadas por dia 5.000 toneladas de cana. Para a lavagem desta são utilizados  $4,3\text{m}^3/\text{ton}$ , resultando em uma utilização diária de cerca de  $21.500\text{m}^3$  de água. Após, realizada a lavagem da cana, a água é encaminhada à um processo de gradeamento e decantação, onde parte retorna para o processo de lavagem e parte é encaminhada à lagoa de vinhaça onde será usada no processo de fertirrigação.

A água utilizada para abastecimento interno (escritórios, refeitórios, sanitários, etc.), é captada de um poço artesiano existente no local e a destinação final desta é feita por meio de uma fossa séptica que recebe todo esgoto doméstico da indústria.

No processo industrial da Centroalcool são produzidos em média 12 litros de vinhaça por litro de álcool. Essa é encaminhada ao laboratório da destilaria a fim de se detectar falhas no processo, pois a presença de álcool indica a ocorrência de desperdício e conseqüentemente de prejuízos à empresa. Saindo do processo esta é encaminhada à lagoas de vinhaça, que recebem também as águas descartadas da lavagem da cana, estas então são enviadas às lavouras de cana para o processo de fertirrigação.

Para a fertirrigação a taxa de aplicação usada pela destilaria é de 350 m<sup>3</sup>/há ao ano. Nas lavouras próximas à destilaria, a vinhaça é conduzida por gravidade em um canal, cerca de 2 km, onde após atingir o local de irrigação esta é bombeada e disposta nas lavouras por meio do método da aspersão tradicional. As lavouras fertirrigadas que estão próximas à destilaria apresentam uma área de 390 ha. e as lavouras distantes apresentam área de 800 ha., que são fertirrigadas após a condução do restilo ao local por meio de caminhões. E as que se encontram muito distantes da indústria não recebem fertirrigação pelo fato de se tornar inviável o procedimento, mas quando necessários são irrigados com águas de mananciais que se encontram próximos aos locais por meio de caminhões.

Os solos das lavouras de cana de açúcar são analisados antes do plantio e ao final de três cortes da cultura. O que se conclui pelos colaboradores da indústria é que as lavouras fertirrigadas apresentaram um rendimento de até 50% maior que as demais. Nas lavouras não fertirrigadas, pela necessidade nutricional que o solo apresentou, é necessário utilizar adubo NPK, e assim a área concede uma produção de 5 a 7 colheitas/longevidade do canavial. Mas quanto nas lavouras com fertirrigação o beneficiamento contribuiu para uma maior longevidade do canavial chegando a um rendimento de 14 colheitas/longevidade do canavial.

Na indústria, a cana pode ter dois destinos: produção de açúcar ou álcool, que é o caso da Centroalcool de Inhumas. Para a produção de açúcar, as etapas industriais são: lavagem da cana, preparo para moagem ou difusão, pronta para moagem purificação do caldo: peneiragem e classificação, evaporação do caldo, cozinhamento, cristalização da sacarose, centrifugação, separação entre cristais e massa cozida, secagem e estocamento do açúcar.



Figura 7: Cana de açúcar colhida 2013-Inhumas-Go (Montes em forma de esteira).  
Fonte: Anesino C. de Oliveira (2013).

Para a produção de álcool envolve as seguintes etapas: lavagem da cana; preparo para moagem ou difusão, com a extração do caldo: moagem ou difusão; tratamento do caldo para a produção de álcool; fermentação do caldo; destilação do vinho; retificação; desidratação: álcool anidro ou hidratado. Chegando assim ao processo de transformação da cana de açúcar em produto acabado, como o álcool e o açúcar. Segundo Oliveira e Guidastre (2006), o sistema agroindustrial da cana de açúcar se divide em três subsistemas: agrícola (cultivo da cana de açúcar); industrial (produção de açúcar e álcool) e transportes (consumo de álcool combustível).

## CAPÍTULO II

### OS TRABALHADORES BÓIAS-FRIAS NA REGIÃO DO MUNICÍPIO DE INHUMAS

#### 2.1 Surgimento e caracterização dos bóias-frias canavieiros



Figura 8: Bóia-Fria trabalhando nos canaviais (Inhúmas- GO – 2013)  
Fonte: Anesino C. de Oliveira (2013)

Uma incursão pelos campos de cultivo e colheita, pelos tabuleiros verdes de cana, em Goiás, coloca-nos em contato com uma pequena multidão de gente igual, ali, sem nome e cara, avançando como em uma guerra, a golpes certos de facão, canavial adentra, com pequeno contingente de homens e mulheres cobertos dos pés à cabeça com roupas de algodão grosso, um dia branco, que os que os protegerá da “foice afiada do fio das folhas do canavial, das facas do sol e do vento, de um golpe de repente errado do facão de corte” e no retorno à cidade do “fio afiado do olhar do outro” (BRANDÃO, 1982, p. 24).

O trabalho com a cana de açúcar é uma atividade laboral desenvolvida nas lavouras, é exercida por homens e mulheres, trabalhadores ou pequenos proprietários. Os trabalhadores são, geralmente, denominados “bóias-frias” e podem ser trabalhadores do local, mas também podem ser itinerantes e temporários, que viajam à procura de trabalho nas diversas regiões do país, que comumente tem safras desencontradas. Os temporários vêm de várias partes do país e buscam melhores alternativas de trabalho e renda, seguindo muitas vezes, promessas

ilusórias que escondem uma realidade de exploração e dominação, ficando, na maior parte das vezes na mão de gatos, também chamados de atravessadores ou turmeiros, variando de região para região (SILVA, 1999).

Com o pensamento de Brandão (1982), procurou-se conhecer um pouco mais dos bóias-frias em Goiás. Com a expulsão dos trabalhadores do campo, retirando-lhes não apenas os meios de subsistência como também os direitos de cidadão trabalhador, surge o “bóia-fria”, trabalhador volante, eventual, banido da legislação. O “bóia-fria” é duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos, negam-lhes até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a nomeação de “bóia-fria”, sentida por muitos, como vergonha, humilhação pela condição de viver de forma inadequada como será mostrado nessa pesquisa. Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho, mas, sobretudo a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. A condição de trabalhador rural, posseiro, colono, arrendatário, parceiro, sitiante é substituída pela do volante, eventual, ocasional, aquele que voa, irresponsável, que não para em lugar nenhum, que não tem responsabilidades.

Entrevistas fundamentam a situação apresentada. Ao ser perguntado para o entrevistado o que ele pensa quando é chamado de “bóia-fria”, o trabalhador responde:

“Isto é falta de dar valor para os outros. É um descrédito. Eu sou um trabalhador rural”  
 “Não ligo. Porque isto já vem dos séculos e o povo acostumou. Porque é bóia-fria mesmo e não pode mudar”.  
 Não gosto. “Parece que a gente vale menos que os outros”.  
 “Isto é uma humilhação”.  
 “Tenho vergonha”.  
 “Se a gente chamar, pode até apanhar de facão”. Entrevista feita a um turmeiro (SILVA, 1999, p. 61).

Essa modalidade de vínculo empregatício ocorre nos anos 1960, quando as famílias de lavradores deixam de morar nas fazendas produtoras e passam a ter trabalho itinerante. A principal característica é a falta de estabilidade, baixa remuneração, local de trabalho distante do local de moradia e falta de documentação e de registro em carteira de trabalho. Em geral, eram pequenos proprietários de terras que ganhavam muito pouco com o que produziam, e quando grandes proprietários de terra passaram a oferecer pagamento, e não parte da produção, esses pequenos proprietários venderam suas terras e foram trabalhar nas lavouras, principalmente a de cana de açúcar (BRANDÃO, 1982).

Não havia consciência de que a remuneração por essa forma de trabalho esporádico seria insuficiente para a manutenção de suas famílias. O trabalho é sazonal, ocorre em tempos de semeadura e colheita, passando uma parte do ano sem salário e vivendo na precariedade nas periferias das cidades e/ou de fazenda em fazenda fazendo bico para o seu sustento, e que seriam explorados. Por isso vivem de trabalhos mal remunerados, mudando constantemente de trabalho para que possam adquirir dinheiro para a sobrevivência (BRANDÃO, 1982).

Para Martins (2010), em sua obra “Cativeiro da Terra”, a principal característica do colono era que, ainda que recebendo parte do seu pagamento em dinheiro, não era de modo algum um trabalhador assalariado porque produzia os seus meios de vida, plantando no próprio cafezal, ou fora dele. Dependendo da idade dos cafeeiros e de outras restrições técnicas, os gêneros alimentícios de que necessitava. O colono podia, ainda, contratar o trabalho de terceiros para auxiliá-lo em suas tarefas, caso em que o pagamento era feito pelo próprio fazendeiro que lhe debitava a respectiva importância. Tinha direito à moradia, a outro pedaço pequeno de terra no quintal da casa para fazer horta e criar animais domésticos, além do direito de ter animal no pasto da fazenda. Era um regime de trabalho familiar.

Segundo Graziano (1981), cita que não foi preciso desaparecer o colonato para surgir o volante e sustenta que durante a longa agonia do colonato, acelerado no pós-guerra, já era visível uma nova forma transitória de organização representada pelos assalariados temporários. E mais ainda, o volante não é apenas o colono expulso das fazendas de café. O colono típico da primeira metade do século foi sendo transformado gradativamente num trabalhador assalariado residente. Na verdade, antes de ser um bóia-fria, o colono foi um morador, um mensalista ou simplesmente um camarada diarista residente nas fazendas. O que o colono perdeu primeiro foi a sua “roça de subsistência”, que alimentava o seu projeto de autonomia, de libertação da exploração do latifúndio. E isso ocorreu principalmente no pós-guerra, como parte do chamado processo de modernização da agricultura. Onde: os pequenos produtores, em particular os não proprietários, como os colonos, os parceiros, os pequenos arrendatários e os posseiros, foram privados do acesso ao meio de produção fundamental, a terra, e expropriados de seus animais e ferramentas de trabalho.

Para Brant (1977), o colonato foi uma forma encontrada pelos fazendeiros do café de fixar uma mão de obra que era escassa e de baixa produtividade.

Existem relatados também que para haver o desenvolvimento da cafeicultura nas quatro primeiras décadas do presente século nessa área de relativa escassez populacional era necessário empregar mão de obra que ocupasse o tempo e área excedentes não dedicadas à cafeicultura na geração de parte de sua sobrevivência, fato que se estabeleceu o colonato. Em suma, o colonato surgiu da ausência de um mercado de trabalho e de alimentos na região. Mais tarde com as transformações nas empresas agropecuárias, que substituíram o café pela pecuária e por outras culturas temporárias e produção de bens para o mercado interno, permitiu a geração de um mercado de trabalho temporário (sustentado pela produção local de alimentos) que foi substituindo os colonos.

Stolcke (1986) analisa a agricultura paulista e escreve que a transformação dos colonos em trabalhadores assalariados permanentes e temporários, já existia antes da década de 60. Porém, a partir de 1964, acelerou-se essa transformação, praticamente extinguindo a categoria de colonos na década de 70.

No livro “A expansão açucareira em Goiás e suas implicações sócio-econômicas” do autor Santos (1986), descreve que o monopólio das agroindústrias açucareiras foi um dos fatores a evidenciar-se o deslocamento de pequenos proprietários, pressionados e levados pela própria especulação do capital. E se observa nas relações de trabalho, a presença do “bóia-fria”, cujas condições de vida tem sido objeto de investigação por inúmeros pesquisadores. Conforme a pesquisa empírica, fruto da memória do autor:

Meu pai filho de pequeno proprietário em Santa Maria da Vitória (Bahia), ainda bem novo, abandonou seus pais e irmãos em busca de melhores condições de vida e veio a pé para Goiás e fixou-se na cidade de Baliza. Ao sair do seu estado, a precariedade era tanta que no longo do percurso da viagem já começou a trabalhar de bóia-fria para os fazendeiros perto da estrada, assim que as munições acabavam, se não quisesse passar fome. Trabalhava uns dias abastecia e seguia viagem e assim sucessivamente até chegar ao Estado de Goiás. Na cidade de Baliza trabalhou por um longo tempo em diversos serviços braçais nas fazendas aos arredores da cidade, fazendo cercas, colheitas e fazia até roças toda derrubada no machado foi um guerreiro e mais tarde conseguiu comprar seu pedaço de terra (ANESINO, 2013).

Em menos de duas décadas, o Brasil apagou a imagem de um país com agricultura estagnada e surgiu como o terceiro maior exportador agrícola do mundo. Essa metamorfose não ocorreu facilmente, e o preço desse esforço de produção foi elevado: concentração de terra e capital o qual trouxe maciça migração rural-urbana;

irregularidades no abastecimento interno e de alimentos; e deterioração ecológica ao longo da fronteira agrícola em expansão. Essas mudanças foram acompanhadas de grandes transformações na estrutura da produção agrícola, que geraram novos padrões na organização do trabalho e nas relações sociais de produção. O produto social mais visível da modernização da agricultura é o trabalhador temporário, conhecido como “bóia-fria” (SAINT, 1980).

A Lei nº 5.889 de 1973, que substituiu o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), aparece a definição de “empregados rurais”, em lugar dos anteriores “trabalhadores rurais”. Os “empregados rurais” eram aqueles que trabalhavam diretamente para um empregador rural em bases não eventuais. Em janeiro de 1978, a Lei nº 6.019 definiu o trabalhador eventual ou temporário como aquele que não ultrapassava 90 dias. Aqueles contratados por um intermediário para trabalhar nas propriedades do empregador, não tinham direito aos benefícios da nova lei. Com isso, os trabalhadores eventuais ou temporários foram excluídos de forma definitiva da legislação trabalhista. Ao proteger os permanentes, a lei deixa descoberto os eventuais. Ainda tem um ponto importante, a Lei n. 5.889 de 1973, proibia explicitamente os descontos nos salários por conta dos gêneros alimentícios produzidos pelos próprios trabalhadores.

Portanto, essas leis regulamentavam relações de trabalho temporário para atender o mercado, a livre concorrência e contribuir com o desenvolvimento econômico. Isso provoca a expulsão dos trabalhadores do campo, retirando-lhes não apenas os meios de subsistência como também os direitos trabalhistas. Desenraízam-no, retirando-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. As condições subjetivas do ser são negadas. A condição de trabalhador rural, posseiro, colono, arrendatário, parceiro, sitiante é substituída pela do volante, eventual, ocasional, aquele que voa, irresponsável, que não para em lugar nenhum, que não tem responsabilidades. Ressalta-se que essas leis não só regulamentaram a expulsão como também legitimaram a condição de volante, do excluído da lei pela lei. Esse processo foi que permitiu os sucessos da modernização agrícola (SILVA, 1999).

Assim, o termo bóia-fria foi difundido no Centro Sul do país, quando trabalhadores sazonais eram chamados para trabalhar em colheitas nas fazendas, esses geralmente moram em áreas periféricas das cidades, assunto a ser aprofundado nesta pesquisa. Estes são recrutados em sua maioria pelos

atravessadores, homens denominados de gatos, responsáveis para conseguir a mão de obra para trabalhar temporariamente no campo.

Segundo Ramos (1986), o bóia-fria é também chamado de volante (português brasileiro) e mais recente passou a ser denominado de assalariado rural (português europeu), este é na verdade o homem que expulso do campo, vai constituir uma massa de trabalhadores temporários residindo nas periferias urbanas. Para Moraes (2003, p.85) “estes deixam de ser Sem Terra para serem Sem Tetos”. Migram de uma região agrícola para outra, acompanhando o ciclo produtivo das diversas culturas (nesse caso o da agroindústria-canavieira).

Nesse sentido buscou-se em alguns teóricos que abordam o assunto como o autor Ramos (1986, p.25), que diz que estes “são agricultores em diversas lavouras, mas não possuem suas próprias terras. Podem ser considerados proletários rurais”, que trabalham em prol do ganho capital do proprietário de terra.

Já, D'incão (1984, p. 10) caracterizou “os “bóias-frias” como sendo uma população errante que se desloca nas próprias regiões de origem, e/ou de uma região para outra à procura de trabalho” mesmo que seja por alguns dias. Constituem uma massa trabalhadora, subempregada, que é absorvida pelo sistema produtivo especialmente no setor agrícola de forma itinerante e intermitente, tendendo a se concentrar com maior intensidade nas regiões de agricultura mais desenvolvida, neste caso a região do município de Inhumas.

Para Greco (2007, p. 56), a sua principal “característica básica é a falta de vínculos empregatícios, recebendo por atividade, por diária ou por produção”. E devido ao fato de ser ele frequentemente um trabalhador agrícola com residência em áreas urbanas. Essa característica, também consignada em estudos semelhantes sobre outros países, ex. (Floyd Dotson e Lillian Dotson, México - 1978), levou alguns pesquisadores a se referirem a esse grupo social como “urbano” e a assinalar a “desruralização” da força de trabalho agrícola.

Com o olhar ao aumento da produção e ao mercado interno e externo, a partir da década de 1960, legou ao trabalhador rural a uma herança da exclusão social e política, transfigurada em modernização agrícola. Resultando então em desenvolvimento capitalista no campo (GONÇALVES NETO, 1997).

Segundo Martins (1995, p. 163), “no processo de produção o trabalhador produz o seu salário e o capitalismo extrai o seu lucro” e ainda “o excedente é tempo de trabalho, é isso que interessa ao capitalismo, porque é o trabalhador que cria

valor”. O autor aponta que por tudo isso, é que a relação social capitalista subalternizando o trabalhador, produz resultados econômicos profundamente desiguais entre si, personificados por pessoas de fato desiguais, que são o trabalhador e os autores do capitalismo. Traduzindo assim que quem traz o desenvolvimento econômico para esse país é o trabalhador explorado dentre eles o trabalhador da agroindústria canavieira (bóia-fria) que surge da incorporação do capital no campo.

Darcy Ribeiro (1995, p. 56), em sua obra “O povo brasileiro”, retrata com muita propriedade a construção da identidade nacional, com base no processo de miscigenação racial, entre índios, negros e branco. E diz: “Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito. Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiro”. O bóia-fria é o descendente direto dos negros escravos do Brasil colônia, cuja herança é feita pela falta de liberdade: antes liberdade de ir e vir, hoje liberdade de escolha, de opção de vida, de exercício de cidadania.

O bóia-fria é um homem de “vida urbano-rural”, passou a ser, nem urbano nem rural. A qual há uma perda de qualidade de vida nas suas relações sociais e condições de trabalho pela forma que vive no seu dia a dia, hora está na cidade, hora no campo, hora no nordeste, hora do centro oeste a assim é a vida desse trabalhador. Como bem colocado por Martins (1983, p.25), é “aquele que está em outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, nas margens, nesta sociedade. Ele não é de fora, mas também não é de dentro”. O autor afirma que “Ele é, num certo sentido, um excluído”.

A procura pelo trabalho onde quer que ele se apresente não lhe permite estabelecer vínculos afetivos duradouros, apenas uma relação superficial de troca, baseada em sua força de trabalho e o dinheiro que o remunera. Isto quando pode exercer o seu ofício de artesão do campo, agora destituído inclusive dos seus meios de produção. A cada dia, o dinheiro fica mais curto e em contra partida mais força de trabalho. Observa-se então que esse trabalhador canavieiro é o único mais explorado do Brasil, excluído da sociedade, longos períodos fora da família, ganhando pouco e trabalhando por produção, o que vem a obter mais horas trabalhadas. Seu lazer às vezes são botecos, campos de pelada e cabarés sempre nas periferias das cidades (SILVA, 1999).

Segundo estudos de Silva (1999), o processo de trabalho no corte da cana possui uma estrutura administrativa semelhante à do trabalhador fabril, composto por um pessoal especializado, formado por fiscais, feitores e encarregados, cuja responsabilidade é disciplinar a força de trabalho, retirando dela o máximo de produtividade. No caso do cortador de cana temos a figura “gato”, agenciador que com frequência, é também o fiscal, o capataz e, em muitos casos, o jagunço pronto a impedir a fuga daqueles que se encontram submetidos ao trabalho em condições semelhantes às da escravidão.

Para ser um bom cortador de cana tem de se proceder a uma sequência de gestos, curvatura do corpo, manejo do podão, destreza, rapidez, dispêndio de força. É necessário cortar certa quantidade de cana diariamente, que é determinado pela usina. Ainda, exige-se um corte de boa qualidade: alguns centímetros acima do chão para facilitar a rebrotação, o aparar das pontas, montes ordenados para facilitar o carregamento feito por máquinas. Tudo se passa de uma forma combinada. Corta-se, formando-se vários montes, no final da rua volta e aparam as pontas. Reinicia-se o processo nas outras cinco ruas, até acabar o talhão. O trabalho do cortador de cana combina-se àquele do seu precedente, desenvolvido pela equipe do fogo e aos dos seus sucessores: bituqueiros<sup>5</sup>, sinalizadores, aparadores, carregadores, transportadores (MARTINS, 1983).

Todos estes trabalhadores combinam-se, por sua vez, àqueles da parte industrial, desde o descarregamento, controle de sacarose, moenda, pasteurização, aquecimento, evaporação, centrifugação, destilação (no caso do álcool). Em virtude da cana não poder, em regra, ultrapassar 72 horas depois de cortada sem ser moída, sob pena de perder o teor de sacarose, a intensidade do trabalho na parte agrícola é também determinada pela parte industrial (SILVA, 1999).

Como já mencionado anteriormente, o controle e a disciplina no ato do trabalho são exercidos por um pessoal especializado: fiscais, feitores, encarregados. Estes controlam os níveis de produtividade, a qualidade do corte, a medição da cana cortada, o registro da quantidade cortada por trabalhador. Forma-se assim, a força produtiva do trabalho social. É a combinação das forças reguladas pelo tempo. A

---

<sup>5</sup> Bituqueiros: os que colhem os restos da cana deixados pelas carregadeiras; Sinalizadores: os que munidos de uma bateria, emitem sinais, durante a noite, para orientar os caminhões que transportam a cana; Aparadores: os que aparam as canas que saem fora das grades dos caminhões transportadores.

qual ocorre graças aos mecanismos de controle criados no próprio processo de trabalho. Da mesma forma que a matéria prima (cana) é controlada técnica e cientificamente, portanto, socialmente, os trabalhadores são submetidos a uma dura disciplina, cujos resultados são o aumento dos níveis de produtividade. O manejo rápido do facão permite um corte rápido e ordenado. A postura ideal é conseguida no pico da safra, em geral (OLIVEIRA, 2009).

O mecanismo do controle externo acaba sendo introduzido pelo próprio trabalhador, de tal forma que ele se transforma em autocontrole, deixando de ser um controle de atos para ser o próprio indivíduo. O qual é conseguido por intermédio da forma de pagamento (por tonelada) e também pela consciência velada que se estabelece entre os trabalhadores, diferenciando-os, hierarquizando-os. Traduzindo-se, assim, a figura do “bom cortador de cana”, aquele que corta em torno de dez toneladas diárias. Aqueles que estão muito abaixo desta média sentem-se incapazes, envergonhados, inferiorizados (OLIVEIRA, 2009).

A avaliação de “bom” e “mau” cortador de cana é resultado da produção, isto é, são produtos de cálculos e pesquisas de engenheiros e médicos, cujo objetivo é construir um perfil delineado segundo categorias analíticas e quantitativas tais como: idade, peso, estado civil, número de consultas médicas, cor. Na safra de 1985-1986, o perfil dos vinte trabalhadores, que mais cortaram cana, eram entre 19 e 29 anos (80%) os demais inseriram-se na faixa de entre 30 e 35 anos; quanto ao estado civil (70%) os demais casados; quanto a cor (20%) mulatos; (35%) negros; (45%) brancos; referente ao peso, entre 60-65 kg: (70%); entre 66-67 kg: 05 trabalhadores e apenas 01 com o peso 75 kg; quanto a consulta médica: 06 deles realizaram consultas durante a safra e um deles realizou 04 consultas.

A presença do médico não preenche apenas a função de providenciar a cura dos corpos doentes. Ele funciona como elemento fundamental na triagem dos corpos, mesmo antes deles serem postos em atividade. Os corpos chagásicos, os fracos, os velhos, os muito jovens não vão para o corte. Destinam-se, por ordem médica a outras funções: faxineiros, cozinheiros, membro das equipes de fogo, sinalizadores, ajudantes no interior da indústria.

O saber médico recomenda mediante testes ergométricos, psicológicos, físicos, a melhoria dos recursos humanos à disposição da usina para a consecução da formação dos corpos bem treinados para o trabalho.

A maior parte dos migrantes é constituída por homens jovens, mas também por mulheres, crianças e adultos. Ao corte de cana, são destinados,

prioritariamente, os mais jovens, dotados de maior força para o trabalho. As formas de recrutamento são as mais diversas: muitos vêm sós, outros em família, outros são arregimentados pelos “gatos”, e agenciadores da região. A função do agenciador é, primeiramente, percorrer os povoados, “dar a notícia” nos botecos e armazéns, fixar o número de “cabeças”<sup>6</sup>, local e data de partida. Salário, preço da passagem, as vezes local de trabalho, não são informados. No dia combinado, num ônibus fretado pelo agenciador, inicia-se a viagem até o local de trabalho. Neste momento, a cadeia de dependência dos trabalhadores em relação ao agenciador aumenta. Ele é quem empresta dinheiro para deixar com a família endividada ou mesmo para pagar as despesas durante a viagem. Este empréstimo é descontado, juntamente com outros, como por exemplo, a compra de carteira de trabalho para os menores de 16 anos, nos primeiros pagamentos. Juros cobrados, preços de passagens e da carteira não são predefinidos, os trabalhadores desconhece-nos, eles apenas aparecem descontados.

O agenciador possui outras atividades. Após a chegada, duas ou três vezes por semana o agenciador percorre os alojamentos<sup>7</sup> das usinas para onde são levados os trabalhadores, para observar se não há problemas, se está tudo em ordem. Verifica se todos estão trabalhando, se há problemas em virtude de bebedeiras, muito embora em alguns casos, mantêm um boteco nos alojamentos, cujos produtos têm preços superiores aos da cidade (SILVA, 1999). Pode-se dizer que o bóia-fria é central no processo de omissão da terra pelos ditames do capital no meio rural. É na cidade que os bóias-frias realizam o consumo, pagam por diversas mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho, pelo acesso à água, a energia, ao aluguel.

O reconhecimento social dessa categoria de trabalhador rural (volante) tem sido um árduo fardo historicamente carregado desde seus ancestrais até os dias atuais, quando paradoxalmente ao abrigo da lei, se tornou uma gente ninguém.

## **2.2 Sistemas de trabalho na agroindústria de Inhumas**

Ao passar por um processo de modernização e diversificação da produção a partir de 1970, a agroindústria canavieira assegurou a sua expansão

---

<sup>6</sup> Este é o termo utilizado por estes agenciadores, o que sugere a preocupação com a quantidade, além da desqualificação dos trabalhadores como pessoas.

<sup>7</sup> Há alojamentos com capacidade para alojar até mais de mil trabalhadores. Em virtude da ocorrência de “quebra-quebras” nos barracões, as usinas construíram no meio dos canaviais, longe das cidades, alojamentos para os migrantes.

para além das regiões tradicionalmente produtoras. Nos últimos anos esse processo de modernização ganhou mais visibilidade graças às condições favoráveis do açúcar e do álcool no mercado internacional e pela entrada dos investimentos internacionais nesse setor. Com as mudanças alteraram a dinâmica do mercado de trabalho, as formas de seleção, os tipos de contrato de trabalho, a organização do trabalho agrícola e o perfil dos trabalhadores (NOVAES, 2007).

A empresa Centroalcool continua priorizando a contratação dos trabalhadores migrantes para o seu trabalho na safra de cana. A razão principal da preferência é por esses trabalhadores se dá devido a elevados níveis de produtividade no corte de cana. Eles foram habituados desde criança, ao trabalho duro na terra para assegurar a sobrevivência da família. O trabalho nos canaviais não os amedronta, mesmo quando as exigências impostas os colocam no limite da sua capacidade física que com o passar do tempo deteriora seu corpo. Caso semelhante ao do meu pai, migrante da Bahia que veio para Goiás em busca de melhores condições de vida. Aqui chegando enfrentava de tudo, não tinha medo de nada, parecia que não tinha pena nem de si mesmo. Todo empregador o queria, e ele ainda ficava agradecido. Parece que perde até as saudades da família que deixou para trás, mãe, pai e irmãos, lembro que depois de um longo tempo ele mandava alguém escrever uma cartinha para seus pais, que vieram falecer tempos depois e ele não voltou mais a sua terra natal devido a sua condição financeira.

Existem dois sistemas de corte de cana o mecanizado e o manual. Em Inhumas a empresa usa 80% o sistema manual por possuir apenas duas máquinas para o corte de cana de açúcar em todo o município e mesmo assim não faz o serviço completo em terrenos acidentados sobrando para os cortadores. Segundo informações do Sindicato Rural dos Trabalhadores de Inhumas, para o corte mecanizado os critérios de seleção estão relacionados à especialização, à escolaridade e ao local de moradia próximo da usina. A seleção dos trabalhadores funciona com a integração de diferentes especializações dos mesmos tais como: motoristas, tratoristas, operadores de máquinas, mecânicos e outros. Esses especialistas são contratados diretamente pela usina mediante o contrato de trabalho por tempo indeterminado, e que assegura além dos direitos trabalhistas básicos, o seguro desemprego quando houver demissão.

Segundo Scopinho (1999), a exploração e as doenças a que estão sujeitos esses trabalhadores, o ritmo e a jornada excessiva de trabalho são

determinados pela capacidade operacional das colheitadeiras e não do trabalhador. Com isso, essa mão de obra encontra-se subordinado a usina e continua sendo explorados na realização do trabalho.

No sistema manual de corte de cana, as exigências na seleção são outras e o tipo de contrato é por tempo determinado. Nesse contrato, os trabalhadores não recebem, por lei, o seguro desemprego no final do contrato. Para a seleção dos trabalhadores, a indústria prioriza os critérios de habilidade da pessoa, a destreza, a força e a resistência física, fatores fundamentais para assegurar o aumento da produtividade o que caracteriza a intensificação do ritmo de trabalho. O local de moradia é outro requisito básico, de preferência que seja distante do local de trabalho e até mesmo de outras regiões, sendo que na sua maioria são do norte e/ou do nordeste e moram em alojamentos. Na cidade de Inhumas, os trabalhadores ex-migrantes moram na periferia da cidade, enquanto que os canaviais ficam distantes espalhados por todo o município.

Segundo os próprios trabalhadores, estas características é o perfil condizente para a Centroalcool. Em conversa com um cortador de cana, na cidade de Inhumas, obtive um relato que ilustra a exploração dos trabalhadores explicita nessa pesquisa, a sua origem é de Santana (Bahia), relatou que sua procedência desde criança é lidar no árduo e duro trabalho da agricultura em sua região de origem, e que o trabalho no canavial não o assusta (próprio autor, Inhumas, 03/12/2013). E ainda segundo ele, “a usina nos prefere por sermos mais dedicados ao trabalho e gratos à empresa pela a oportunidade do emprego”, inexistentes em suas regiões.

Dentre o contexto da modernização e intensificação da produção, existe a introdução de novas formas de controle do trabalho no corte da cana, dentre elas destaca-se o ganho por produção, pela metragem e pesagem da cana cortada. Tornando-se assim, a lógica da eficiência do corte manual: “Quanto mais se corta, mais se ganha” (NOVAES, 2007). Para serem selecionados pela usina, os candidatos terão que cortar no mínimo dez toneladas de cana/dia. Caso contrário, eles serão demitidos. Geralmente essa demissão ocorre até sessenta dias após a admissão

Isso impõe aos trabalhadores durante a safra a obrigação de obterem o máximo possível de produção/dia, diante da incerteza sobre o futuro imediato. Embora durante a safra os trabalhadores tenham expectativa de trabalho e renda de

oito meses, precisam ter renda para garantir os outros quatro meses que faltam para o término do ano. Com essa incerteza sobre o futuro e o quanto receberão pelo trabalho executado o faz a ultrapassar os limites de suas forças causando-lhes câimbras e a doenças principalmente de coluna e pulmão (ALVES; NOVAES, 2007).

O autor relata que o pagamento por produção na cana diferencia-se de outras formas de pagamento por produção, porque na cana os trabalhadores não sabem, *a priori*, o valor da sua colheita/dia. Na maior parte dos pagamentos por produção, os trabalhadores trabalham por peça produzida, e estas têm o seu valor fixado antes da realização do trabalho. O valor da cana cortada só é conhecido depois que o trabalho é realizado e outra depende de uma conversão de valores que é realizada pela empresa à revelia dos trabalhadores (ALVES; NOVAES, 2007).

O corte de cana de açúcar não limita apenas à atividade de retirada do solo da cana existente num retângulo (eito) de seis metros de largura por um comprimento (6/1) que depende da resistência do trabalhador. Mas envolve outras atividades como: limpeza da cana, com a eliminação da palha que ainda permanece nela; retirada da ponteira; transporte da cana cortada para a linha central do eito; e arrumação da cana depositada na terceira linha em esteira, (forma de esteira) ou em montes separados um do outro por um metro de distância.

O corte de cana é realizado nas lavouras sob o sol. O trabalhador porta uma vestimenta composta por camisa de manga comprida, calças de brim, perneiras de couro até o joelho contendo três barras de ferro frontais, de botas com biqueira de ferro, chapéu, lenço no rosto e pescoço, óculos e luvas de raspa de couro. Para realização dos cortes são utilizados, os equipamentos: um facão, ou podão de metal com lâmina de meio metro de comprimento, mais uma lima. Como trabalho é realizado sob o sol levam a um elevado dispêndio de energia, o que por si só são elementos prejudiciais à saúde. E o mais agravante ainda é que o trabalhador só vai saber de sua produção depois do trabalho realizado.

Na observação feita na cidade de Inhumas, trabalhadores pareciam que tinham tomado chuva, devido ao suor despendido pela força do trabalho. Alguns quando iam tomar água nos tambores lavavam o rosto e jogavam um pouco sobre o corpo, dizendo que era para dar uma refrescada. Quanto ao salário citado anteriormente, são mais bem remunerados os que têm disposição e maior força física, por produção metros/dia.

### 2.3 A cidade e a residência dos trabalhadores bóias-frias

*“Eu tinha uma raiva surda das grandes cidades, raiva porque eu não era delas, produzido.” (Guimarães Rosa)*

O homem moderno tem convivido com uma sucessão de acontecimentos que colocam sempre em xeque seu modo de viver tradicional, impondo-lhe novas formas de viver, de se relacionar, de existir.

Tornar-se “bóia-fria” é um processo que leva a pessoa a defrontar-se com a alteridade. Deslocamentos geográficos acompanham deslocamentos da subjetividade. A pessoa é produzida a se ver como “outra”. Concepções de tempo e espaço são alteradas. Tempos e espaços naturalizados decompõem-se. Tornam-se “outros” como mostra o Autor, nesse sentido posso relatar a história de meus pais que saíram de Santa Maria da Vitória (pai) e Correntina (mãe) Bahia em 1939, e percorreu a pé por seis meses e já trabalhando de bóia fria pois a munição acabava e para não passar fome trabalhava uns dias para fazendeiros a beira da estrada e seguia viagem e assim sucessivamente até chegar em Goiás-Baliza, onde fixou residência (SILVA, 1999).

Num mundo em que mercado e mercadoria é a finalidade de toda relação do homem com o homem e do homem com a natureza, tudo que se apresenta de novo tem um “que” estratégico. Essa pesquisa procura mostrar que a exploração do trabalho dos bóias-frias é uma estratégia utilizada pelos grandes proprietários de terras, no nosso caso os usineiros, para resolver o problema do manuseio da matéria prima da cana.

Hoje há uma regra para se viver no mundo moderno, na qual a obtenção de lucros tornou-se a linha de chegada de uma ambiciosa competição. Para obtê-los, faz-se necessário que tudo e todos participem cada um com seu papel, nas diferentes etapas da competição. Sendo a contradição parte integrante desse movimento. “Contrastes das terras, das cores, dos céus, e também, contrastes das cidades” (BASTIDE, 1980). É contraste ou contraditório, as casas fortalezas que se erguem em cidades jardins, grandes empresários apoderando-se de grande parte de terras, enquanto, debaixo das pontes e viadutos cada metro é disputado por pessoas para passarem a noite. Os Shoppings Centers conquista e aguça a necessidade de consumo de quem pode se dar ao luxo, enquanto latões de lixo são revisados por adultos e crianças a procura do que comer.

Antes famílias que produziam pelo menos para sua subsistência foram expulsas de terras que ocupavam na tentativa de produzir seu sustento. Parece faltar terra, quando grandes extensões são inundadas para produzir energia elétrica e cana de açúcar para combustível. O que podemos chamar de apropriação contraditória dos recursos da natureza.

Os trabalhadores bóias-frias geralmente não têm uma residência fixa, porque sua profissão não permite por eles seguirem o ciclo produtivo ou de colheita, ora eles estão no seu local de origem, ora em outros locais: cidades, estados, percorrem todo o país, onde têm serviços nos canaviais, como foi a história de vida da minha família. Há aqueles em raras exceções que passam a ser do lugar, voltam a sua terra e trazem a família.

Este “modo de morar” significou uma ruptura total com o mundo de antes, da morada ou da roça de subsistência, em segundo lugar, na morada, na colônia ou na casa do sitiante, o espaço da casa propriamente dita incluía o quintal, o terreiro e a roça de alimentos, tudo isso passa a fazer parte do passado de vida de um bóia-fria que é obrigado a ir morar na periferia das cidades. E dentro da lógica do mercado os mesmos deixam de ser sem terra para ser sem teto para Moraes (2003, p. 67) “a barbárie do campo tem sua continuidade nas periferias das grandes cidades brasileiras”.

A vinda para as cidades significou a destruição desta maneira de morar. O resultado foi a redução do espaço a alguns metros quadrados e, às vezes, a uma simples casa de papelão. A exigüidade do espaço provocou uma desestruturação dos hábitos e da sociabilidade, anteriormente vivenciados. Eu lembro que nas cidades do interior, eles rezavam para os santos que têm devoção, São Sebastião, Santo Antônio, São Pedro, a tradicional folia de Reis.

No caso do meu pai ele fazia a reza de Santa Luzia todo ano pagando uma promessa, hora pediam para chover ou agradeciam a chegada da chuva, hora comemoravam a boa colheita, em fim, todas essas tradições e hábitos acabaram para esses trabalhadores que buscaram a cidade para morar (ANESINO, 2013).

Provocou também uma redefinição do trabalho da mulher que, agora, é obrigada a acumular a dupla jornada de trabalho, transformando-se em dona de casa e “bóia-fria” (SILVA, 1999). Suas funções na casa resumem-se às tarefas repetitivas de lavar, passar, cozinhar. Seu saber doméstico referente à indústria do lar perdeu-se em virtude do término das condições objetivas. A casa perdeu o

espaço “fora de casa” - o quintal. A unidade familiar tornou-se basicamente uma unidade de consumo, inexistindo as funções produtivas anteriores.

Segundo Silva (1999, p. 257), “a unidade familiar tornou-se basicamente uma unidade de consumo, inexistindo as funções produtivas anteriores”. A pesquisa realizada pela autora na cidade de Inhumas mostra que a respeito da produção doméstica, apenas 18% dos entrevistados afirmaram possuir horta, 25%, fazer pão, 16%, costurar, 7%, possuir galinhas e apenas 1%, árvores frutíferas. Esta situação prevalece no município de Inhumas em que os trabalhadores em sua maioria do norte e nordeste moram em alojamentos e os ex-migrantes trabalhadores rurais também na periferia de Inhumas em barracos precários e pagando aluguel sem espaço às vezes nem para eles, pouco menos para fazer uma pequena horta.

Em virtude dos trabalhadores viverem no trabalho precário, árduo, e explorado a grande maioria não querem isso para seus filhos, o estudo parece ser o único caminho para que não sejam o que os pais foram ou são. Tanto é que em conversa com Pató trabalhador da Centroalcool, declarou que “olha não quero isso para meus filhos é muito penosa a minha vida nesse trabalho além, de não ser reconhecido na sociedade a gente fica na maior precariedade de tudo que um ser humano tem direito”. Lembro-me que na minha infância eu queria estudar, mas o meu pai, com seu jeito simples de ser dizia que eu era preguiçoso e não queria trabalhar na roça, por sorte com 11 anos de idade meu padrinho me levou para morar com sua família na cidade de Araguari-MG, onde então comecei meus estudos.

Quanto à saúde, a precariedade das condições de alimentação e moradia segue-se precária, cujas deficiências das condições de vida, de um modo geral, são descaso do “poder público”, algo não específico a esta população, mas uma situação bastante recorrente no país como um todo. O que fez nos recorrer aos dizeres de Moraes (2003, p. 67) de que:

O Estado brasileiro é o responsável pela situação de penúria em que vive os trabalhadores rurais no campo”. Ele não cumpre sua obrigação de oferecer às parcelas mais desprotegidas e marginalizadas da população a garantia de seus direitos fundamentais. A violência no campo é uma das situações mais abusivas contra os direitos humanos: a pobreza e a exclusão social produzem situações explosivas que resultam nos enfrentamentos pelo acesso à terra e fragilizam as relações de trabalho, criando um campo fértil à exploração do trabalho semi escravo ainda existente no país.

Para uma vida reduzida a tempo de trabalho, o tempo livre é praticamente inexistente. As mulheres, em virtude da dupla jornada, dos valores discriminatórios em relação à utilização de determinados espaços, dentre eles, os bares, quase não possuem lazer, as suas atividades de lazer que são mais frequentes são assistir televisão, ficar em casa, jogar futebol. As mulheres que descansam, praticamente, ficam em casa. Jogar futebol é uma atividade essencialmente masculina. Os programas de televisão mais assistidos são as novelas, filmes, jornal, futebol, Silvio Santos. Os programas de rádio mais ouvidos são: músicas sertanejas, informativo e futebol.

Em um depoimento à Silva (1999, p. 266), uma cortadora de cana sintetiza o que significa viver na cidade.

Ah! Para mim significa a maior tristeza. Eu não gosto da cidade. Eu gostava de morar no sítio. Onde eu plantava, eu fazia pão, polvilho, colhia aquilo que plantava. Ontem, eu estava vendo na televisão... uma dona do sítio fazendo farinha, polvilho, biscoito no forno de lenha, igual a gente fazia. Isto da uma saudade. .A gente come aquilo que produz. Na cidade a gente não sabe o que está comendo, se comida com veneno ou não. O patrão mesmo, ele planta o que? Ele planta dinheiro; ele não importa com o produto desde que ele arrecada dinheiro suficiente pra ele....

A senhora continua seu relato que:

No sítio é muito mais gostoso. Na cidade não tem nada. No sítio, a gente festejava os dias de santo, fazia um bailinho, uma festinha. E na cidade?... a gente não tem nada disso... tudo está ficando esquecido, abandonado na cidade, porque o pessoal muda pra cidade e esquece aquilo que fazia na roça....No sítio, tem muita consideração com parente, com família.....Na cidade não, não tem essa consideração. No sítio, quando vem um parente visitar, nossa é a coisa mais boa que tem...cidade não é a mesma coisa, a gente não considera um ao outro mais....a gente esquece do parente, esquece de ir na casa do outro....na cidade, a gente esquece do tempo....não tem tempo pra estar visitando uns aos outros, fazendo visita, ajudando, trabalhando sempre junto. No sítio se a roça atrasava, meus parentes, os vizinhos vinham ajudar...aqui o caboclo só se preocupa com ele mesmo...acho que na cidade se cria um certo egoísmo, o pessoal pensa bastante, mais é nele mesmo....não é no outro....

Como se observa no depoimento dessa canavieira é puramente a verdade, sei porque já morei no interior e vivi a pura verdade da qual ela se refere. E esse depoimento revela mudanças profundas na sociabilidade, caracterizada pelo processo de individualização, e acréscimo mais, no mundo da modernização com a penetração do capital no campo expulsando-os dos seus pequenos sítios. Fica bastante evidente a mudança da percepção do tempo. A falta de tempo definida pela não-realização das festas, das comemorações dos dias dos santos, as poucas

visitas aos parentes e conhecidos, enfim acabou com a cultura desses trabalhadores. O tempo foi reduzido a tempo de trabalho (SILVA, 1999).

Seguindo ainda os dizeres de Silva (1999, p. 124), a autora registra que esta categoria de trabalhadores canavieiros não aparecem quantificada nas fontes oficiais. O Instituto de Economia Agrícola (IEA) utiliza a menção “outros” que diz respeito aos trabalhadores especializados, ou até mesmo pequenos proprietários que se proletarizam durante certas épocas do ano. O último censo se refere aos volantes (bóias-frias) com intermediário ou sem intermediário. Embora residindo nas propriedades temporariamente, eles também não são considerados residentes. Os proprietários consideram os que residem efetivamente, que ocupam as casas de moradia.

A sua presença não é sequer notada no espaço das propriedades, porque se alojam no mesmo espaço dos instrumentos de trabalho ou dos produtos agrícolas. Por isso, vivem escondidos, não são quantificados, são tidos como se não existissem. Da mesma maneira que são engajados, são respeitados, são dispensados. Não conhecem os direitos de trabalho, não são favoráveis aos sindicatos.

A experiência vivenciada por estas categorias de trabalhadores não aparece nos fantásticos números da modernização de nosso país. Reduzidos a verdadeiros “bagaços de cana”, “árvores secas” que já perderam a vida, vivendo vigiados e escondidos (SILVA, 1999, p.124). Ficando assim sempre na precariedade de tudo até de seu próprio direito de reivindicar melhorias, na negação do ser, da condição humana e do dilaceramento da cidadania. Talvez sejam estes os códigos e artigos da “Lei Negra” desta agricultura.

#### **2.4 Formas de deslocamento dos trabalhadores canavieiros**

O trabalhador migrante é aquele que deixa para trás sua casa, sua ocupação, seus pais, sua esposa, seus filhos, parentes e amigos e chega ao local de trabalho despojado, livre de qualquer tipo de amarras, trazendo para negociar apenas sua força de trabalho. Estes indivíduos têm o perfil ideal para empregar no corte de cana, dado que, em sua maioria, foram, desde crianças, socializados para o trabalho duro da roça no sertão. Por terem sofrido privações, possuem maior capacidade para suportar mais as agruras do corte da cana. O emprego longe de casa representa questão de sobrevivência para ele e sua família e, talvez, seja esse um dos fatores que podem explicar a aceitação de diferentes formas de exploração:

a exploração de seu corpo, que trabalha sem cessar golpeando a cana num ritmo frenético, almejando atingir a meta de 10 mil quilos de cana cortada ao dia, e a usurpação de seus direitos, dentre os quais o direito à organização.

Deslocamentos são migrações populacionais que remontam aos tempos pré-históricos. O homem parece estar constantemente à procura de novos horizontes, de um novo *locus* para sua família com melhores condições de trabalho. No passado, milhões e milhões de europeus e asiáticos migraram para todas as partes do mundo, conquistando e povoando continentes como a América, a Oceania e a África. Salientamos a ocupação do Território brasileiro pelos portugueses.

Ultimamente, tem-se verificado a migração espontânea de milhões de pessoas de quase todas as partes do mundo em direção à Europa, aos Estados Unidos e até mesmo à Ásia, entre os quais grandes números de descendentes aos países de origem dos seus antepassados e/ou a procura de melhores condições de trabalho. É significativo o número de brasileiros que buscam os Estados Unidos e os países da Europa a busca de novas oportunidades de trabalho e/ou de outro modo de vida cultural.

Milhares de brasileiros e argentinos migraram nos últimos anos, em decorrência da crise econômica. São inúmeras as causas das migrações, as de cunho político-ideológicas, étnico-raciais, profissionais, econômicas, catástrofes naturais, etc. Entretanto, no sistema capitalista, predomina as razões econômicas relacionadas ao mercado de trabalho.

No Brasil tem-se uma forte corrente migratória em decorrência econômica do campo para cidade e das regiões norte e nordeste, os trabalhadores buscam as grandes cidades na expectativa de encontrar empregos e conseqüentemente melhor qualidade de vida assunto desenvolvido por vários pesquisadores como: Alves e Novaes (2007), Brandão (1982), Silva (1980), Souza, Martins (2009-2003), D'incão (1983, 1984, 1976, 2008), Fernandes (1985), Ramos (1986) e Santos (1986-2004).

Nessa pesquisa, fica o registro da migração interna dos canavieiros, que é uma migração periódica (sazonal) e/ou reversível (ida e volta) determinada por um Estado, ou lugar onde a agricultura está mais desenvolvida. Tendo como exemplo o Estado de Goiás, o quarto maior produtor de cana e em destaque o município de Inhumas.

O município de Inhumas tem grande número de trabalhadores de outros estados, que sonham por vidas melhores e são iludidos por esse sonho, e se juntam

em alojamentos próximos ao canavial da empresa. Esses trabalhadores têm qualidade de vida precária, sem lugar fixo para criar os filhos e garantir-lhes formação e educação. Muitas vezes só por fotos dependendo do tempo que estes ficam no canavial, em geral oito meses. A realidade vivida por este pesquisador, só hoje pode ser compreendida e analisada:

Lembro a vida de meus pais migrante de Santa Maria e de Correntina Bahia, que vieram para Goiás e foram morar na cidade de Baliza, onde se conheceram e casaram, constituíram uma família. Antes de se casarem trabalharam um longo tempo nesse município, em serviços braçais nas fazendas, até comprarem seu pedaço de terra e construírem uma casinha para o abrigo da família. Sua renda era pequena e assim, não tinham condições de fornecer estudo a seus filhos e uma melhor qualidade de vida, mas para ele o importante era as crianças ajudá-lo na roça para manter as necessidades básicas da casa. Mesmo assim, tinha ocasião em que nos deixavam só na pequena propriedade, e ia trabalhar como peão de outros fazendeiros para complementar a renda. Quanto ao seu deslocamento era o mais cruel de todos, como na época não havia transporte, andava de três à quatro quilômetros todos os dias (ANESINO, 2013).

Em relação aos trabalhadores que migraram do norte e nordeste para Inhumas aos canaviais, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Inhumas chegam e vão para a periferia da cidade morando em alojamentos. Às vezes moram até 400 pessoas em cada alojamento.

A referida pesquisa de campo constituiu de algumas visitas à cidade de Inhumas, onde procurei conversar com algumas lideranças e trabalhadores bóias-frias o que muito enriqueceu os estudos. Estando no sindicato dos trabalhadores rurais em 29 de janeiro de 2014, com o Sr. Divino Eugênio Sebastião Sobrinho (presidente do sindicato) que relatou que os cortadores de cana que vieram de outras cidades moram em alojamentos e o ônibus pega-os nestes locais para o local do trabalho, e os trabalhadores da cidade de Inhumas que moram nas periferias, os mesmos tem que ir até os pontos determinados pela empresa para serem levados para as lavouras de cana.

Foi observado surpreendentemente que os migrantes trabalham separados dos trabalhadores que moram na cidade de Inhumas, talvez seja uma estratégia da empresa para que um não influencie os outros, como foi dito anteriormente da preferência pelos migrantes. Agora dependendo da dificuldade de corte e do tipo de cana, estes migrantes se juntam aos da cidade para ajudá-los.

Quanto ao deslocamento na cidade de Inhumas é rotineiro, como diz Silva (1999), cidade, talhão, cidade, às seis horas da manhã já tenham que está no ponto

de ônibus determinado pela empresa, que fica num determinado lugar da cidade. Como moram mais afastados tem que levantar bem cedo, porque além de fazerem a comida, prepararem as ferramentas, tem que estar exatamente seis horas no ponto. No município existem vários pontos de ônibus dos bóias-frias, porque a Centroálcool tem plantações de cana em todo município, segundo Pató (ex-migrante morador de Inhumas e trabalhou quinze anos na Centroalcool, e que agora faz parte do sindicato dos trabalhadores), são oito pontos de ônibus distribuídos nas cidades do município.

São caminhos percorridos por vários quilômetros com milhares de trabalhadores (as) dos canaviais de Inhumas, caminhos estes que passam por movimentos de persistência e resistências aos modos de percepção e ação tipicamente atribuídos às mulheres e aos homens. O espaço e o tempo da cidade e do campo se cruzam nas trajetórias dos trabalhadores (as) dos canaviais do município de Inhumas-Go.

Segundo intera um cortador de cana de 56 anos da empresa Centroalcool, em entrevista no dia 29 janeiro de 2014, que diz que o motorista às vezes é um irresponsável, não espera, não tem paciência para com eles, em termos de colocar as ferramentas no ônibus, chegar uns minutinhos atrasado. “Outro dia perdi um dia de serviço só por causa de cinco minutos, avistei o ônibus saindo o motorista viu eu gritando, assim como meus colegas e ele se mandou. Mas a gente não pode reclamar tem que ficar bonzinho, sei lá parece que são todos, co-aliados, “gato”, motoristas, fiscal e empresa”.

Como já foi citado o “gato” é o intermediário da empresa, ele é que forma a turma, faz pagamentos é o que apropria uma parte também do trabalhador. Caso constado nas palavras dos próprios trabalhadores (as). Longuim e Pató, migrantes que fixaram residência em Inhumas, em 29 de janeiro de 2014, afirmaram que 48% dos bóias-frias são procurados e contratados pelo empreiteiro ou o “gato”, eles procura o trabalhador e organiza a turma, enquanto que, 17% acontece o inverso, os trabalhadores (as) procuram o empreiteiro. Dentre esses 48% é possível que seja aqueles trabalhadores (as) de fora do norte e nordeste que trabalham mais e reivindicam menos.

Os trabalhadores (as) chegando ao canavial permanecem durante toda a jornada de trabalho, durante o período determinado para o consumo da força de trabalho diário. Terminado esse período, os trabalhadores (as) são levados de volta para as cidades dormitórios, o espaço reprodutivo, no caso aqui todas as cidades do

município de Inhumas que a Centroálcool planta cana. No outro dia começa tudo de novo e o círculo se fecha novamente: cidade, talhão, cidade. Esclarecendo o que Silva (1999), nos mostra em seu trabalho errantes do fim do século.

Segundo Pató, quando os trabalhadores (as) chegam ao canavial tem a divisão do trabalho da seguinte forma: São vários no eito de acordo com o tamanho do talhão uns pega 100m, outros 200m. Acabando partem para outro e assim sucessivamente. As mulheres ficam como bituqueiras, catando as canas que caem do caminhão, outros ajuntam a cana em fileiras e corte das pontas e outros responsáveis pelo preparo do terreno para o plantio. Estive observando um senhor sentado perto dos cortadores de cana estavam anotando alguma coisa, fiquei curioso mais não quis chegar perto, ele me percebeu que eu estava tirando fotos dos trabalhadores (as). Imaginei ir embora dali. Depois falei com o Pató, quem era aquele homem ele me disse que era o anotador das tarefas de serviços, o fiscal.

Observou-se também que quando eles estão bem cansados, vão beber água num tamborzinho, depois eles tiram a camisa e joga água no rosto e na metade do corpo, dizendo que é para tirar um pouco do carvão da cana que lhes dá alergia, coceira e aliviar o calor.

São pessoas desconfiadas, assim que cheguei num bar junto com Pató, tinha uns cinco tomando pinga, comecei a conversar com um deles a respeito do trabalho de campo os outros desapareceram. No canavial nem todos deixam você tirar fotos, parecem que sentem vergonha ou pensam que a gente é alguma autoridade. Continuei conversando com esse trabalhador o Baiano, sua origem de Santana (Bahia), dizendo que nos finais de semana eles vão aos bares tomar uma como forma de lazer e matar a saudade da família, que está longe. Afirmando assim seus cotidianos.

Segundo D'Incão (1976, p.94), em entrevista aos bóias-frias: "A precariedade das condições de vida destes trabalhadores (as) é tanta que ele sujeita a realizar o trabalho que encontra numa tentativa de sobreviver. Mas a sua insatisfação é permanente". O trabalhador vê seu trabalho sempre como paliativo e nunca como uma solução definitiva, "A gente vai levando com estes 'quebra galhos'". Mas assim não dá. Sempre que acaba um serviço a gente procura outro, se não passa fome". Segue o autor com o relato dos trabalhadores (as) "O que a gente ganha de dia de noite é obrigado a gastar. O dia que não se ganha, não se come. Um dia nós compramos, outro não. Viver assim não dá".

Ainda D'Incão (1976, p. 95), a solução desejada por todos os bóias-frias: velhos ou moços, homens ou mulheres é sempre a de um trabalho fixo “Emprego bom é aquele que dá estabilidade, é aquele fixo”

Os mais velhos não esperam um trabalho fixo, mas lamentam não tê-lo. “Se tivesse emprego fixo, talvez passasse menos necessidade. Mas com essa velhice não consigo mais um emprego bom... E depois, fui criado para ser lavrador. Só sei trabalhar na terra e ser ajudante de pedreiro. Mas este emprego também não é fixo”.

Os mais jovens também não vêem o trabalho bóia-fria como uma solução definitiva, e sim provisória. Um entrevistado, de 19 anos, solteiro e bóia-fria há cinco anos, diz: “Por enquanto, vai tudo bem. Não tenho mulher nem filhos para sustentar. Para o futuro, quando casar, espero aprender uma profissão, podendo assim ganhar mais.” Outro, também de 19 anos e solteiro, depois de passar parte da infância e a adolescência trabalhando como bóia-fria e frequentando um curso técnico no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), diz: “ Fiz muitos esforços na escola, porque eu estava cansado de sofrer, fui um dos melhores alunos da escola, porque eu sabia que o peso da vida é duro. Com muita luta, consegui tirar meu diploma de mecânico de automóveis. Mas, infelizmente, eu voltei ao que era mesmo, está difícil arrumar um serviço. ‘Está nos causos’ de eu voltar para a lavoura novamente e tornar a subir nestes caminhões de bóias-frias’. Se eu não arrumar logo uma firma que me ajuste, voltarei para o que eu era antigamente: um homem sem futuro.”

Como se percebe nas entrevistas estes bóias-frias trabalha pesado, e sem expectativas futuras, isso não quer dizer que são só os trabalhadores (as) da Centroalcool é em todo o Brasil onde quer que se encontre a agricultura canavieira em expansão, podemos afirmar que é a mesma situação de penúria e exploração do trabalhador. A sua vida é sempre deslocar, em caminhões e ônibus de um lugar a outro.

### CAPÍTULO III

## AS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS BÓIAS-FRIAS NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE INHUMAS- GOIÁS



Figura 9: Bóia-Fria colhendo cana de açúcar no município de Inhumas-GO -(2013).  
Colheita manual da cana depois da queima da palha.  
Fonte: Anesino C. de Oliveira (2013)

### 3.1 Formas de vínculos de trabalho

A relação de emprego entre empregado e empregador, desde os primórdios, foi de grande desproporcionalidade de direitos, colocando o empregado em uma situação desfavorável e inferior em relação ao empregador. A medida que o tempo foi passando, novos governos foram modificando as legislações pertinentes à relação empregatícia, até chegar a 1º de maio de 1943 com um decreto lei revolucionário em benefício dos trabalhadores (as) a Consolidação das leis do

trabalho (CLT). Mesmo após essa evolução trabalhista, a realidade na área rural, que abrange os canaviais, sempre foi oposta à urbana. A falta de segurança no corte de cana de açúcar sem o uso dos devidos equipamentos de proteção individual (EPI), as exaustivas jornadas de trabalho, a trabalhos análogos à escravidão, está em desacordo com a legislação brasileira e usurpando o direito do trabalhador rural. A cultura canavieira é grande empregadora de mão de obra e vêm de uma tradição secular onde os senhores dos engenhos do ciclo do açúcar mantinham mão de obra escrava dado o seu baixo custo como fator de produção e comum essa prática ainda hoje no Brasil (PIETRAFESA, 2011).

Como o autor mencionou, hoje, essa prática de trabalho análogo à escravidão ainda é comum nos canaviais do Brasil, e inclusive em muitos casos em Goiás, e Inhumas no período de 2006 a 2010. Brasil, Repórter (2010) informa que o Ministério do Trabalho e Emprego flagrou quatro mil trabalhadores (as) em situação degradantes em fazendas de cana de açúcar em municípios da região Sul de Goiás no ano de 2006. Em 2007 foram 64 trabalhadores (as) no corte de cana em condições degradantes no município de Inhumas em Goiás a 40 km de Goiânia. Os cortadores não usavam os EPIs, não tinham acesso a banheiros, água potável e não desfrutavam de um local adequado para refeição. No ano seguinte um recorde, 244 cortadores foram resgatados na Usina Fortaleza Açúcar e Álcool Ltda em Porteirão (GO) e 421 pessoas do trabalho degradante da Usina São Francisco em Quirinópolis no Sul de Goiás. Em 2009 e 2010 se repetem as atuações às fazendas e até envolvendo “gatos” e empresas grandes do ramo das Usinas de etanol.

Em Goiás como se vê há um descumprimento da legislação trabalhista, sempre se acha conflito trabalhista no Estado de Goiás no setor canavieiro e a trabalho semelhante à escravidão. Pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), “toda a forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas o recíproco nem sempre é verdadeiro. O que diferencia um conceito do outro é a liberdade” (OIT, 2005). A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005), descreve sobre trabalho escravo da seguinte forma:

Ficam presos a fazendas durante meses ou anos por três principais razões: acreditam que têm que pagar uma dívida ilegalmente atribuída a eles (alimentação e transporte), estão distante da via de acesso mais próxima, o que faz com que seja impossível qualquer fuga ou são constantemente ameaçados por guardas que, no limite, lhes tiram a vida na tentativa de uma fuga.

Eis alguns exemplos de conflitos trabalhistas no Estado de Goiás. Em 2006, a empresa AgroRub recebeu o total de 34 atuações pelas irregularidades no corte de cana no município de Rubiataba (GO), segundo Repórter Brasil (2006). Conforme a notícia setecentos cortadores de cana trabalhavam na empresa, cento e dois voltaram para os estados de origem. Estes e outros flagras, como citados acima, estão acontecendo em Goiás.

Os trabalhadores (as) bóias-frias geralmente não têm vínculos empregatícios às vezes até sem carteira assinada, exercendo suas atividades como trabalhador temporário em épocas de colheitas, ora estão na cidade, ora está no campo, ora no nordeste, ora no Centro Oeste, dependendo de onde a agricultura está mais desenvolvida, no caso aqui a agroindústria de INHUMAS-GO.



Figura 10: Trabalhadores Bóias Frias em atividade-município de (Inhumas-Go-2013)  
Fonte: Anesino C. de Oliveira (2013)

O estudo contínuo e cada vez mais detalhado da mão de obra assalariada temporária demonstrou que os bóias-frias não constituem, um grupo tão homogêneos como se pensava. Como descreve Silva (1997), ele distingue três subgrupos principais: 1) o bóia-fria permanente, que é aquele que trabalha virtualmente o ano todo, geralmente como membro de um grupo fixo; 2) o bóia-fria esporádico (frequentemente menores, mulheres ou velhos), que trabalham um ou dois meses por ano durante os períodos de demanda máxima; e 3) o bóia-fria

temporário, que periodicamente se desloca entre ocupações rurais no caso aqui do corte de cana em Inhumas Goiás e dependendo das oportunidades de emprego disponível em outros estados.

Devido à falta de relações formais de trabalho, os membros dessas famílias têm dificuldade em acessar as políticas sociais públicas de saúde, educação, moradia etc.

Segundo Silva (1999, p. 234), a forma de aluguéis destes que vêm de fora, no período das safras são muitas das vezes em fundos de quintais. A chegada deste exército industrial de reserva faz com que o clima de violência aumente entre eles em virtude da superlotação destes cômodos, dos altos aluguéis cobrados pelos seus proprietários e dos baixos salários recebidos. A forma de aluguel nestes cômodos é por pessoa, ou melhor, “por cabeça”. Esta prática faz com que os proprietários coloquem um número excessivo de pessoas em cada cômodo, o que agrava as condições de vida. Em muitos destes locais, as condições são subumanas. Neles encontram-se botijões de gás, instrumentos de trabalho, objetos de cozinha, alimentos, sem contar que há um único banheiro e um único tanque para a lavagem das roupas.

A estabilidade da moradia é inexistente, não podem fazer planos, a permanência dessas famílias pode significar apenas dias, meses ou um ano, até a próxima safra. A pesquisa revela que os trabalhadores se deslocam constantemente em busca de locais “bom de serviço”. Não podem ter móveis, e muitas vezes as mudanças constantes em busca de trabalho, provoca a ruptura dos vínculos familiares. Isso intensifica o número de famílias monoparentais, onde os filhos são criados por apenas um dos genitores, geralmente as mães.

No caso do meu pai veio e ficou, e por ser bom de serviço comprou seu pedaço de terra. Casou-se com uma migrante de Correntina (Bahia), que conheceu em Baliza, e constituiu família. Teve oito filhos, cinco homens e três mulheres. A partir de então foi cuidar da sua própria plantação, eu já tinha cinco anos lembro que me chamava para ajudá-lo a plantar. Desde pequeno tinha uma vontade louca de estudar, mas meu pai não deixava dizia que eu estava era com preguiça de trabalhar e assim o tempo foi passando, quando eu tinha onze anos apareceu um milagre na minha vida meu padrinho me carregou de casa para Minas Gerais (Araguari), onde comecei a estudar, daí em diante com o segundo grau vim para Goiânia, penei um pouco até estabilizar, trabalhei até de porteiro de Hotel à noite inteira, tinha vez que quando chegava de madrugada eu pensava na minha vida e chorava (Hotel Itajubá) as vezes só almoçava, mas não desisti até que fiz um curso técnico de Agrimensura na Escola Técnica Federal de Goiás e comecei a trabalhar no IDAGO, hoje extinto, mais tarde prestei um concurso de Agente Administrativo e passei, na época qualquer órgão

federal poderia me chamar no caso foi a UFG, como não podia acumular cargos optei pela UFG, fiz Economia na UCG e Especialização na UFG e fiquei por aqui. Tentei até ajudar meus irmãos, mas acharam que já era tarde demais, e no máximo alguns chegaram a concluir o primeiro grau, e continuam trabalhando pesado e ganhando pouco (ANESINO, 2013, s/p).

O trabalhador canavieiro é contratado pelo “turmeiro”, “gato” ou “empreiteiro”, que é o intermediário entre os proprietários e trabalhadores (as), o qual lhe faz os pagamentos e o transporte, geralmente em caminhão, não o caso da Centroalcool em que o transporte é em ônibus. Geralmente, não registrado em carteira, mas contratado por dia, tarefa ou empreitada, pelo prazo sempre inferior a um ano e ganhando salários apenas pelos dias efetivos de trabalho ou pelas tarefas realizadas. Nessa indústria eles trabalham por produção/metros ganham mais aqueles que fazem mais horas trabalhadas.

Portanto, estes trabalhadores (as) do corte de cana estão largados à própria sorte, uma vez que foram abandonados pelo Estado e principalmente pelos seus representantes. Na maioria das vezes, os sindicatos fazem apenas trabalhos assistencialistas, deixando de lado o real interesse do trabalhador rural que é a luta por melhores salários e condições de trabalho.

Nas palavras de Thomaz Júnior (2009), um fator importante que deve ser destacado é o aumento da produtividade do corte exigido pelas empresas, que cooperou para uma redução do trabalho feminino nos canaviais. Em anos anteriores, mulheres tiveram grande peso no contingente de força de trabalho no corte de cana, porém com as mudanças implementadas, no agronegócio canavieiro, em particular, com a adoção da mecanização da colheita, elas são mais afetadas juntamente com os trabalhadores (as) mais velhos, devido às exigências dos patamares médios de cortes.

Mesmo assim, as mulheres ainda são encontradas em pequeno número realizando outras atividades como bituqueiras, aplicadoras de venenos, capina manual, entre outras. Silva (2004) menciona que por elas serem consideradas frágeis e incapazes de garantir o mesmo nível de produtividade do homem são relegadas às funções mais perigosas. Mas, que, no entanto, vale destacar que tais trabalhadoras adentrando no mercado como operadoras de tratores, colheitadeiras e máquinas, além de motoristas dos caminhões canavieiros.

Muito embora haja trabalhadores (as) rurais bóias-frias registrados, o fato continua sendo exceção à regra até hoje em dia e, a ausência de vínculos, em

termos teóricos, continua sendo uma das características principais, já identificadas por Maria da Conceição D'incão.

Como citado anteriormente, as empresas agroindustriais de cana de açúcar preferem a contratação de mão de obra migrante. Essa preferência consiste em alguns aspectos favorecedores dos interesses dessas usinas. O trabalhador (a) migrante está inserido (a) num contexto de grande vulnerabilidade sócio-econômica, estando, portanto subordinado às condições impostas pela empresa contratante. Não têm vínculo sindical, e as empresas não se vêm obrigadas a cumprir os encargos sociais necessários à manutenção da mão de obra. Esses (as) trabalhadores (as) realizam suas funções sob condições precárias, nas quais o pagamento é por produção/metros, cotado em um valor muito baixo, obrigando assim os trabalhadores a cortarem no mínimo dez toneladas de cana por dia.

Outra não há um sistema de notificação de acidentes de trabalho, o que impede o recebimento de auxílio por acidente de trabalho ou benefício, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Constatação de ausência de ambulância, de material de primeiros socorros, empregado treinado para atender os trabalhadores acidentados, falta de cabines sanitárias, sem horário de almoço normal e descanso, conforme previsto pela legislação nacional em vigor.

Há um uso frequente da violência pelas Usinas contra os trabalhadores. Os chefes de turma obrigam os trabalhadores a cortar a cana sem direito à pausa para descanso. Além do uso da força policial, por motivo justo alguns trabalhadores pararam de trabalhar, mas a polícia invadiu as casas dos trabalhadores grevistas para forçá-los a voltar ao trabalho, as usinas ameaçavam os trabalhadores de não contratá-los na próxima safra se procurarem o sindicato ou algum órgão público para denunciarem as suas condições de trabalho, praticando perseguição às lideranças sindicais, negando emprego a ex. dirigentes sindicais ou a trabalhadores sindicalizados. (III jornada internacional de políticas públicas, São Luiz (Maranhão) de 28 a 30 de agosto/2007).

O talhão o processo no qual se opera o processo de trabalho. O talhão representa o talho, a parte no conjunto do canavial. Fisicamente é uma parte delimitada pelos carregadores em que circulam caminhões, tratores etc. Além dessas constatações geográficas, o talhão constitui uma espécie de "departamento de fábrica". O controle da produção, da produtividade da turma do caminhão é feito em cada talhão, em cada departamento do conjunto da unidade produtiva. A

administração de tarefas, a divisão do trabalho, bem como a divisão sexual do trabalho, a supervisão, enfim a organização do trabalho são planejadas e controladas em cada talhão. Silva (1999, p.150) diz que a “leitura do espaço” do canavial fornece, numa primeira impressão, a imagem de um mar de cana, um todo homogêneo no qual se distribuem os trabalhadores. Essa visão aparente se desfaz quando se analisa o processo de trabalho como consumo da força de trabalho. Na medida em que se penetra no interior do laboratório secreto do eito, das relações de produção, descortina-se um universo submerso, pilar básico da estrutura de dominação.

O momento da venda e compra da força de trabalho ocorre na esfera das cidades dormitórios ou nas periferias. Estabelecido o contrato desta troca mercantil, os empreiteiros, nos seus caminhões transportam os trabalhadores até o talhão pré-determinado por outros agentes da organização do trabalho. A partir daí, permanecem durante toda a jornada de trabalho, durante o período determinado para o consumo da força de trabalho. Terminado esse período, os trabalhadores são levados de volta para as cidades-dormitórios, o espaço reprodutivo. No outro dia, a operação se repete. O círculo se fecha uma vez mais cidade-talhão-cidade. O talhão constitui, assim, um espaço intermediário entre o momento da circulação e o da reprodução da força de trabalho, que ocorrem no mesmo espaço da cidade. Tornando-se assim, Talhão e Cidade a formação de um todo indissolúvel, em que se produzem e reproduzem a vida, o trabalho, o cotidiano, a aceitação e a recusa dos trabalhadores.

O talhão surge como resultado deste modo de dominação e não do controle técnico exercido em cada terreno. Ele é uma seção da fábrica na qual a locomoção dos trabalhadores só se pode fazer dentro dela. Não há comunicações entre os trabalhadores de talhões diferentes. O processo cooperativo de trabalho dá-se entre cada talhão e as demais seções da unidade produtiva, e não entre si.

A separação das turmas pelos diferentes talhões é o efeito do controle social exercido sobre eles. Para se tornar possível separar os do lugar e “os de fora”, os homens das mulheres, os da cidade com os focos grevistas, e até mesmo, os da mesma cidade, de tal forma que “os de fora” não conhecem os “do lugar” e vice versa. O conjunto dos talhões constitui a área produtiva na qual as colunas do exército de trabalhadores só podem se movimentar no interior de cada subunidade, de cada talhão. E é preciso mexer o corpo, não ficar parado, chegando ao final do

talhão, volta-se e pega outra rua. Como se percebe o poder de dominação que as empresas exercem sobre esses trabalhadores, imobilizando-os de tudo: reivindicações, direitos, e tirando-lhes a oportunidade de um ser social dotado de direitos. Trazendo-lhes apenas a precariedade do trabalho, sem um futuro promissor e digno para si e sua família.

Ficando assim, um grupo socialmente marginalizado, embora aparentemente com bastante iniciativa, que utiliza estratégias altamente complexas de múltiplos empregos não qualificados rurais e urbanos para obter a sobrevivência e reprodução social.

### **3.2 A Precariedade de trabalho dos bóias-frias na agroindústria canavieira**

Na década de 1960, consolidou-se a integração entre o setor primário e o industrial através da “modernização conservadora” e seletiva, restrita à produção agropecuária comercial da agricultura. Em Goiás, este processo alcançou maior amplitude a partir de 1970. A partir dessa década teve início o processo de reestruturação produtiva em escala global, foi nesse contexto também, que o capital remodelou o trabalho nas mais distintas formas como o trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado e a elevação da taxa de desemprego. (BERTOLDO, 2012, p. 66).

Neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão (SANTOS, 2004, p.46).



Figura 11: Trabalhador Bóia-Fria no município (Inhumas GO – 2013)

Fonte: Anesino C. de Oliveira (2013)

Ainda diz Bertoldo (2012), que é a partir de 1980 que aumenta significativamente o número de trabalhadores temporários sem vínculo empregatício e sem registro formalizado, como é o caso dos bóias-frias cortadores de cana do Município de Inhumas, que em sua maioria, fica desempregado na entressafra e sem nenhuma perspectiva de trabalho, muitas das vezes ocasionado devido seus níveis de escolaridade serem baixos ou então, por vezes inexistente, não podendo dessa maneira ser inseridos em outra ocupação da usina ou mesmo da cidade.

A única alternativa que lhes sobra é que durante o período de entressafra é enfrentar os bicos limpando áreas, trabalhando de servente de pedreiro, feirante, ou ficando aprisionados pelo desemprego aguardando o período quase que incerto da safra, na dúvida de que serão contratados pela usina novamente. Por outro lado, alguns fatores são determinantes para a renovação do contrato, critérios como: se não faltavam ao trabalho, se cortava uma grande quantidade de cana, se cortava de acordo com as normas da usina, isto é, rentes ao solo, mas não podendo atingir a raiz para não prejudicar a rebrota, se tinha bom relacionamento com as chefias e com os colegas de trabalho, e, mais lamentável ainda, se não adoecia ou reclamava do serviço com freqüência, dentre outros fatores seletivos.

O canavieiro é um dos trabalhadores mais sofrido, muitas vezes não visto pela sociedade, passando-se como um indivíduo invisível, pois, devido ao sistema capitalista este ainda não pode nem mesmo em muitas ocasiões e situações ser visto e se autoconsiderar como cidadão.

Segundo Bertoldo (2010), o trabalho precarizado não tem sua origem nas sociedades modernas, pois este existe desde que capital e trabalho passaram a se configurar como uma relação antagônica, com a exploração e a alienação do homem pelo homem e com a existência da propriedade privada, embora em todas as sociedades existentes marcadas por tais contradições tenha se dado a manifestação de processos precarizados de trabalho, só recentemente a expressão precarização do trabalho se tornou usual, mediante o surgimento de pesquisas voltadas para a investigação desse fenômeno na complexidade do mundo do trabalho.

O processo econômico capitalista tem ampliado as relações de produção e de trabalho assentadas no assalariamento. O qual o número de trabalhadores nessa modalidade, bóias-frias no campo tem crescimento problematicamente em todo o país. Isso ocorre porque o modelo capitalista é promovido por meio de uma relação social que pressupõe o trabalho assalariado para fenômeno de produção.

Então, dessa forma esse tipo de trabalho só ocorre porque os homens não são considerados como servos, e sim livres. Nesse sentido, a liberdade do capitalismo põe a maioria dos indivíduos como possuidores apenas da força de trabalho, restando a eles venderem a única coisa que lhes é inerente, a sua força de trabalho. Para o homem livre e despojado dos meios de produção, o trabalho passa a ser condição e não escolha. Como Martins (2004, p.17) define a liberdade, no contexto capitalista, como sendo “uma liberdade muito específica: a liberdade de vender a sua força de trabalho”.

Embora, tendo se percebido uma vasta produção que a empresa Centroalcool traz à cidade de Inhumas, trazendo riqueza para o município, é importante mencionar algumas particularidades impostas pelo modo capitalista de produção no procedimento desses acontecimentos. Procura-se contribuir com algumas considerações a respeito do trabalhador (a) (volante) ou bóia-fria ligado ao setor do agronegócio canavieiro que tem como característica o trabalho migratório. Segundo Ianni (1977, p.1-15), a formação destes trabalhadores se deu no decorrer, mais especificamente, nas décadas finais do século XIX e ao longo do século XX. Porém, houve uma série de relações específicas entre os demais agentes

econômicos, dentre eles o Estado, os capitalistas e os latifundiários que, com o intuito de modernizar a atividade agrícola no meio rural brasileiro, promoveu a expropriação camponesa através dessas constantes modernizações das técnicas de produção no campo e com isso foram empregando a mão de obra “libertada” do meio rural.

A Empresa Centroalcool tem características hegemônicas tais como: Monocultura, mão de obra com predominância Baiana, Maranhense e Sergipana e alguns da cidade de Inhumas. Investimentos em compra e arrendamentos de terras. Expropriação de terras camponesas usadas para a produção de alimentos e a exploração e expropriação do trabalhador.

O agronegócio canavieiro se dá entorno da precarização das condições dos trabalhadores que compõem o corte de cana em moldes de apropriação, exploração-dominância e exclusão de milhares de homens. Sendo estes submetidos as mais duras condições de trabalho, no entanto, são negados e discriminados e produzem, ao mesmo tempo, as bases materiais da enorme riqueza deste município (Inhumas-Go).

A sociedade capitalista transformou o trabalho que é fundante da vida humana em trabalho assalariado, alienado e precarizado. Como bem diz Marx sob o capitalismo (2004, p. 85). “O trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada no trabalho, não se reconhecendo e se desumanizando no Trabalho”.

Há um interesse em estudar o município de Inhumas por se inserir geograficamente no centro da investida do agronegócio da cana de açúcar. Como vimos anteriormente no capítulo I, a expansão canavieira em Goiás mostra-se como um setor produtivo de grande monta econômica e Inhumas muito contribuiu para esse crescimento. E que neste município muitas terras estão sendo arrendadas em prol do avanço do agronegócio sob a estaca da expansão na produtividade de etanol. Novas investidas do capital na região de Inhumas vêm transformando a mesma em dois problemas: a urbana e outra do campo. A primeira provável contaminação do lençol freático do rio meia ponte, trazendo problemas a água potável da região e expropriação dos produtores de alimentos que produzem para a cidade, e ainda o desgaste da terra produtiva pela monocultura que gera impacto ao solo pela produção contínua de uma única cultura denominado de Sistema de Plantations.

Torna-se a terra propícia ao esgotamento da fertilidade natural, que depois de devolvida ao dono não é mais produtiva, em consequência existe o abandono ou venda a qualquer preço, e a poluição do ar com as queimadas de cana. O segundo problema aglomeração de migrantes aos arredores da cidade, sendo explorados por seu trabalho precarizado. O modelo *Plantation* de produção simplesmente expropriou o trabalhador do campo. Tirou os meios de produção e sua capacidade de autodeterminar. A vida do cortador de cana é regida pela orquestra do capital e dos empresários do campo. O agronegócio veio para deteriorar o modo de vida camponês auto-sustentável, bem como acelerar o processo de degradação do ambiente (TEIXEIRA, 2009).

A empresa Centroalcool S/A, instalada na década de oitenta, não difere das outras implantadas no país tem suas características hegemônicas que se configura em: monocultura, mão de obra com predominância nordestina, com investimentos e financiamentos do governo principalmente da (produzir), em que se procedeu em compra e arrendamento de terras por longos períodos, expropriação de terras camponesas usadas para a produção de alimentos e finalmente a exploração e a expropriação do trabalhador.

Atualmente, o maior número de trabalhadores (as) vem de migração sazonal, segundo um trabalhador da Centroalcool (08/07/2013), a empresa prefere mais gente de outros estados, do que da própria cidade de Inhumas, segundo o mesmo, a destilaria quase não utiliza os trabalhadores de Inhumas, pois, estes já conhecem bem o setor, preferindo outros tipos de empregos.

Os trabalhadores nordestinos são preferidos pelas usinas do Centro-Oeste, não por falta de mão de obra local, mas, principalmente por apresentarem mais resistência física e maior “submissão” às condições impostas. Já Sobre isso Oliveira (2009) afirma que algumas usinas preferem esses trabalhadores do nordeste do Brasil, por serem menos politizados, mais susceptíveis aos ditames do capital e, conseqüentemente, menos ameaçadores do ponto de vista reivindicatório de direitos, do que aqueles trabalhadores locais. E que também é lícito salientar que a mão de obra canavieira é constituída por indivíduos que não dispõe de muitos meios de sobrevivência, e nessa brecha o agronegócio se estabelece sobre eles.

Os “gatos” contratados pelas empresas deslocam geralmente para o nordeste a fim de aliciar os trabalhadores. Eles buscam regiões do país com características de precariedade de vida, pois assim esses têm maior facilidade para

“vender sonhos” para esses homens e mulheres que anseiam por melhores condições de vida. Se por ventura os aliciadores não puderem ir até esses lugares, ligam para algum conhecido, alguém de “confiança”, e pedem para reunir a turma de trabalhadores e encaminhar para as usinas. Geralmente as condições em que muitos desses trabalhadores chegam até as empresas agroindustriais canavieiras do Centro-Oeste são seriamente questionáveis. Muitos deles viajam em condições sub-humanas sem segurança e sem qualquer garantia dos sonhos que essas pessoas buscam.

Estive em Inhumas em julho de 2013, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, então conheci o senhor Pato, que trabalhou quinze anos no corte de cana inclusive na Centroalcool, e é morador de Inhumas. Segundo ele a empresa tem uma média de mil cortadores de cana, mas tem oscilação, pois, muitos pedem demissão e outros voltam para sua região.

Na segunda visita, me levou ao canavial e pude observar que atualmente o transporte dos trabalhadores é feito por um ônibus não muito novo, mas conservado, tinha água gelada no canavial e a comida vai até os trabalhadores rurais do restaurante, mas que era descontada uma porcentagem no salário. Mas nem todos quiseram, uns trazem a sua própria comida de casa e obviamente é uma bóia-fria. Perguntando ao Pató há quanto tempo houve essa mudança na Centroalcool, ele disse que há alguns anos, devido a pressão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas não as condições de exploração. Trabalham por produção/metros, ganham mais aqueles que se esforçam mais, e são mais fortes, ou seja, dão o sangue para produzir mais, onde tiram uma média de \$1.400.00 (hum mil e quatrocentos reais) por mês, os outros e/ou iniciantes de \$ de 500.00 à 600.00 por mês.

Observei e confirmei com Pató, que a maioria são jovens, entre 19 e 35 anos, totalizando 70% do total de trabalhadores, os demais são em média de 35 a 58 anos. Existe uma divisão de trabalho, cada um em sua função, têm os cortadores de cana, os plantadores, os catadores de bitucas (toco de cana que ficam para trás), que são as mulheres que o fazem e outros especializados como: motoristas, mecânicos, fiscais, técnicos etc. O canavial é queimado antes do corte como se vê na figura abaixo, segundo eles é melhor para evitar bichos peçonhentos lhes picar, cortes, dentre outros. Mas por outro lado as condições ambientais de trabalho do cortador de cana queimada são muito piores do que na cana crua, pois a

temperatura ambiente no canavial queimado, chega a mais de 45°C e, além disso, a fuligem da cana penetra pela pele e nariz, afetando a respiração e circulando na corrente sanguínea do trabalhador. Percebi um cortador de cana lá no canavial todo cheio de carvão e tirando a camisa, jogando água no corpo.

Em conversa com o presidente do sindicato rural de Inhumas Sr. Divino (29/01/2014) diz que o quadro de funcionários internos é de 300, sendo distribuídos em três turnos e quanto ao estudo dos filhos de migrantes só os do lugar, no caso eis migrantes que já estabeleceram vínculos e moram na periferia. Os de fora do norte e nordeste são temporários, só permanecem na época do corte de cana. Não trazem família. Caso confirmado também no colégio Estadual Ary Valadão pelo Secretário Geral Sidney Bruno Fernando.

A queima da cana é uma técnica muito utilizada nas proximidades da cidade de Inhumas para controle de pragas e preparo da colheita, liberando grandes quantidades de monóxido de carbono (CO) e dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), afetando a saúde humana não só dos trabalhadores, mas também da cidade de Inhumas. A queimada elimina a cobertura vegetal do solo, favorecendo o escoamento superficial da água das chuvas, agravando o processo erosivo. O solo empobrece pela eliminação da matéria orgânica, além de alterar a taxa de infiltração de água, provocando uma repelência do solo à água. Dependendo das características do solo, este poderá ficar impermeável e duro, mais suscetível ao processo de erosão. (Figura 12).



Figura 12: Queima de lavouras de cana - Inhumas/GO.  
Fonte: Silva (2010)

As contradições e conflitos sociais no uso agrícola do solo pela cana decorrem, principalmente, pelos arrendamentos de terra, que vem expropriando a população da pequena propriedade. O crescimento no “aluguel da terra” impactam as pequenas propriedades que ficam cercadas por canaviais, que sofrem as consequências da contaminação pelos agrotóxicos e pela fuligem das queimadas. O que vem bem nos afirmar Castillo, quando diz:

O arrendamento é, reconhecidamente, uma prática que provoca enormes prejuízos sociais e econômicos ao pequeno produtor familiar. São diversos os setores do Estado e da sociedade civil que preconizam a produção da cana de açúcar exclusivamente em terras próprias, da usina ou de fornecedores independentes ou integrados. A condenação à prática do arrendamento unifica alguns segmentos do Estado (Secretaria do meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria da Agricultura, entre outros) que preconizam que a produção canavieira seja realizada por fornecedores proprietários da terra. Esse princípio ajudaria a preservar a capacidade de negociação dos fornecedores junto às usinas quanto ao preço da matéria-prima, minimizando os efeitos da relação monopsonica que se estabelece no setor, e ajudaria a evitar o desenraizamento da terra e a miséria social pela qual passam os pequenos proprietários que cederam suas terras em arrendamento (CASTILLO, 2009, p.11).

Outro problema ainda maior que o autor afirma é que:

Uma das consequências mais perversas do sistema de arrendamento para o pequeno produtor familiar é a grande dificuldade encontrada para retornar suas terras. As empresas arrendatárias (usinas) derrubam currais e cercas, desmatam a propriedade (também arrancam árvores isoladas, cobrem o buraco com a lenha picada e depois plantam a cana por cima, ocasionando o que se costuma chamar de “cemitério de árvores”), frequentemente derrubam essas e outras construções, inviabilizando a retomada da terra pelo proprietário, que se vê obrigado a renovar permanentemente os contratos de arrendamento (configurando-se o chamado “esquema para não voltar”). Isso gera um desenraizamento dos pequenos agricultores, pessoas geralmente de baixa escolaridade, que se dirigem aos centros urbanos, habitam em condições precárias e envolvem-se em violência urbana (CASTILLO, 2009, p. 12).

A tese de que o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade e o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade, como pode ser evidenciada na figura 13 abaixo, em que, de um lado, percebe-se o avanço da cana em Inhumas e, do outro, o abandono da pequena propriedade.



Figura 13: Casa abandonada em terras arrendadas - Inhumas/GO.  
Fonte: Teixeira, 15/01/2011.

Na cidade de Inhumas, existem evidências de que a pequena propriedade não consegue proporcionar ao pequeno produtor uma renda capaz de sustentar uma família, por isso, é mais fácil arrendar a terra para as destilarias. Segundo entrevistas realizadas no dia 13 e 15 de abril de 2010, por Teixeira ao Ateliê Geográfico (2010), junto aos pequenos produtores e cortadores de cana na região de Inhumas, indicam que a pequena propriedade está sendo incorporada à indústria canavieira. O Sr. Joaquim de 70 anos, revela como se organizam os arrendamentos de terra nas redondezas do município de Inhumas quando diz:

Tudo aqui é arrendado, exceto ao lado da destilaria, 80 ha é próprio da usina no meio de 14 mil ha (1ha =10.000 m<sup>2</sup>, 1alqueire goiano =48.400 m<sup>2</sup> ou 4.84 ha, 1 alqueire paulista vale 24.200 m<sup>2</sup> ou 2.42 ha.) que vai cortar esse ano. Não é praticamente nada, tudo é parceria agrícola que você paga para o parceiro no arrendamento da terra. O alqueire de terra dessa locação depende da distância da destilaria, das vias de acesso, do tamanho da terra. Aqui paga-se 60 a 90 toneladas por alqueire/ano que paga para o dono da terra (INHUMAS, 15/04/2010 – transcrição livre).

O exaustivo esforço que os trabalhadores precisam fazer e a precariedade nas condições de trabalho, moradia, salários e principalmente de saúde, transformam-nos em “objetos” de exploração de seus patrões, que ignoram suas condições de sujeitos de direitos e de dignidades. Dessa forma, os trabalhos canavieiros são tão degradantes que são até comparados a situações análogas à

escravidão. (BARRETO, 2009, p. 11). Como foi visto no Estado de Goiás e no município de Inhumas.

E ao final da vida destes trabalhadores mostro em anexo de um lado um casal de ex. migrante a porta da casa. A miséria reflete a experiência de vidas marcadas pela história. Povoado de Minas Novas (Vale do Jequitinhonha, 1998). As fotos em anexo (p. 133), vêm nos revelar vários significados, representações de vidas marcadas, mas também de projetos de resistência. O que resultou a migração. (SILVA, 1999 p. 330). E de outro meu pai junto com um irmão em sua lavoura de arroz de subsistência toda derrubada no machado. De cuja história foi semelhante, digo semelhante porque foi bóia-fria, embora mais tarde tenha comprado seu pedaço de terra, mas mesmo assim às vezes não deixou de ser bóia-fria trabalhando para fazendeiros, pois tinha que complementar sua renda.

Segundo Teixeira (2009), as queimadas só trazem benefícios para o setor sucroalcooleiro, pois, reduz-lhes os custos, pois o rendimento do trabalhador cortador de cana ou da colheitadeira é triplicado quando a palha é queimada. Sobre tais condições precárias que esses trabalhadores estão submetidos, Oliveira (2007) mostra que essa precarização ocorre em uma dimensão plena, visto que: “Vê-se, pois, que no Universo social e de trabalho em que a maioria desses trabalhadores é inserida, as condições de vida e de trabalho são extremamente precarizadas. A precarização não se revela somente nas condições de moradia, de alimentação e de trabalho, mas, também nas relações sociais” (OLIVEIRA, 2007, p.71).

### **3.3 A mecanização das lavouras de cana**

A mecanização da colheita de cana no Brasil teve sua implantação efetivamente na década de 1980 e veio aumentando aos longos dos anos. Na fala de Macedo (2005), se deu “inicialmente por uma necessidade das usinas em atenderem seus cronogramas em épocas em que a mão de obra tornou-se escassa, crescendo motivada pela redução de custo e pela pressão ambiental para o término das queimadas”. O alto crescimento do sistema mecanizado não alterou significativamente sua proporção de utilização, pois em paralelo foi significativo o crescimento da área plantada com cana no Estado.

Ações governamentais de gestão ambiental, como a Lei Estadual n. 11.241/2002, tem forçado a aceleração da mecanização da colheita da cana no

Estado de São Paulo, mas alguns autores e profissionais da área afirmam que a aceleração desse sistema se deve também pela deficiência de mão de obra.

A Legislação sobre a queima da cana de açúcar: suas normas que regem a questão das queimadas são de âmbito federal, estadual e municipal. O Decreto Federal nº 2.661, de 08/07/98, estabelece a eliminação gradual da queima de cana de açúcar. Conforme Paes (2007) são estabelecidas também as áreas de proibição de queima, como faixas de proteção nas proximidades de perímetros urbanos, rodovias, ferrovias, aeroportos, reservas florestais e unidades de conservação, entre outros.

Como na fala de Stafuzza (*apud* NOGUEIRA, 2007, p. 78), que a tendência de mecanização, se dá não só pela legislação ambiental, mas também devido à falta de mão de obra. Muitos trabalhadores da área agrícola estão migrando para outras funções nas usinas, como a de operador de máquinas e equipamentos na indústria. Por isso, a mecanização tem crescido não só na colheita, mas também no plantio da cana.

Já Paes (2007), afirma que a mecanização da colheita vem crescendo por três fatores principais: pela escassez de mão de obra ocorrida durante o plano cruzado, em meados da década de 1980 e, mais recentemente, pela redução de custos e pela pressão ambiental para que a colheita da cana de açúcar seja feita sem queimar. Segundo o autor, no Estado de São Paulo, em 1997, a proporção da colheita mecanizada era por volta de 18%, tendo alcançado 42% em 2006. Na região Centro Sul, foi de 35% em 2006 e, na região Nordeste e Norte, a proporção de colheita mecanizada é bem menor, atingindo uma média de 10%.

A mecanização é mais uma modernização que propicia o bem do empresário que continuará a explorar o trabalhador, mesmo que este se especializa como nos passa a reportagem de “O repórter Brasil” em 20/12/2011, a informação de que o auditor fiscal da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de Goiás (SRTE/GO), flagou na usina Bom Sucesso, em Goiatuba – GO, 39 operadores de máquinas no corte de cana em trabalho análogo ao de escravo<sup>8</sup>. Os trabalhadores que antes eram cortadores de cana passaram a operadores e cumpriam jornadas de trabalho de 24 horas interruptas, sendo que dois deles sofreram acidentes após 20

---

<sup>8</sup> A fiscalização ocorreu em outubro de 2011. Além de integrantes da SRTE/GO, particularmente da ação o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), órgãos integrantes da Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo.

horas dirigindo. O grupo trabalhava de domingo a domingo, intercalando as longas jornadas com 21 horas de descanso. Chegando aí a uma conclusão que a mecanização não venha trazer uma solução benéfica ao trabalhador rural, mesmo que este se especializa.

Foi flagrado e resgatado também em 20 de setembro de 2009, pela SRTE-GO e o Grupo GEFRM, 35 trabalhadores na mesma situação análoga ao de escravo em uma fazenda no município de Minaçu-GO, localizada a 504 quilômetros da Capital Goiânia. Dentre eles estavam três adolescentes, um de 15 anos e os outros dois de 16 anos.

A mecanização tem que existir para evitar danos ao meio ambiente, mas os empresários da indústria canavieira sempre usam estratégias na maximização do uso dos meios e instrumentos de trabalho, diminuindo bastante a ociosidade da usina, além de intensificar o ritmo de trabalho.



Figura 14: Mecanização do plantio da cana de açúcar, 2010.

Fonte: 15º Seminário de Mecanização e Produção de Cana de Açúcar, Ribeirão Preto – SP.

Referente ao ponto de vista do processo de trabalho, o corte mecânico apresenta alterações substanciais com relação ao corte manual da cana de açúcar. No modo de organização do corte manual, geralmente a contratação do operário é temporária, a jornada de trabalho é diurna, de segunda a sábado, com oito horas diárias e a remuneração é com base na produção de cada trabalhador. A utilização de colhedoras aumenta a contratação direta e permanente de trabalhadores na

lavoura canavieira, sistema no qual o trabalho é organizado em turnos alternados. Nessa modalidade de corte, os trabalhadores fazem rodízio para garantir a não interrupção do processamento da cana pela agroindústria, inclusive no período noturno, até em domingos e feriados.

Para isso, os operadores das colhedoras submetem-se a horários irregulares e a uma escala de plantões, mas possuem um rendimento fixo. A atividade de corte de cana mecanizado é sempre feita em dupla, envolvendo o operador de máquina e o motorista do caminhão que traciona o transbordo e recebe a cana colhida. Muito diferente do corte manual, em que a colheita mecânica depende de trabalho conjunto e articulado (SCOPINHO, *et al*, 1999).

A aceleração do ritmo de trabalho implica no aumento da produtividade do trabalho, além da melhoria da qualidade da matéria prima, processada em menos tempo se comparada com a colheita manual, redução de custos no de colheita e maior agilidade na amortização do capital investido em inovações tecnológicas.

A mecanização já atinge 85% da colheita de cana de açúcar no Brasil. As empresas sucroalcooleiras estão sendo pressionadas por motivos ambientais e trabalhistas, com isso já atinge os 85% de mecanização e 53% do plantio de cana da região Centro-Sul, responsável pela maior parte da produção brasileira de álcool e açúcar.

De acordo com o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), o Estado do Mato Grosso do Sul detém a maior participação de máquinas na colheita de cana atualmente no país, atingindo 95% de tudo que é colhido no Estado. Em seguida vem Mato Grosso-90%, Goiás, Minas Gerais e São Paulo apresentam 87% de mecanização.

Segundo o representante do setor Sérgio Prado, da União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA), o Centro-Oeste lidera esse processo devido ao fato de a cultura de cana ser mais recente na região. “As usinas de lá foram planejadas para a mecanização, já nasceram seguindo as novas regras” (PRADO JUNIOR, 2007).

Fernando Brod, pesquisador do CTC, estima que já foram investidos cerca de R\$14 bilhões para a aquisição das “frentes de colheita”, envolvendo aí um conjunto de máquinas como colhedoras, tratores, transbordos e caminhões. O autor afirma ainda, que uma usina de médio porte necessita de quatro a cinco dessas frentes. A dificuldade, no entanto, está nos produtores menores, menos capitalizados. “A compra de uma colhedora, por ex. chega a custar R\$800 mil”. O

que viável seria o sistema de cooperativa o que vem sendo aplicado em São Paulo, onde o custo é rateado entre os produtores. “As usinas tiveram de partir para a mecanização por pressão da sociedade, mesmo sem ter todas as conveniências. Houve um período de aprendizado para reduzir as perdas,” assim relata Luiz Carlos Correa Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG).

Como toda transição, a passagem do corte humano para a máquina trouxe novidades e revezes às lavouras. No início, a mudança mais sentida foi uma perda de produtividade de 1% porque as facas das colhedoras deixavam para trás “tocos” de cana na terra, justamente a parte onde há maior concentração de açúcar na planta. Somando isso a outras características internas das máquinas, a produtividade poderia ser reduzida em até 9% do total de cana colhida. Isso ocorria, sobretudo pela falta de nivelamento dos terrenos, que não eram preparados corretamente para a entrada das máquinas. O problema foi resolvido com o desenvolvimento pelo CTC e a adoção pela indústria de máquinas - de um corte de base flutuante, pelo qual um circuito regula automaticamente o corte, acompanhando os desníveis dos terrenos.

Uma das questões que mais preocupa é o destino dos cortadores de cana. Cada máquina na colheita substituiu 60 homens. Sem detalhar os números a UNICA diz que parte deles voltou para a cidade natal, parte foi treinada para funções diferentes na usina ou fora dela. Mas a maioria ficou sem emprego.

A Mecanização das lavouras canavieiras paulistas até o momento ainda não atingiu 100% de abrangência, no entanto, já se fazem vários questionamentos a respeito da capacitação destes profissionais, para assumirem novos postos de trabalho e serem inseridos em um ramo de trabalho que, ambientalmente falando ainda sofrerá muitas mudanças.

De acordo com Sérgio Prato, diretor da UNICA, “as novas usinas paulistas já não contam mais com a figura do cortador de cana, e o principal problema é inserir esses trabalhadores em outras áreas”, de acordo com o Diretor isso deve ser assumida em conjunto por empresas, sociedades e governo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2007).

Porque que só agora o nível de escolaridade desses trabalhadores canavieiros são importantes, sendo que este problema é antigo, a verdade é que nenhum empresário preocupou-se em capacitá-los. A quantidade de informação que é gerada nos dias de hoje colocou o ser humano em uma situação na qual não é

possível que se esteja desatualizado. Mas não tudo, nunca em outra época exigiu-se tanto conhecimento acadêmico e especialização de um profissional como agora.

O mundo vive uma era de mudanças velozes, em que profissões simplesmente desaparecem da noite para o dia, enquanto outras jamais imaginadas tornam-se indispensáveis para a vida humana.

No caso do cortador de cana seu ofício tem data marcada para terminar. A não ser que o problema seja amenizado pelo Programa Renovação (criado em jun/2009), fruto da iniciativa e da parceria da UNICA com suas empresas associadas e com os trabalhadores no empenho de qualificá-los para o próprio setor agroindustrial (motoristas, canavieiros, operadores de colhedora, eletricitistas, mecânicos, soldadores e tantos outros) e não só para a própria usina, qualificando-os para outros setores da economia, como avicultura, jardinagem, construção civil, horticultura, costura, hotelaria, apicultura e etc.

Como relata Neves, Conejero, (2010, p. 219),

um grande desafio será criar perspectivas para o grande contingente de cortadores de cana de açúcar que perderão seus empregos para as colhedoras mecânicas. O nível de escolaridade dos cortadores de cana é obviamente insuficiente para realocá-los em curto prazo. Por isso, parcerias entre os agentes institucionais (UNICA, SENAC, SENAI, FAESP, FIESP, etc.) são necessárias para juntar esforços no processo de requalificação.

Deve-se dar oportunidades a estes trabalhadores sofridos que estão enfrentando esse trabalho precário, que não tem alternativa, é a sua sobrevivência e agora sendo descartados de seu único meio de ganhar o pão. A socióloga Silva (UNESP) que estuda o cotidiano dos bóias-frias há 30 anos nos revela bem a luta desses trabalhadores, que às vezes alimentam às pressas para não perder horas de trabalho por este ser por produção/metros, trabalhando aí uma média de 9 a 10 horas e a exigência mínima gira em torno de 10 toneladas/dia para cada trabalhador. Trabalhadores este que muito fez e faz para o desenvolvimento do país.

O passar desse trabalhador é mais ou menos assim em uma entrevista a um migrante maranhense em que descreveu sua tarefa de maneira bem objetiva e realista, que veio trabalhar na colheita de cana no Estado de São Paulo como descreve (ALVES; NOVAES, 2007, p. 34):

Sabe, professor, em todo trabalho que a gente faz, tem dia que a gente está de bom humor e o trabalho rende, mas tem dia que a gente está de mau humor e o trabalho não rende. Cortar cana não é assim. Cortar cana não

tem mau humor, nem bom humor, tem humor; porque todo dia você tem que cortar aquilo ali. Se não cortar vai faltar dinheiro pras contas. A gente tem que ser macho.

### 3.4 As formas de luta dos bóias-frias nos canaviais

Nunca vi pobre ter vez  
 Só porque não tem dinheiro  
 Só quem tem a vez é o rico  
 Domina o mundo inteiro  
 Bem diz o velho pai  
 Que a injustiça não fica  
 Aonde o dinheiro vai.  
 (MARTINS *apud* SOUZA, 1991, p. 95).

A forma de luta destes trabalhadores bóias-frias canavieiros são difíceis de se concretizar em um senso comum de reivindicações. Por um lado não existe um grupo tão homogêneo que a própria empresa não deixa isso acontecer, e mesmo dentre eles há aqueles do lugar que querem a luta por melhores salários e direitos, mas os de fora não querem problema com a empresa, que eles vieram de longe e tem que sujeitar os mandos da empresa devido a sua grande falta de recursos e ter que mandar dinheiro para a família no norte e nordeste. Com isso o movimento deles se torna fraco, e qualquer manifestação a empresa manda embora. Por outro lado se encontra uma estrutura muito forte entre agroindústrias, latifundiários e leis que os protege, são os homens do desenvolvimento.

Os gerentes das usinas argumentam que preferem migrantes porque estes têm alto índice de produtividade em contraste com os trabalhadores locais que apenas trabalham algumas horas por dia ou apenas completam uma tarefa, que é uma quantia mínima de produção estipulada por dia de trabalho. E assim um relata um gerente de produção Menezes (1994, p. 03):

É tem produtividade maior em função do que, eles vêm, são pais de família, são, realmente, pessoas que vêm pra juntar o dinheiro nesse período, se fazer uma reserva, nesse período de seis meses de moagem e voltar pra roça deles que, geralmente, tem sítios, ou a família dele tem um sítio, então, quando chegar lá vão plantar no inverno arriscar, né? porque, geralmente, eles esperam chuva.

O gerente reforça a discriminação com os trabalhadores da própria região “eles não tem essa determinação, são um pessoal... como eu tava te dizendo, altamente influenciado pelo sindicato, onde a produtividade tá sendo relegada, tá sendo relegada a terceiro, quarto plano”. Com o exposto, caracteriza-se muito bem

porque os usineiros preferem os trabalhadores das regiões do norte e nordeste, estes não querem problemas com a empresa e acabam enfraquecendo o poder de luta dos bóias-frias e seus sindicatos do lugar. E ainda, no que diz respeito às relações de trabalho, se torna difícil para os bóias-frias conseguirem êxito em suas reivindicações, por terem dificuldades de se reunir de uma forma coletiva para reivindicar seus direitos.

Para esses trabalhadores temporários, mesmo suas atividades trabalhistas e sindicais, não aparecem como importantes. A temporalidade de sua permanência e a longa jornada de trabalho faz com que poucos se envolvam nesse setor. É sabida também a sua pequena participação nas questões da comunidade e na verdade em tudo aquilo sai fora, por pouco do âmbito estrito do trabalho.

Hoje, além dos expulsos do campo os sem-terra, estão também, aqueles pequenos proprietários que trabalham para a subsistência que em épocas de colheita estão junto com os bóias-frias para complementar a sua renda. Formando aí um contingente significativo de pequenos produtores proprietários inseridos à exploração do capital comercial, não consegue mais manter-se com os ganhos de sua própria produção, necessitando empregar-se como assalariado na agricultura e em outros setores da economia.

O surgimento da Lei de Terras, em 1850, como meio de propiciar o título de propriedade a quem já tinha terra, permitia o acesso à terra apenas por meio de compra, o que não era acessível aos trabalhadores rurais e em especial aos escravos libertos pela Lei Áurea. “Enquanto o trabalho era escravo, a terra era livre. Quando o trabalho ficou livre, a terra virou escrava” (MARTINS, 1995, p. 151-166).

Segundo Aquino *et al.*, (1989), na época, os Estados Unidos também discutiam a propriedade da terra. Mas só que fizeram ao contrário. Em vez de impedir o acesso à terra, abriram o oeste do país para quem quisesse ocupá-lo, só ficavam excluídos os senhores de escravos do sul. Assim, criou-se uma potência agrícola, um mercado consumidor e uma cultura mais democrática, pois fundada numa sociedade de milhões de proprietários. Um século depois, com o surgimento do Estatuto do Trabalhador Rural que compõem fenômenos de um conjunto de fatores que influenciaram a formação do mercado de trabalho agrícola no Brasil. O processo de modernização do setor agropecuário, modernização agrícola, mecanização agropecuária e a internacionalização dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos a agropecuária muda o rumo da relação de

trabalho que praticamente, passa a ser coletivo, e não mais individual. O trabalho especializa-se, a mão de obra empregada não é mais a mesma em todas as etapas do processo de produção, desde o plantio até a colheita.

Surgem turmas de trabalhadores que plantam e não são necessariamente as mesmas que fazem os tratos culturais e a colheita, aumentando aí o trabalho temporário na agropecuária. Essa modernização do setor agropecuário veio trazer políticas setoriais com disponibilidade do crédito rural oficial com taxas de juros diferenciadas, a partir da década de 1960, até meados de 1980, favorecendo aos produtores e intensificando a exportação de seus produtos. As regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul foram as mais beneficiadas, como foi mostrado no capítulo I.

Durante séculos a terra, o trabalho e o capital foram os principais fatores de produção agrícola, porém com a chegada dessa tecnologia e métodos de produção, estes três fatores tradicionais até então, passam agora por novas composições. A agricultura passou a ser um empreendimento com as mesmas possibilidades de outros capitais, almejando auferir altos números em termos de lucratividade, tornando-se assim mais competitivas, refletindo diretamente na organização do trabalho. No caso específico aqui das indústrias canavieiras (AQUINO, *et al.*, 1989).

Segundo Delgado (1985), com a nova forma de produção, verifica-se um processo expropriatória da classe trabalhadora do/no campo, que também destruiu a natureza, estabelecendo uma dinâmica, apoiada na concentração, na exclusão e na destruição dos ecossistemas naturais. O resultado além da miséria e do atraso social e econômico foi e está cada vez mais se intensificando, a violência, que do campo se esparrama pela sociedade brasileira. Por isso cabe afirmar que a violência social no Brasil tem origem na má distribuição de terras, que gera injustiça e multiplica a violência em todos os graus e em todos os setores da sociedade (4º ENGRUP, São Paulo, 2008, p.1016).

Ao chegar à modernização da agricultura, passa-se a exigir a incorporação do capital, tornando assim a atividade agrícola um privilégio para uma pequena classe. Por isso, no campo observa-se que está ocorrendo um aumento da proletarianização do camponês, na diferenciação do campesinato, além da expropriação dos trabalhadores (CHIAVENATO, 1998).

Com as transformações, verifica-se que somente o equivalente a 20% da população ativa brasileira está empregada no campo. Muitos desta população

sobrevivem em condições subhumanas, que envolvem desde o analfabetismo, a subnutrição entre outros fatores. Fernandes (1996, p. 37) observa que:

Como expressão sócio-histórica das contradições do capital e diante das transformações no “mundo do Trabalho”, os novos sujeitos se manifestam apresentando-se como parte da classe trabalhadora. Esses trabalhadores expressam as relações sociais constitutivas no capitalismo nesse início do século XX. Obrigados a vender sua força de trabalho sob condições, que em geral mal possibilitam a reposição do necessário à sua subsistência, desprovidos de direitos, contraditoriamente são cada vez mais parte ativa da produção capitalista.

Martins (1995, p. 152) reforça essa questão “a tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores de produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria”. É justamente com essa tendência do capital, que os latifúndios brasileiros estão aumentando em número e extensão. (IBGE-2000).

O problema latifundiário, essa má distribuição de terra no Brasil tem razões históricas desde o descobrimento do Brasil, como foi visto no capítulo I em a questão fundiária. A luta pela reforma agrária envolve aspectos econômicos, políticos e sociais. A questão fundiária atinge os interesses de um quarto da população brasileira que tira seu sustento do campo, entre grandes e pequenos agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais e os sem-terra. De acordo com isso, “os conflitos pela terra no Brasil só tem aumentado cada vez mais com características de uma verdadeira luta armada no campo” (OLIVEIRA, 1991, p. 106).

Nesse sentido, os trabalhadores para chegar a uma nova estrutura fundiária que seja socialmente justa e economicamente viável será um grande desafio a enfrentar, como será mostrado a seguir.

A luta social pelo acesso e permanência na terra é constante no Brasil desde a chegada dos portugueses em 1500. Após a invasão de Portugal no Brasil inicia-se o processo de concentração de terras, isto em 1534, quando o rei de Portugal divide o Brasil em capitanias hereditárias, distribuindo aos amigos portugueses. A ação de distribuição foi o início da concentração de terra por parte de particulares tendo como artifício a compra legal e ilegal, grilagem, posse pela violência para-militar, ou negociações diretas com os poderes públicos. O resultado das ações desde o século XVI ficou caracterizado pelo massacre de milhões de nativos, negros, pequenos trabalhadores rurais e familiares, desencadeando, todavia, manifestações de descontentamento e mobilizações por trabalhadores

rurais em várias partes do Brasil. Intensificaram-se no século XX, e é a partir das Ligas Camponesas, dos Movimentos de Bóias-Frias e da atuação do MST, fundado em 1984.

No âmbito do espaço rural destacam-se os movimentos de Canudos (final do século XIX), iniciados com os protestos de homens do campo relativos à cobrança de impostos, tendo construído um modo de vida coletivo no sertão nordestino. No século XX ocorreu o movimento do contestado (1912) nas fronteiras entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, tendo participação os trabalhadores sem-terra da região, o governo e o capital estrangeiro. Nesse mesmo século, o movimento de bóias-frias, estudado por D'Incão (1983), teve presença marcante no que diz respeito às reivindicações trabalhistas, na década de 1950. Houve outros movimentos envolvendo posseiros e grileiros, tais como o de Porecatu e a Revolta dos Posseiros no Estado do Paraná. Nos meados dos anos de 1950 foram organizadas as Ligas Camponesas, posteriormente houve a criação de sindicatos no meio rural.

Após 1950, vários movimentos sociais do campo reivindicaram reforma agrária, em praticamente todas as regiões brasileiras. No Sul brasileiro, tais movimentos ampliaram-se devido os conflitos entre posseiros e grileiros e entre os trabalhadores que habitavam regiões que foram alagadas com a construção de hidrelétricas, ex. da Itaipu-Paraná.

No final de 1970, focos do que seria o MST surgiram nos três Estados do Sul do país, sendo o marco de origem, o Rio Grande do Sul. O MST constitui-se num sujeito coletivo que impulsiona a inserção de novos elementos na configuração da cultura política (organização dos trabalhadores, formação e negociações políticas, estratégias massivas de atuação), solicitando questionamentos sobre as injustiças sociais na sociedade em geral, e especificamente no campo. Estudiosos do MST, Fernandes (1996 e 2000), nos tem registrado a história do MST no país.

O Estado com relação a esses movimentos do MST, ora se manifesta conservador em relação aos conflitos no campo com sua morosidade no processo de desapropriação e resistência na realização da Reforma Agrária, ora tende a ser parceiro, por meio do programa de alfabetização de jovens e adultos da Reforma Agrária, ou os convênios que implicam a liberação de técnicos para a atuação nos assentamentos, como o projeto Lumiar (convênio que existiu entre o governo federal e a ANCA), prevendo a contratação de técnicos agrícolas para a atuação nos

assentamentos rurais. No ano de 2000, o projeto já foi extinto. O referido cenário político também é composto pela ação da classe dos grandes proprietários que, durante os anos 1980, criou a União Democrática Ruralista (UDR) com o objetivo de defender os seus próprios interesses.

Posteriormente, os proprietários do cenário político se articularam para a formação de um grupo que atuasse no Congresso brasileiro, formando assim, nos anos 1990, a Bancada Ruralista. Neste fato, um dos fatores importantes é que o MST não é um movimento localizado, mas nacional, porque está presente em 24 dos 26 estados do país. O movimento recebe apoio de sindicatos, CPT e outras entidades nacionais e internacionais. Em termos de comunicação está tecnologicamente organizado, como exemplo possui endereços eletrônicos e sites na internet com informações sobre a luta nos vários estados. Os seus dirigentes, mantêm-se atualizados sobre as discussões político-econômicas nacionais e internacionais, o que os fundamenta em suas críticas e propostas políticas. Tornou-se uma organização altamente burocratizada, composta de técnicos e profissionais militantes preocupados com a elaboração e execução de projetos vinculados tanto à viabilização social e econômica dos assentamentos, quanto à concretização dos objetivos político-ideológicos da organização.

A partir de 1990, o MST intensificou as suas ações, promovendo ocupações simultâneas de terra, enfrenta dificuldades advindas tanto da sua própria organização interna quanto das atitudes empreendidas pelo governo federal, como cancelamento de convênios técnicos e não desapropriação (por parte do governo) das áreas ocupadas pelos sem-terra. Ao lado dessas ações, a criação do Banco da Terra (governo Federal) e das vilas rurais (Paraná).

Mas os problemas estruturais continuam presentes no país como forte dependência do capital externo, concentração fundiária, elite e seus representantes predominando no campo das gestões políticas e administrativas, além da corrupção desenfreada. No campo conjuntural, a favelização, os moradores de rua, a fome e a violência generalizada é o destaque na mídia e no cotidiano. O Brasil tem potencial para mudanças. O que falta é a implementação de uma política agrária seria e comprometida com os interesses sociais dos trabalhadores rurais. Do contrário esses movimentos vão permanecer na luta por mais longos anos sem nada de concreto acontecer.

Segundo informação da Revista *Veja on line* (09/10/2013), em Reforma Agrária, estima-se que cerca de setenta entidades participam de acampamentos e invasões de terra no país. Entre elas, há sindicatos e associações e, no mínimo, 27 movimentos autônomos de trabalhadores, mais ou menos inspirados no MST. A maioria dos movimentos tem atuação apenas local, mas alguns ganharam destaque como o MST. É o maior e mais antigo, fundado em 1984. Está presente em 23 estados e tem 80.000 famílias acampadas em todo país. Faz invasões de terra e ocupações de prédios públicos, destrói plantações de produtos transgênicos, organiza greves de fome e marchas nacionais. É um caldeirão ideológico, em que misturam várias linhas do pensamento de esquerda e extrema esquerda. Suas táticas é a luta pela Reforma Agrária. Seu objetivo final é a revolução socialista.

O Movimento de Liberdade dos Sem Terra (MLST) criado em 1994, tem acampamento em seis Estados (Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e São Paulo) formado por militantes de extrema esquerda, o movimento é ainda mais radical que o MST. Prega abertamente a tomada do poder pela força e defende a eclosão da revolução socialista a partir do campo. Apesar do radicalismo retórico, sua prática não difere muito da do MST.

Contudo, o Movimento de Luta pela Terra (MLT) apareceu em 1994, no Sul da Bahia, com o desemprego provocado pela crise das fazendas de cacau da região. Está organizada em quatro estados (Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Pará). Reúne 4.000 famílias, das quais 1.000 já foram assentadas. Adota as mesmas táticas do MST, invasões, acampamentos a beira de estrada e ocupações de prédios públicos.

Já o Movimento de Agricultores Sem Terra (MAST) surgiu em 1998, na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, e mais tarde se ampliou para o interior do Paraná. Foi fundada por militantes da Social Democracia Sindical, uma Central Sindical de direita, e por dissidentes do MST. Hoje representa 800 famílias. De todos, é o movimento sem terra mais moderado: opõe-se à ocupações de terra, não se reclama da estrutura agrária do país e defende uma reforma negociada.

A classe trabalhadora no campo, no Brasil e no mundo, continua organizando-se em torno da luta pela posse da terra com fins de uso social. Ex. é a via Campesina, movimento internacional que coordena organizações de trabalhadores no campo, mulheres e comunidades indígenas em todo o mundo. A pressão no campo aumentou, especialmente a partir de 1995 com o surgimento de

um grande número de colaboradores com novas frentes de luta pela terra, além do MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os Seringueiros.

Contudo, o que une os trabalhadores sem-terra nesse movimento é a concepção de uma organização social que parte das suas necessidades e carências materiais e da falta de opção no campo e na cidade. As consequências do desemprego estrutural e a precariedade os levaram a ocupar as terras improdutivas no campo. Sob um projeto de superação do latifúndio assim visando a Reforma Agrária.

Como observa Martins (2000, p. 16):

O capitalismo globalizado trouxe enormes benefícios para as elites, a classe média e a elite da classe trabalhadora. Mas abandonou na beira da estrada do progresso multidões de deserdados e sem destino, mergulhados em formas perversas de sobrevivência. São os indevidamente chamados de excluídos, porque inclusos foram nas funções residuais e subalternas da cloaca de um sistema econômico que não parece ter como funcionar e sobreviver sem iniquidades e injustiças.

Conforme Martins (2007, p. 95) a Reforma Agrária no Brasil não tem representação política, a representação política que eventualmente se identifica com os trabalhadores rurais é indireta e mínima. Eles estão sub-representados porque votam nos grandes proprietários de terra ou em seus candidatos. Os trabalhadores rurais não se identificam consigo mesmos, mas com o modo de ver o mundo e os interesses de seus adversários, oponentes e até inimigos. Os chamados ruralistas têm no Congresso Nacional uma representação muito acima da proporção que corresponderia a seu número relativamente reduzido na sociedade brasileira e na economia Nacional. Mas que estão lá graças ao voto dos trabalhadores rurais e dos pobres da cidade que foram expulsos do campo.

Martins coloca também que não é o Estado que vai assumir que há no país uma questão agrária, nem que vai resolvê-la, mesmo que o governo e o governante entendam que a questão agrária é real e precisa de solução. Pois o Estado, que inclui o Congresso e o Judiciário estão imobilizados pelos políticos que consideram o latifúndio intocável.

O interessante é que pesquisando no Blog da Superintendência Regional do INCRA, em Goiás, a maioria dos assentamentos da reforma agrária criados pelo INCRA em 78 municípios goianos nos últimos 25 anos está nas Regiões Oeste e Norte do Estado. Do total de 73% de todos os assentamentos criados em Goiás, os mesmos estão localizados nas regiões Norte, Oeste e Noroeste. Os assentamentos

do INCRA em Goiás foram criados em 1986 e em março de 2011, somando 290, com mais de 14.500 famílias assentadas numa área total de 666.863 hectares.

As regiões Norte e Oeste concentram-se 55% dos assentamentos do Estado. Estas regiões respondem por mais da metade dos assentamentos e por 67,5% de todas as famílias assentadas. Por outro lado, o Sudeste do Estado ainda é a região com menos assentamentos implantados, somando apenas 07, o que representa cerca de 2,5% do total. De todo o país, Goiás é o município que tem a maior concentração de assentamentos criados, 22 ao todo. Os outros municípios com mais assentamentos implantados pelo INCRA no Estado são: Dorvelândia, com 15 e Montividiu do Norte, com 13.

O maior assentamento do Estado de Goiás é o Oziel Alves Pereira (Baliza), com 38.559 hectares e 553 famílias assentadas, seguido pelo, Santa Marta (Mundo Novo), com 460 famílias assentadas em 19.546 hectares. Atualmente, existem 290 assentamentos criados e 14.750 famílias de trabalhadores rurais assentadas pelo INCRA. O primeiro assentamento foi o Mosquito, criado em 1986 no município de Goiás. O último foi o Juca Arantes, no município de Paranaiguara, criado em março de 2011.

A Superintendência Regional de Goiás (SR.04) atua em todo o Estado de Goiás exceto nas regiões Nordeste e do entorno do DF, jurisdição de outra Superintendência, a do Distrito Federal e entorno (SR.28). O governo Federal tem um Compromisso Nacional firmado entre entidades de trabalhadores, empresários do setor sucroenergético em 25 de junho de 2009, para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana de açúcar. O compromisso é resultado de uma experiência inédita, no Brasil, de diálogo e negociação nacional tripartite para enfrentar o desafio de melhorar as condições de vida e trabalho no cultivo manual de cana de açúcar.

Esse compromisso foi construído através de uma Mesa de Diálogo, instalada em julho de 2008, a convite do Presidente da República e sob a coordenação de Secretaria Geral da Presidência da República. Ao longo de um ano, a Mesa construiu um acordo histórico para valorizar e lançar as melhores práticas trabalhistas na lavoura de cana de açúcar e promover a reinserção ocupacional dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita.

Os trabalhadores foram representados pela Contag, Feraesp, UNICA e Fórum Nacional Sucroenergético representaram os empresários. O governo Federal participou pela Secretaria Geral e Casa Civil da Presidência da República e pelos

MTE, MAPA, MEC E MDS. Dentre esses compromissos estão: trabalho decente e qualidade de vida, observância à Legislação Brasileira, o contrato de trabalho passará a ser feito diretamente entre a empresa e o trabalhador, eliminado o intermediário, que tem sido fonte de precarização do trabalho, condições adequadas ao migrante como a contratação que terá a intermediação do sistema Público de Emprego, assegurada maior transparência na atenção a cana cortada, com o conhecimento prévio dos trabalhadores sobre o preço a ser pago e a forma de mediação, saúde e segurança do trabalho, valorização da atividade sindical e da negociação coletiva e a responsabilidade empresarial e políticas públicas.

A Revista Veja on-line (s/d), nos fornece a cronologia dos movimentos mais recentes e encontros do MST com os governos federais que passarei a citar a seguir de 1996 a 2003.

A questão fundiária no Brasil é tão antiga quanto a própria formação de seu território. Depois de séculos de concentração de terras, os trabalhadores sem lugar para plantar passam a se unir na reivindicação pela reforma agrária na segunda metade do século XX. Em resposta os fazendeiros se armam, e os confrontos no campo matam mais de seiscentas pessoas na década de 80. O tema volta a ganhar destaque com a formação do MST e, posteriormente com o massacre de Eldorados dos Carajás. Agora vamos acompanhar o que aconteceu desde a tragédia até a primeira reunião do presidente Lula com os sem terra no planalto.

Abril de 1996, Dezenove sem terra morrem em confronto com a polícia durante um confronto numa estrada de Eldorados dos Carajás, no Pará. O caso ganha repercussão internacional e o presidente Fernando Henrique Cardoso, lamenta o ocorrido, prometendo dedicar mais esforços à solução dos problemas no campo.

Mai de 1996, O Governo Federal recria o Ministério da Reforma Agrária, extinto por Fernando Collor em 1990. Junho de 1996, Novo conflito armado entre os sem terra e fazendeiros, no Maranhão faz quatro mortes e cinco feridos. Novembro de 1996, O exército mobiliza dois mil homens para proteger as terras do presidente Fernando Henrique Cardoso em Minas Gerais, ameaçadas de invasão. Dezembro de 1996, O governo cria um novo imposto territorial rural para combater a manutenção dos latifúndios improdutivos. Janeiro de 1997, mais três trabalhadores sem terra são assassinados no Pará por jagunços na invasão de uma fazenda. Com isso, o Pará já soma quarenta e quatro mortes de sem terra em apenas dois anos. Março de 1997, Uma pesquisa do Ibope revela que os brasileiros são a favor da reforma agrária, mas condenam invasões de terra e acham que elas dificultam a solução do problema. Abril de 1997, Depois de uma longa marcha que partiu de diversos pontos do país, os sem terra liderados pelo MST chegam a Brasília e são recebidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no Palácio do Planalto. FHC aceitou negociar com os sem terra, mas não promete fazer a reforma agrária. Setembro de 1997, Fazendeiros são mantidos como reféns e espancados durante cinco horas no Paraná. Como resultado, o Ministro da Justiça, Iris Rezende, responsável pela política de segurança do governo Federal, defende o apoio da polícia aos fazendeiros. Março de 1998, O MST, muda subitamente de tática, Antes

ocupava fazendas. Agora, ocupa salas nas regiões urbanas. Antes exigia terras para semear. Agora, além de terras quer discutir as condições dos financiamentos que o governo lhe proporciona. Abril de 1998, Depois do assassinato a tiros de dois líderes dos sem terra no Pará, o governo Federal convoca a polícia Federal e o exército, que deslocou quinhentos homens para combater os ânimos na região. Em protesto contra as mortes, o MST mobiliza vinte e cinco mil famílias e invade vinte e seis fazendas em cinco estados. Setembro de 1998, Diante de novas ameaças de invasão, incluindo na sua própria fazenda, em Minas Gerais, FHC transforma os conflitos de terra em problema dos fardados, envolvendo os militares na questão.

Abril de 2000, o MST “comemora” os quinhentos anos de descobrimento do Brasil com um mutirão de protesto. Seus militantes organizaram invasões de terra e depredações de propriedades públicas em treze estados: Alagoas, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e São Paulo.

Maio de 2000, O MST invade prédios públicos em quinze capitais e um militante é morto pela polícia. O Palácio do Planalto anuncia um pacote de oito bilhões de reais para o financiamento da agricultura familiar e para reforçar o caixa da reforma agrária, uma forma de inibir os ataques do MST.

Junho de 2000, os integrantes do MST se reúnem com representantes do governo em Brasília, mas a reunião termina sem qualquer decisão prática nem declaração de trégua. Setembro de 2000, O governador de Minas Gerais, Itamar Franco, entra em confronto com o governo Federal por causa dos sem terra, ele exige a retirada de tropas que defendiam a fazenda de FHC e pede estudo para desapropriá-la. Junho de 2001, Por decisão do governo, metade da área da fazenda Itamarati do empresário Olacyr de Moraes, que por trinta anos foi um símbolo nacional da agricultura moderna, é entregue a mil e trezentas famílias ligadas ao MST e outras organizações de trabalhadores rurais. Abril de 2002, Na ação mais espetacular e agressiva de sua história, o MST invade a fazenda do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Córrego da Ponte, no município de Buritis, em Minas Gerais. Lá, os sem terra permaneceram vinte e duas horas, arrancaram a despensa e a adega, danificaram colheitadeiras e tratores, mataram galinhas e perus, mexeram em papéis privados. No auge do deboche, deitaram-se na cama do presidente e abriram o guarda roupa da primeira dama. Março de 2003, Depois de vários atos violentos envolvendo o MST (no Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Pará, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo), o presidente Lula aproveita o lançamento do Plano Safra para a Agricultura Familiar para pedir paciência ao MST. Julho de 2003, Lula recebe os líderes do MST no Planalto. O presidente põe na cabeça o boné vermelho do grupo e causa polêmica entre os ruralistas. No encontro, os sem terra pedem o assentamento de um milhão de famílias, mas o governo não promete cumprir essa meta. Os ministros da Justiça, Casa Civil, Agricultura e do próprio desenvolvimento agrário alertam que os atos extremistas do MST e dos fazendeiros armados não serão tolerados.

Recentemente estive em visita ao sindicato dos trabalhadores rurais de Inhumas (29/01/2014) e fui informado que a empresa Centroalcool está passando por uma fase de crise, e que só pagou por enquanto os trabalhadores migrantes, mesmo assim sem os direitos de rescisão de contrato, os demais ainda permanecem sem receber desde de novembro. O caso foi discutido com a presença de representantes das Federações dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de

Goiás (FETAEG, 2013) e nas Indústrias, dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Inhumas, Itaberaí, Nova Veneza, Trindade e representantes da empresa. Mas os representantes da Usina, de acordo com José Maria secretário de assalariados da FETAEG (2013), voltam a afirmar que a empresa passa por sério problema financeiro e que não consegue aprovação de empréstimos bancários para saldar o débito com os trabalhadores.

Como se vê além de viverem na maior precariedade de tudo, logo no final do ano hora de ficar junto da família e comemorar natal e ano novo ficaram sem receberem o pouco que ganham, que vida senhor.

Os representantes agrários dessa classe dominante apenas preocupam com o que e o quanto se produz. Mesmo atualmente, vemos que não se pode tratar abertamente da questão agrária devido às forças políticas e as relações de poder entre sociedade rural e Estado, pois as relações capitalistas são as que comandam todo o campo (SILVA, 1999).

O Compromisso Nacional que o governo Federal se comprometeu a partir de 2008 com esses trabalhadores canavieiros será que está acontecendo realmente no Brasil? É sabido por jornais e pesquisas que ainda existe trabalho exaustivo e até trabalho escravo nos canaviais principalmente em Goiás.

Recentemente noticiário do Repórter Brasil (12/02/2014) nos dá a informação de que os Sem-Terra cansados de esperar pela reforma agrária que está parada há algum tempo, invadem a esplanada dos ministérios em Brasília e que houve confronto com a polícia e alguns feridos. Alertando aí ao governo mais uma vez pela suas reivindicações.

Em Revista Veja on-line nos relata que a política de assentamento não é uma alternativa barata. O governo gasta até 30.000 reais em cada família que ganha um pedaço de terra. No campo estes gastos têm que sair do governo diferente da indústria, do comércio e outras, que sai da iniciativa privada. No entanto, a Reforma Agrária de fato é um velho desafio para ambos os lados, entre trabalhadores rurais (sem-terra) latifundiários e governo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho rural abrange os serviços braçais, e hoje a importância das inovações tecnológicas que vem sendo introduzidas no meio agrário. Portanto, o fato que se ocorre é que a mão de obra humana é imprescindível na produção de certos gêneros alimentícios e monoculturas da zona rural. Como mostra essa pesquisa quanto aos bóias-frias dos canaviais de Inhumas.

Com isso, surgem novas necessidades básicas de consumo, conforme o desenvolvimento intelectual e material do homem, que traz em si as várias formas de agir e pensar dos sujeitos, as mudanças de comportamento diante da divisão da sociedade e suas riquezas. Por outro, no capitalismo, há interesses antagônicos entre as duas principais classes aqui mencionadas neste trabalho a elite agroindustrial e o trabalhador rural. O trabalhador sempre está em desvantagem ao capital agrário, como percebemos nessa pesquisa o que prevalece é o valor dos produtos criados pela força de trabalho do homem, trazendo assim a exploração e expropriação do trabalhador rural.

Para Marx (1983), o trabalho é ontológico e é o meio pelo qual o homem se relaciona com a natureza, assim, a caça e o plantio, fazem parte das formas mais primitivas de trabalho. Desde a antiguidade o trabalho rural faz parte da economia e das relações sociais. Nesse estudo a produção de cana de açúcar, que há muito vem gerando empregos diretos e indiretos.

No caso do município de Inhumas em Goiás, os lugares em que ocorre essa monocultura, são oferecidas oportunidades de emprego, incentivando a migração de trabalhadores das cidades e até mesmo de outras regiões do Brasil, que buscam melhores condições de vida para si e suas famílias.

Essa pesquisa evidenciou as condições do trabalhador bóia-fria, que é um trabalhador temporário que não permanece por muito tempo no grupo rural, ficando até quando o empregador achar necessário e/ou cumprir a sua tarefa. Como este não conta com vínculo empregatício formal, desvincula-se e perde seus benefícios trabalhistas, tendo que migrar para outras regiões à procura de meios para sobreviver. Para Barreto “é uma estratégia do capital para reduzir o valor investido na força de trabalho rural, ampliar a sua exploração e aumentar o lucro do empregador rural sobre a produção final” (BARRETO, 2009, p. 03).

A sociedade capitalista, que é gestora da economia que engloba os operários da classe trabalhadora, assumindo um papel de destaque em diferentes contextos da realidade social, desvalorizando o homem como ser social e coisificando como uma mercadoria. Para isso, a elite usa de várias estratégias de manipulação para obter um controle social, fazendo com que este trabalhador apenas reproduza as ações, sem que tome consciência do que realmente esteja fazendo, que seja um ser alienado, não criticando e nem questionando nenhuma ordem imposta pela elite.

Na sociedade da elite agrária, então, tudo vira uma mercadoria, até mesmo o próprio homem, havendo assim mercantilização da sociedade. O homem vale o quanto produz para o capital, por meio da exploração da sua força de trabalho. A mais-valia, que tira proveito do único meio de sobrevivência do operário, sua força de trabalho para lucrar cada dia mais. Tornando dessa forma o trabalhador sem subjetividade, apenas um objeto, que sendo bem manuseado, dará ao seu patrão a riqueza desejada.

A força de trabalho do homem, no sistema capitalista, torna-se seu único bem, é dela que irá tirar meios para sobreviver na sociedade capitalista, e esta é a mercadoria que o capital mais procura para conseguir suas riquezas. O trabalho aqui deveria ser algo que faz crescer e emancipar o homem, no entanto, não é isso que se percebe na Centrorálcool. A mecanização do trabalho, automático das práticas deixa-o alienado e escravo, e este passa a não reconhecer seu papel de ser social e sua própria identidade como ser coletivo, como no caso aqui o cortador de cana bóia-fria de Inhumas.

Na dissertação procurou-se mostrar o que hoje se entende por essa precarização do trabalho dado às más condições do mesmo, no setor canavieiro, e apontar sua relação com os processos de exclusão e violência social.

Então, foi encontrado aqui *habitats* diferentes de ser no mundo, de uma transformação na sociedade salarial historicamente construída, onde o que trabalha mais recebe menos, e muito menos reconhecido na sociedade tirando-lhe o direito em que o trabalho representa o maior bem e o principal fundamento da cidadania. Percebeu-se também poucos vínculos de reconhecimento, principalmente o trabalho dos bóias-frias canavieiros, história em parte vivida pelo meu pai e parte da minha infância que está na minha mente até os dias de hoje e que me inspirou realizar esta pesquisa, história de vida citada ao longo dessa dissertação.

Ficou claro nessa pesquisa o quanto o Setor Sucroalcooleiro é bastante significativo na composição da economia nacional e internacional. Um setor que há anos vem se mantendo em um nível de importância econômica relevante, é também onde as relações de trabalho se mantêm entre os níveis mais precários. Muitos fazendeiros se tornaram agroindustriais, comerciantes, grandes empresários ou industriais, enfim, a cana estimulou novas atividades sociais, políticas e econômicas.

O país é rico, mais sua riqueza está concentrada nas mãos de poucos, as terras em sua maioria são de grandes empresários que não abre mão para os menos favorecidos e, mas sim para trabalharem em suas terras e serem explorados (dominantes/dominados).

Percebeu-se também que na dinâmica estrutural, o agronegócio só existe porque ele desterritorializa os indivíduos, desconstruindo territorialmente os sujeitos que possuem relação de sobrevivência com o campo, ou seja, o agronegócio explora o outro como sendo isto parte de sua lógica de construção de soberania.

Entretanto, notou-se que paradoxalmente, há vários aspectos negativos relacionados a essa cultura da cana de açúcar. Entre estes cito dois que requer maior reflexão, o arrendamento de terras indiscriminadamente, destruindo tudo que vem pela frente, casa, curral, árvores e poluição de nascentes. O desgaste do solo e destruindo o meio ambiente, diminuindo a produção de alimentos que estes pequenos produtores deixaram de produzir arrendando suas terras. Sendo que no final de seu contrato não vale mais nada, o que foi evidenciado no município de Inhumas e em todo o país, onde há grandes plantações de cana de açúcar.

Outro grande aspecto é que talvez seja o retrato mais triste dentre a sociedade, é a falta de conhecimento e incapacidade do homem em compreender a natureza da sua própria sociedade, e, conseqüentemente, trazendo soluções humanas e em tempo, para melhorar a qualidade de vida coletiva. Em conversas com alguns trabalhadores rurais canavieiros, da Centroalcool foi possível analisar o quanto a vida destes é realmente difícil, não possuem trabalho fixo e nem moradia fixa, a vida deles é correr atrás do pouco que ganham, ora está na cidade de Inhumas, ora em outra cidade, de um Estado a outro, ora no seu próprio Estado trabalhando em várias atividades agrícolas, como volantes ou flutuantes, ora na área rural, ora na urbana.

O exaustivo esforço que estes trabalhadores precisam fazer e a precariedade nas condições de trabalho, moradia, salários e principalmente de

saúde, transformam-nos em “objetos” de exploração de seus patrões, que ignoram suas condições de seres humanos, sujeitos de direitos e de dignidades. Dessa forma, comparando-os até à situações de escravidão.

Como foi observado pelos autores no percurso da dissertação, que até os dias de hoje, o grande proprietário é que tem prioridade em financiamentos, o pequeno produtor continua arcaico e precário em suas condições de produzir melhor e mais, tendo que se deslocar às vezes a outras fazendas trabalhando como bóia-fria para complementar sua renda, como citado o caso do meu pai.

Mesmo com a implantação de políticas públicas voltadas para os trabalhadores da cana, o que é uma necessidade incontestável, o Estado não resolverá os problemas sociais em sua totalidade. Pois seu papel consiste em atender às necessidades do capital, que é a exploração do homem pelo homem, onde tudo se deve adequar as suas regras, inclusive o ser humano.

Como analisa Santos (2009, p. 13) “trata-se de legislações que parecem abranger todos os direitos, mas que essencialmente existem para auxiliar na reprodução, acumulação e expansão capitalista, agora de forma mais organizada também no âmbito rural”.

Os problemas sociais relativos aos trabalhadores rurais e ao setor sucroalcooleiro mostrado nesta pesquisa, não serão efetivamente solucionados no âmbito das políticas públicas. Nesse sentido corroboro com os dizeres dos autores, Alves; Novaes (2007) e Bertoldo (2009), na verdade, eles tendem a ser adiados, pois a solução dessas contradições implicaria o fim do sistema capitalista, uma vez que fazem parte da estrutura do sistema capitalista, as políticas públicas até hoje foram aplicadas de modo paliativo. E que para acabar de vez por todas tem que ser de modo radical mexendo na estrutura do Estado. Como bem fala Bertoldo (2009, p.178),

Não se trata de fazer reformas visando à melhoria deste sistema social, pois esta é apenas de uma forma paliativa de encaminhar a questão. Isso significa dizer que não é no âmbito da política que a problemática da humanidade será resolvida, e sim, somente com a dissolução da contradição entre capital e trabalho.

Segundo o Jornal Brasil de Fato (2013), a sociedade brasileira está fundada em graves injustiças histórico-estruturais, que determinam sua condição de desigualdade social e econômica, injustiças sociais, pobreza material e cultural,

violência social, ausência de direitos públicos e uma democracia devagar. Que nega os principais direitos humanos e oportunidades à imensa maioria dos seus cidadãos.

Esses problemas estruturais se caracterizam pela concentração da propriedade da terra e dos bens (minérios, florestas, água, energia). Concentração da riqueza acumulada por uma minoria ao longo de 500 anos. Concentração da renda, pelas graves distorções que ainda temos ao distribuir a produção entre capital e trabalho.

Considera-se que a longa jornada nesta pesquisa, sobre o pensamento de vários autores e conversas com trabalhadores da indústria Centroatcool, é o que vem acontecendo em nosso país em pleno século XXI, afirmando assim o problema que foi discutido no decorrer da dissertação. O migrante rural que virou bóia-fria reencontra-se com a terra, porém essa terra está profundamente alterada. “Ela não é mais lugar de morada, de família e parentesco. Ela não é lugar socializado por rituais e folias de santos reis ou romarias” (BRANDÃO, 1982, p.29). A terra virou mercadoria, com a transformação, o que ela produz serve antes para troca do que para uso. Ela mesma transformou-se em bem de troca.

O vai e vem diário entre campo e cidade destes bóias-frias acentua o sentimento de que as coisas estariam “fora do lugar”. O deslocamento geográfico pode associar-se a um profundo senso de deslocamento cultural. Trabalhadores que num passado não muito remoto construíram a sua morada no campo voltam ao mesmo. Porém, a experiência do reencontro pode ser desconcertante. O campo que antes era morada virou terra de usina, e local de venda de força de trabalho (Na madrugada ao canavial, um lamento do fundo do caminhão: “esse é o lugar onde o filho chora sem a mãe saber”). Transportados em caminhões como se fossem bois. (FERNANDES, 1985, p. 28).

A solução do problema é difícil, como cita a Revista Veja em outubro de 2013, em uma entrevista com Francis Fukuyama (2013), cientista político americano, afirma que o Brasil ainda não possui as bases de uma sociedade avançada e diz que a manutenção da desigualdade pode levar ao radicalismo. No Brasil, assim como no Caribe, a economia foi moldada ao redor do açúcar, uma agricultura baseada em grandes propriedades e mão de obra escrava. Trata-se de um modelo cujo resultado é a desigualdade. Não havia os incentivos para construir uma burocracia administrativa de qualidade nas colônias. Em razão desse estágio inicial de profunda desigualdade, as instituições foram se moldando para servir as elites.

Nunca houve o princípio de oferecer educação de qualidade a toda população. Desde que a elite estivesse atendida, bastava.

Segundo Arrochellas (2004), cita que no relatório da ONU de 1993, recomenda que sejam as pessoas, todas as pessoas, não apenas uma elite, o sujeito de toda a produção tecnológica e econômica. Há, portanto, a necessidade urgente de uma reorientação dos projetos econômicos e dos famosos mercados para que sirvam às pessoas, e não as pessoas aos mercados e ao capital. E ainda faz uma advertência muito grave, afirmando com base nos fatos que o crescimento econômico não cria necessariamente mais empregos nem produz uma maior justiça social ou distribuição mais equitativa da renda para todos os membros de uma determinada comunidade. Portanto, há aí um desafio, e, ao mesmo tempo, um alerta pelo que está acontecendo ao nosso meio ambiente e a exploração dos trabalhadores rurais canavieiros, para os que fizerem a leitura desta dissertação levantem, sobretudo para aqueles que ocupam postos de decisão de maior ou menor alcance, individual e social, e em qualquer campo da atividade humana.

Seria importante para as autoridades competentes refletirem com atenção, pensarem em uma reforma agrária eficiente, e que seja bem fiscalizada dando assistência técnica e econômica e acompanhar por um período de tempo o desenrolar de suas atividades e ver realmente quem precisa da terra. E enquanto, não vem uma solução para esta questão social, o trabalhador rural vai dispor de toda a sua força máxima para produzir cada vez mais ao empresário e no, entanto, recebendo baixos salários que o impedem a manter uma vida digna a ele e sua família, vivendo na precariedade, já que o dinheiro que lhe é pago não equivale ao preço que seria justo por exercer tanto esforço e perder sua identidade como ser social.

Esta pesquisa deu a oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre o trabalho dos bóias-frias como um retrato de vida da minha família e de milhares de famílias que ainda vivem sob as condições da precariedade de trabalho. O sistema capitalista deu adeus ao bom tempo do camponês, ao morador do campo, digo o posseiro, o colono, o arrendatário, alguns pequenos proprietários, acabou-se o som do berrante, acabou-se o boiadeiro, acabou-se o carreiro, acabou-se a companheirada e acabou-se o mutirão, a tradição, seus costumes e a sua cultura, só lhes resta saudades do passado e sentimentos por serem marginalizados, explorados e viverem na precariedade como foi à vida do meu pai.

Percebo que a solução seguindo o exemplo da minha vida, ainda é a educação para todos, tirando-lhes da precariedade, do serviço degradante e sem opção de escolha. Se não fosse a educação escolar que tive apesar de um pouco tarde seria mais um a acrescentar nesse exército de trabalhadores sofridos, no entanto, o estudo me tirou da precariedade acima de tudo graças ao meu padrinho que guardo no meu coração, embora nos deixou ainda cedo.

Essa passagem em que vivenciei o sofrimento do meu pai, que além de deixar a família para traz em busca de melhores condições de vida trabalhando como bóia-fria longe de casa, não como cortador de cana, mas em outras atividades agrícolas. Trabalhou um bom tempo de bóia-fria, sem moradia e sem família, mesmo assim conseguiu comprar um pedaço de terra e casou-se como citado anteriormente. Mas suas condições eram tão precárias, que a princípio moramos debaixo de um pé de manga, na maior precariedade na vida de um ser humano, até fazer o seu casebre de adobo (tijolão que ele mesmo fazia de barro cru), em vez de tijolos comum e coberto com palha de baguaçu. Depois de um longo tempo é que construiu sua casinha de material com melhor qualidade. Ainda existe esse pé de manga até hoje, quando passo por lá fico olhando e penso “Meu Deus já morei aqui?” Esse pé de manga fica na minha chácara, parte que tocou para mim a qual não vendi e nem pretendo.

Com a modernização ele não pode produzir o suficiente, e passou novamente a trabalhar para os outros que tinham acesso a financiamentos e desenvolver suas lavouras e em busca dos menos favorecidos para o trabalho pesado para ganhar mais, pois nesse país só tem acesso aos financiamentos os latifundiários.

Sinto-me emocionado em escrever tal passado, não tive infância, pois trabalhava muito e não tinha nem brinquedos, eu é que criava os meus próprios brinquedos e fazia carrinhos de boi de madeira, aviãozinho, sapatos a gente não usava. Meu pai fazia o que se chamava na época de precatas de couro de vaca, tirava a medida em nossos pés, emoção só de lembrar o que estou escrevendo essa história aqui agora. Emoção por dois motivos, o primeiro apesar de um pouco tarde pela minha idade está na minha posição escrevendo aqui já nas fases finais a minha dissertação e outra pelo que nós passamos às vezes penço como vim parar aqui, onde eu estava? Só fico a recordar o que meu pai passou, não o culpo de nada, por meus outros irmãos estarem em uma situação precária de hoje. Apenas o admiro,

pois foi um guerreiro, parte da minha vida vivenciei junto com ele, socava arroz com a minha mãe no pilão e quando dava um saco de uns 30 quilos levava para a cidade de Baliza (GO) retirada nove quilômetros do sítio a pé para vender e comprar coisas para casa. Hora era banana fazendo o mesmo percurso, e o pior é que ele ia e voltava com peso levando e trazendo mercadorias compradas. Hoje se encontra velho e doente com um salário mínimo do Funrural. A minha mãe faleceu aos 76 anos de idade, devido a um câncer no intestino, sofrida também pela história de vida. Depois do falecimento de minha Mãe, passou o sítio para os filhos, que logo venderam a qualquer preço, só restou a minha parte mais a que comprei a qual mantenho até hoje.

Atualmente, muita coisa mudou, mas não as condições de trabalho dos trabalhadores rurais, que ainda persistem ao longo desse tempo e até os dias de hoje. É bom pensar que a modernização é importante, mas com ressalvas quanto ao meio ambiente, aos trabalhadores vítimas de um sistema que exige cada vez mais, e que para isso deveriam ser preparados para atuarem como agentes de sua própria história, inseridos e não esmagados pelo tal sistema. E se não tomarmos cuidado com o meio ambiente daqui, há cinquenta anos não teremos nem alimentos.

Hoje, eu e a minha esposa adotamos um casal de crianças que são nossos filhos legítimos e queridos, a menina está com cinco anos e o menino com três anos e meio, estão na escola, e tem tudo que precisa e até mesmo o que não precisa. Vou dar a eles a educação necessária e prepará-los para a sociedade capitalista desafiante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Rubim Santos Leão de. *et al.* História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais. 18. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo, 1989. In: ONOFRE, Gisele Ramos; SUZUKI, Júlio César. **Reflexões sobre a reforma agrária no Brasil**, p.1021.

AGEITEC – **Agência Embrapa de Informação Tecnológica (2013)**. Disponível em: [www.cana.enpm.embrapa.br](http://www.cana.enpm.embrapa.br). Acesso em: 21 de out. 2012.

ALVES, Francisco; NOVAES, José Roberto (orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ARROCHELLAS, Maria Helena. **Desenvolvimento, subsistência e trabalho Informal no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BASTIDE, R. Brasil terra de contrastes. 10. ed. São Paulo: Difel, 1980.

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. Maceió: EDUFAL, 2009.

BERTOLDO, Edna. Em o precário mundo do trabalho dos cortadores de cana e sua relação com a escolaridade. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras, v. 2, n.1, jan. 2012. Disponível em: <<http://periódicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rie>>. Aceso em jul. de 2013.

BERTOLDO, Edna. A Precarização do trabalho na universidade e a crise do capital. In: TEIXEIRA JUNIOR, Aguinaldo (org). **Marx está Vivo**. Maceió, 2010.

BORGES, Barsanúfo Gomides. **Goiás nos Quadros da Economia Nacional: 1930-1960**. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

**BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisador da UNICAMP, na área de Antropologia rural e Antropologia Ambiental, 1982.**

BRANT, Vinícius C. “**Do colono ao boia-fria: Transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis**”. In: **Estudos Cebap 19**, jan. 1977.

BRASIL, Repórter. **Cortadores, de cana são libertados de trabalho escravo em Goiás**. maio/2010.

BRASIL, Repórter. **Condições precárias: 244 cortadores de cana são resgatados**. maio/2010.

\_\_\_\_\_. **MTE flagra quatro mil cortadores de cana em situação degradante e interdita três fazendas**. maio/2010.

CARVALHO, Silvia Angélica Domingues de; FURTADO, André Tosi. **Gestão e Conexões**, Vitória (ES), v.2,n.1,p. 22-46, jan. 2013.

CARRIJO, Ed. Licys de O. **A Expansão da Fronteira Agrícola no Estado de Goiás**: Setor Sucroalcooleiro. Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos. Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO: UFG-2008.

CASTILLO, R. Região Competitiva e Circuito Espacial Produtivo: a expansão do setor sucroalcooleiro (complexo cana de açúcar) no território brasileiro. In: **XII encontro de Geógrafos da América Latina (EAL)**. Montivideo – Uruguai: 03 a 07 de abril de 2009.

CASTRO, S.S. *et al.* **Estudo da Expansão da Cana de Açúcar no Cerrado e no Estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 2007.

CONAB – **Companhia Nacional de Abastecimento** – 3º Levantamento da Safra 2012/2013 de cana de açúcar no Estado de Goiás, realizado de 05 a 10/12/2012 (2007). Disponível em: <[www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)>. Acesso em: 10 de jun. de 2012.

CONAB – **Companhia Nacional de Abastecimento** – 2º Levantamento – agosto de 2011. Avaliação da Safra de Cana de Açúcar 2011/2012 – Posição de Goiás no Ranking Nacional. Disponível em: <[www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)>. Acesso em: 10 de jun. de 2012.

CURY, Toninho – **Foto, Jornalista, Documentarista desde de 1970**. Disponível em: <[http://www.toninhocury.com.br/40 anos de fotografia/artigos e causos](http://www.toninhocury.com.br/40%20anos%20de%20fotografia/artigos%20e%20causos)>. Acesso em 15 de mai. De 2012.

CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no campo**: o latifúndio e a reforma agrária. 6. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

DARCY, Ribeiro. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras. 2. ed. São Paulo, 1995.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

D 'INCAO. Maria Conceição. O “boia-fria”. **Acumulação e Miséria**. 9. ed. Petrópolis: Vozes. 1984.

\_\_\_\_\_. **O boia-fria**: acumulação e miséria. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. **“Boia-fria”**: acumulação e miséria. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

FERNANDES, R, C. “Aparecida: Nossa Rainha, Senhora e Mãe, Saravá!”. **Ciência Hoje**, 1985.

FERNANDES, Bemardo Mançano. **MST**: Formação e Territorização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FETAEG. **Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás.** (Secretaria de Política Agrária). 2013.

FURTADO, C. **Pequena Introdução sobre o desenvolvimento.** São Paulo: Nacional, 1989.

GUIMARÃES, G. M. A. **Agronegócio, Desenvolvimento e Sustentabilidade:** Um estudo de caso em Rio Verde GO. [Tese de Doutorado] Em Ciências Ambientais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2010.

GONÇALVES Neto, Wenceslau. **“Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e modernização da economia brasileira”.** 1960 – 1980. São Paulo: Hucitec. 1997.

GLOBO Rural 31/07/2012 – **Produtores de cana investem em mecanização da colheita** em São Paulo. Disponível em: <www.vermelho.org.br>. Acesso em: 29 de set. de 2013.

GRECO, S.C.B. **Análise da Tendência à redução do número de bóias-frias em Toledo** – PR, a partir de 2007. {Dissertação de Mestrado] Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** Hucitec, 1981.

IBGE – 2010.

IANNI, Octávio. O Estado e o Trabalhador Rural. **Contexto.** São Paulo, n. 4, p. 1-15, nov, 1977.

JORNAL BRASIL DE FATO. São Paulo, nº 517. **Uma visão popular do Brasil e do mundo,** 2013.

LÊNIN, Wladimir. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.** 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. Os Camponeses e a Política no Brasil: **as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade, em o Brasil arcaico contra o Brasil moderno.** 3. ed. São Paulo: Editora Paulus, 2007.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo.** São Paulo: Editora da USP, 2004.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARX, Karl. O capital. Crítica à economia política. São Paulo: Nova Fronteira, volumes, 1, 2, 3. 1983.

MACEDO, Isaías de Carvalho. **A energia da cana de açúcar: doze estudos sobre a agroindústria da cana de açúcar no Brasil e a sua sustentabilidade.** São Paulo: ÚNICA, 2005.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Experiência sindical de trabalhadores migrantes na agricultura canavieira em Pernambuco.** (1994). Disponível em: < biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs00/gt14/00gt1433.doc> Acesso em: 15 de abri. de 2013.

MORAES, Lucia Maria. **A Segregação Planejada: Goiânia, Brasília e Palmas.** 2. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1999.

NOVAES, José Roberto. **Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas,** 2007.

NEVES, Conejero. **Em a mecanização da lavoura de cana de açúcar e o novo perfil dos trabalhadores rurais.** No seu trabalho de Especialista, A mecanização da colheita da cana de açúcar- análises dos impactos sociais e ambientais. ARARAS, 2010.

OLIVEIRA, A.M.S. de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro para o trabalho,** [Tese de Doutorado] Em Geografia – Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. O processo de reordenamento Territorial e Produtivo do Capital Agroindustrial Canavieiro e a Nova Geografia do Trabalho Migrante no Brasil. In: **VIII jornada do Trabalho,** 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. **A geografia das Lutas no Campo.** Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FERREIRA, Osmar Mendes; FREITAS, Gisele Lúcio de. **Uso da Água No Processo de Produção de Ácool: estudo de caso.** [Tese de Mestrado] Em Engenharia Ambiental, Goiânia, 2006.

PAES, L. A. D. Emissões nas queimadas de cana, controle. In: Macedo, I. C. (org). **A energia da cana de açúcar.** Doze estudos sobre a agroindústria da cana de açúcar

no Brasil e sua sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Berlendis & Vertecchia: UNICA, 2007.

PIETRAFESA, José Paulo. A questão trabalhista no mercado sucroalcooleiro no Estado de Goiás. In: **II jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UniEVANGÉLICA. Anais do IX Seminário de PBIC**, Anápolis, v. I, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. A Revolução Brasileira nos anos 60. **Rev. Bras. Hist.** v. 19, n.37, São Paulo, 1999.

RAMOS, Ademar Ribeiro. **Bóias-frias**. Revista de Cultura, Vozes, 1986.

RENATO, Araújo Teixeira. A Produção Sucroalcooleira no Brasil: o Estado de Goiás e o município de Inhumas no Contexto. **Revista Crase. Edu.** Campus de Inumas, vol. 01, nº 1, 2010.

REVISTA VEJA. **Em profundidade Reforma Agrária.** (s/d). Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma\\_agraria/cronologia.html](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/cronologia.html)>. Acesso em 03 de set. de 2013.

REVISTA VEJA. FRANCIS, Fukuyama. **A construção da democracia, entrevista à revista Veja/ 23 de outubro/2013.**

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Antônio César de Holanda. **Expropriação do trabalho e escolarização do cortador de cana em Alagoas**. [Dissertação de Mestrado] Em Educação - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2004.

SANTOS, M. H. M e C. A Expansão Canavieira em Goiás e suas implicações sócio-econômicas e ambientais. In: **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 4/5/6, n. 2, Jan/dez, 1986.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Mirlaine Moraes da. A realidade social dos trabalhadores do corte de cana e o trabalho do Assistente social. In: BARRETO, Gilsa Rojas. **Condomínios de empregadores rurais: mercado de trabalho, contratação e gestão coletiva** (2009). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/tesesposgraduação>> . Acesso em: 25 de nov. de 2013.

SILVA, José Santana da. **A CPT Regional Goiás e a questão sociopolítica no campo** [Dissertação de Mestrado] em História das Sociedades Agrárias. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. "Se eu pudesse quebraria todas as máquinas"  
In: Antunes, R; Silva, M. A. M. **O avesso do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Ed.  
Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP,  
1999.

SILVA, J.G. da. (org.). **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na  
Agricultura Brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. **Raízes do Latifúndio em Goiás**. Goiânia: Ed.  
UCG, 2004.

SILVA, Paula Junqueira da. Territorialidade e Desterritorialidade: assentamentos  
rurais e a reterritorialização do campesinato no espaço agrário do Cerrado Mineiro.  
In: IESA, 2001. **X Eregeio Simposio Regional de Geografia**. Abordagens  
Geográficas do Cerrado: paisagens e diversidades. Catalão, GO, 06 a 09 set/2007.  
Campus Catalão- Universidade Federal de Goiás.

SINTRIFAAL. **Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Açúcar e  
Alimentos de Jacarezinho e Região**. (2009). Disponível em:  
<<http://www.sintrifaal.com.br/historico.php>>. Acesso em: 02 de novembro de 2013.

SOUSA, Adriana Pereira de. **Análise Econômica e Energética dos Sistemas de  
Colheita da Cana de Açúcar**. [Dissertação de Mestrado]. Palmas, Universidade  
Federal do Tocantins, 2009.

SCOPINHO, R. A. *et al.* da. Novas Tecnologias e Saúde do Trabalhador: a  
mecanização do corte da cana de açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de  
Janeiro, v.15, n. 1, p. 147-161, jan/mar-1999.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São  
Paulo: Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA Neto Antônio. **Pequena História da Agropecuária Goiana**, 1982. (o ouro  
acabou? Viva o boi!/ o ouro se foi? Chegou o boi), 1982.

\_\_\_\_\_. Pequena História da Agropecuária Goiana. **Revista do Instituto  
Histórico e Geográfico de Goiás (IHG) (ORG)**, nº 20, Goiânia, GO, ASA Editora,  
2009.

TEIXEIRA, Renato Araújo. As particularidades da Exploração Canavieira em Goiás:  
o caso do município de Inhumas. [Tese de Doutorado] (IESA/UFG) **Ateliê  
Geográfico**, Goiânia-GO. vol. 05, nº 03, dez/2011.

\_\_\_\_\_. **Entrevistas no Ateliê Geográfico- Goiânia-GO**, junto aos pequenos  
produtores e cortadores de cana na região de Inhumas, V.5, nº 3 dez. 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. Limites Explicativos, autocrítica e desafios teóricos, 2009. Tese (Livre docência em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2009.

XAVIER, Glauber Lopes. **O boia-fria e cotidiano na cidade**. Goiânia: Editora UFG, 2012.

SAINT, William, S. Saint. **Mão de obra volante na agricultura brasileira: uma revisão bibliográfica**. Rio de Janeiro, 1980.

ENGRUP. **4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa**. São Paulo, 2008.

### Sites

MST - **Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>> Acesso em: 20 de jan. de 2012.

MLST - **Movimento de Libertação dos Sem-Terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 20 de jan. de 2012.

Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/reformaagraria/contextol.html>> Acesso em: 22 de outub. de 2013.

VEJA-Online. **Reforma Agrária**. Contexto e Números-cronologia.

INCRA GOIÁS. Disponível em: <[www.incragoias.word.press.com/distribuição-dos-assentamentos-no-estado-degoias/](http://www.incragoias.word.press.com/distribuição-dos-assentamentos-no-estado-degoias/)> Acesso em: 14 de out. de 2013.

Secretaria-Geral da Presidência da República. Disponível em: <[www.secretariageral.gov.compromissocana](http://www.secretariageral.gov.compromissocana)>. Acesso em 16 de out. de 2013.

Reflexões sobre a reforma agrária no Brasil. Disponível em: <<http://www.ufm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf>>. Acesso em: 15 de out. de 2013.

REVISTA UFG. Disponível em: <[www.revista.ufg.br](http://www.revista.ufg.br)> Acesso em 15 de janeiro de 2012.

PORTAL NIPPO BRASIL, (2010). Disponível em: <<http://www.nippobrasil.com.br/campo/especiais/especial563.php>> Acesso em: 16 de set. de 2010.

Disponível em: <[www.brasilago.com.br](http://www.brasilago.com.br)>. Acesso em: 04 de set. de 2013.

Disponível em: <[www.prudente.unesp.br](http://www.prudente.unesp.br)>. Acesso em: 04 de set. de 2013.

Disponível em: <[www.ser.ufpr.br/geografar](http://www.ser.ufpr.br/geografar)> Acesso em: 05 de out. de 2013.

INCRA. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)> Acesso em: 16 de dez. de 2013.

Cana, Açúcar E Agroenergia Brasileiro. Disponível em: <[www.brasilago.com.br](http://www.brasilago.com.br)>  
Acesso em 04 de set. de 2013.

### **Outras Fontes:**

Visita à **Secretaria da Agricultura** – Goiânia-Go. Março/2013

Visita à **Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)** – Goiânia-Go.  
Abril/2013

Visita ao **Centro de Tecnologia Federal de Goiás**, INHUMAS/abril/2013

Visita ao **Sindicato Rural de Inhumas**/08/07/2013

Visita ao **canavial da CENTROÁLCOOL/SA**/ 20/07/2013

Visita ao **canavial da CENTROÁLCOOL/SA**/ 03/08/2013

Visita ao **canavial da centroalcool/SA** /03/12/2013

Visita ao **Sindicato dos trabalhadores Rurais de Inhumas** em 29/01/2014.

Visita ao **Colégio Estadual Ary Valadão de Inhumas** em 29/01/2014

## **ANEXOS**

**ANEXO A – FOTOS DA FAMÍLIA**



**ANEXO B – FOTOS DE TRABALHADORES RURAIS**